



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus Marília

CLÁUDIA ÉRIKA SIQUEIRA DO NASCIMENTO LIMA

**Trajetória escolar de adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade  
no município de Santarém- Pará.**

Marília – São Paulo  
2024

CLÁUDIA ÉRIKA SIQUEIRA DO NASCIMENTO LIMA

**Trajetória escolar de adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade  
no município de Santarém-Pará.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Educação pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília.

Orientador: Prof. Dr. Raul Aragão Martins.

Marília – São Paulo  
2024

L732t	<p>Lima, Cláudia Érika Siqueira do Nascimento Trajetória escolar de adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade no município de Santarém - Pará. / Cláudia Érika Siqueira do Nascimento Lima. -- , 2024 106 f.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, Orientador: Raul Aragão Martins</p> <p>1. Juventude. 2. Gravidez na Adolescência. 3. Evasão escolar. I. Título.</p>
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Cláudia Érika Siqueira do Nascimento Lima

**Trajetória escolar de adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade  
no município de Santarém-Pará.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Educação pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Raul Aragão Martins  
Universidade Estadual Paulista – Campus de São José do Rio Preto  
Orientador

Prof. Dr. Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo  
Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília

Prof. Dr. Patrícia Ribeiro Feitosa Lima  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – Campus Fortaleza

Marília – São Paulo  
12 de março de 2024

## DEDICATÓRIA

Em memória de Antônio Santana,  
Minha eterna e mais recente saudade. Te amo.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao longo desses dois anos de estudo, passei por momentos delicados e dolorosos na minha vida pessoal e familiar, neles descreditei da minha força e capacidade para concluir esta etapa tão importante da minha formação. Então, como mulher de fé que sou, começo agradecendo a Deus e a minha mãezinha do céu, por estarem presentes em todos os momentos deste percurso acadêmico.

Em memória dos meus pais Antônio Santana e Maria Nanilda, agradeço pelo amor, apoio, cuidado e dedicação recebido em vida, se hoje reconheço o valor do conhecimento, do caráter e das responsabilidades da vida adulta é porque fui ensinada desde a mais tenra idade. Nessas palavras expressei minha gratidão e amor eterno por vocês dois.

Ao meu esposo Elpidio Lima Júnior, agradeço por ter abraçado comigo esse sonho e não ter medido esforços para me ajudar a alcançar essa vitória, seu apoio foi fundamental nesta jornada acadêmica. Hoje, você é o meu maior incentivador, e a nossa família são a minha maior benção.

As minhas filhas pets, Lana e Luna, fiéis companhias durante as tantas horas que estive em frente ao computador construindo esse trabalho.

Aos meus familiares e amigos, obrigada por acreditarem no meu desenvolvimento intelectual e profissional, os momentos de lazer e diversão junto a vocês foram extremamente necessários para preservar minha saúde mental no decorrer desse processo.

Ao meu orientador Prof. Dr. Raul Aragão Martins, sou grata pelo acolhimento, cuidado, confiança, disponibilidade e compreensão que teve comigo na condução deste estudo, admiro demais a sua postura e dedicação com a sua orientanda.

Ao Instituto Federal do Pará - IFPA, por através deste convênio interinstitucional com a Universidade Estadual Paulista - UNESP Campus Marília, ter possibilitado que nós servidores pudéssemos participar deste Programa de Pós-Graduação em Educação tão bem-conceituado no meio acadêmico.

Ao IFPA Campus Tucuruí - Pa, sede onde realizamos nossas aulas presenciais, agradeço pelo acolhimento, assistência e infraestrutura dispensada durante nossa estadia nesta cidade.

A Profa. Dra. Fernanda Atanaena, nossa coordenadora local do mestrado interinstitucional, obrigada pelo compromisso e responsabilidade com os alunos e as

atividades da pós-graduação, principalmente, as que ocorreram no IFPA Campus Tucuruí de forma presencial. Como a maioria de nós não residia nesta cidade, enalteço a sua atenção e preocupação para nos assegurar conforto e logística.

Ao IFPA Campus Santarém-PA, meu local de trabalho, agradeço aos gestores e colegas de setor, pela compreensão e disponibilidade para auxiliar todas as vezes que precisei me ausentar desta instituição, seja para estudar ou realizar atividades inerentes ao mestrado. Uma tarefa bastante desafiadora nesses dois anos, foi conciliar a vida profissional com a vida acadêmica.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP, que ministraram aulas para nossa turma do MINTER, sou grata por terem aceitado conhecer um pouco mais da região norte e compartilharem conosco tanto conhecimento sobre educação.

De forma especial, agradeço a Profa. Dra. Rosane Michelli de Castro, nossa professora querida, a ela expressei gratidão por nos ouvir, compreender as nossas angústias e ajudar dentro das suas possibilidades para que nossa caminhada tivesse mais leveza.

Aos membros da banca examinadora por ocasião da qualificação e da defesa desta dissertação de mestrado, Profa. Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo da UNESP – Campus de Marília e Profa. Dra. Patrícia Ribeiro Feitosa Lima do Instituto Federal do Ceará, que tão gentilmente aceitaram o convite para avaliar este estudo e contribuíram positivamente para o seu melhor desenvolvimento.

Aos colegas de turma do MINTER em Educação, obrigada pelos momentos de aprendizagem, de risos e crises. Em especial, destaco os amigos: Jane Sedrim, Cristina Costa, Carlos Batista, Joelma Góes, João de Deus e Ronnaro Jardim, obrigada por cada um do seu jeito, estender sua mão para mim no decorrer deste curso de mestrado.

Ao Centro de Referência em Saúde da Mulher, na pessoa da Enfermeira Marcela Brasil, agradeço o acolhimento e a disposição para ajudar na execução desta pesquisa, principalmente na realização da análise de prontuários.

As adolescentes mães e seus familiares, por aceitarem participar desta pesquisa e compartilhar comigo suas experiências com a gravidez na adolescência, e as suas trajetórias escolares. Os frutos dessa investigação se dão graças vocês, muito obrigada pelo interesse de participação e contribuição.

## RESUMO

Uma gestação que ocorre na adolescência, especialmente em adolescentes na faixa etária de 10 a 14 anos de idade, é considerado crime sexual contra vulnerável pelo Código Penal Brasileiro, e pode trazer inúmeras repercussões para jovem mãe, entre elas, a interrupção de seus estudos, risco este que pode ecoar no seu futuro profissional, na sua condição socioeconômica e projeto de vida. Esta pesquisa tem como objetivo investigar a relação entre as características da trajetória escolar de adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade nos anos de 2020 e 2021 no município de Santarém-PA e a ocorrência da gravidez na adolescência. Propõe-se também, traçar o perfil socioeconômico das adolescentes mães do estudo, identificar os fatores que influenciam no seu percurso escolar, e verificar se a escola oferece algum apoio para que adolescentes mães permaneçam na escola durante a gravidez ou após o nascimento do bebê. Trata-se de um estudo do tipo descritivo, com abordagem qualitativa, no qual participaram sete adolescentes mães que engravidaram com idade 10 a 14 anos e foram atendidas durante o pré-natal pelo Centro de Referência em Saúde da Mulher em Santarém-PA. A coleta de dados ocorreu através da análise dos prontuários e da realização de uma entrevista semiestruturada com as adolescentes mães. As análises e interpretação dos dados coletados foi feita através da análise de conteúdo. Os resultados obtidos, caracterizaram o perfil das adolescentes mães como mães solteiras que não planejaram a gestação, engravidaram com idade entre 12 e 14 anos de idade, não possuem renda, pertencem a famílias numerosas e tendem a permanecer com a sua família de origem, não formando novos núcleos familiares a partir do episódio reprodutivo. Predominou entre as participantes trajetórias escolares irregulares, com interrupção no período gestacional e retorno para escola em momento posterior a gravidez, o discurso das participantes enfatizou o apoio familiar como um fator importante para continuidade dos seus estudos, já o apoio escolar não recebeu destaque em suas falas. Este estudo sinaliza a necessidade do reconhecimento social do papel da escola nas ações de permanência e êxito das adolescentes mães neste ambiente, e dos serviços de saúde e educação nas ações de promoção de saúde e prevenção com foco nas crianças e adolescentes.

**Palavras-chave:** Gravidez. Adolescente. Evasão Escolar.

## ABSTRACT

A pregnancy that occurs during adolescence, especially in adolescents aged 10 to 14 years old, is considered a sexual crime against vulnerable people by the Brazilian Penal Code, and can have numerous repercussions for a young mother, including the interruption of her studies, this risk can affect your professional future, your socioeconomic condition and life project. This research aims to investigate the relationship between the characteristics of the school trajectory of teenage mothers aged 10 to 14 years old in the years 2020 and 2021 in the city of Santarem - PA and the occurrence of teenage pregnancy. It is also proposed to outline the socioeconomic profile of the teenage mothers in the study, identify the factors that influence their school career, and check whether the school offers any support for teenage mothers to remain in school during pregnancy or after the birth of the baby. This is a descriptive study, with a qualitative approach, in which seven teenage mothers who became pregnant aged 10 to 14 years and were attended to during prenatal care by the Women's Health Reference Center in Santarem-PA participated. Data collection occurred through the analysis of medical records and a semi-structured interview with teenage mothers. The analysis and interpretation of the collected data was done through content analysis. The results obtained characterized the profile of teenage mothers as single mothers who did not plan their pregnancy, became pregnant between the ages of 12 and 14, have no income, belong to large families and tend to remain with their family of origin, not forming new family nuclei from the reproductive episode. Irregular school trajectories predominated among the participants, with interruption in the gestational period and return to the school environment after pregnancy. The participants' speech emphasized family support as an important factor for the continuity of their studies, while school support was not highlighted in your speeches. This study highlights the need for social recognition of the school's role in ensuring the permanence and success of teenage mothers in this environment, and of health and education services in health promotion and prevention actions focusing on children and adolescents.

**Keywords:** Pregnancy. Adolescent. Truancy.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da sede urbana de Santarém – PA .....	39
Figura 2 – Centro de Referência em Saúde da Mulher .....	41

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quantitativo de nascidos vivos x quantitativo do acompanhamento Pré-natal de adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade nos anos de 2020 e 2021 .....	42
Quadro 2 - Principais dificuldades para selecionar as adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade nos anos de 2020 e 2021.....	43
Quadro 3 - Síntese dos procedimentos metodológicos .....	48
Quadro 4 - Características socioeconômicas das adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade que realizaram o acompanhamento pré-natal no ano de 2020 e 2021 no Centro de referência em Saúde da Mulher em Santarém-PA – Parte 1.....	49
Quadro 5 - Características socioeconômicas das adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade que realizaram o acompanhamento pré-natal no ano de 2020 e 2021 no Centro de referência em Saúde da Mulher em Santarém-PA – Parte 2.....	57
Quadro 6 - Características de escolaridade das adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade que realizaram o acompanhamento pré-natal no ano de 2020 e 2021 no Centro de referência em Saúde da Mulher em Santarém-PA .....	60
Quadro 7 - Trajetória escolar e relacionamento familiar das adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade que realizaram o acompanhamento pré-natal no ano de 2020 e 2021 no Centro de referência em Saúde da Mulher em Santarém-PA.....	68

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>BNCC</b>	Base Nacional Comum Curricular
<b>CECAD</b>	Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico
<b>DATASUS</b>	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
<b>ECA</b>	Estatuto da Criança e do Adolescente
<b>EIS</b>	Educação Integral em Sexualidade
<b>GRAVAD</b>	Gravidez na Adolescência: Estudo Multicêntrico sobre Jovens, Sexualidade e Reprodução no Brasil
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>IDHM</b>	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
<b>OMS</b>	Organização Mundial da Saúde
<b>PA</b>	Pará
<b>PCN</b>	Parâmetros Curriculares Nacionais
<b>PENSE</b>	Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar
<b>SEDUC</b>	Secretaria de Estado de Educação
<b>SEMED</b>	Secretaria Municipal de Educação
<b>SINASC</b>	Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos
<b>TALE</b>	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
<b>TCLE</b>	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
<b>UNFPA</b>	Fundo de População das Nações Unidas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	14
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	19
2.1	Adolescência e Sexualidade.	19
2.2	Gravidez na adolescência e evasão escolar.	22
2.3	Trajétoria escolar e possibilidades de inclusão escolar para adolescentes mães.	27
2.4	Educação em Saúde na escola com foco na sexualidade do adolescente.	33
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	37
3.1	Cenário do estudo.	38
3.2	Participantes da pesquisa.	42
3.3	Técnicas e Instrumentos para coleta de dados.	45
3.4	Análise de dados e interpretação dos resultados.	47
3.5	Procedimentos éticos.	47
3.6	Síntese dos procedimentos metodológicos.	48
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	49
4.1	Perfil socioeconômico das adolescentes mães.	49
4.2	Reflexões sobre a trajetória escolar das adolescentes mães.	60
4.3	O papel da escola para o enfrentamento da gravidez na adolescência.	73
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	83
	<b>REFERÊNCIAS</b>	87
	<b>APÊNDICE A – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA</b>	95
	<b>APÊNDICE B – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TALE</b>	97
	<b>APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE</b>	99
	<b>ANEXO I – CARTA DE ACEITE</b>	101
	<b>ANEXO II – PARECER DE APROVAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA</b>	102

## 1 INTRODUÇÃO

A gravidez na adolescência é uma situação de risco biopsicossocial que pode ser reconhecida como um problema para os adolescentes que iniciam uma família não intencionada. Esta condição afeta significativamente a trajetória da juventude e a possibilidade de construir-se um projeto de vida estável (Gurgel *et al.*, 2008).

No Brasil, esta temática preocupa a sociedade, especialmente pelo número de crianças nascidas de mulheres entre 10 e 19 anos de idade. Como demonstrado através dos dados levantados pelo Sistema de Informações de Nascido Vivos – SINASC (Brasil, s.d). No ano de 2021, foram contabilizadas 364,7 mil gestações nesta fase da vida, dado este que comparado a 2011 (560,9 mil casos), representa uma queda de 34.9% nos registros (196,1 mil casos). Faz-se importante destacar que, apesar de as taxas apresentarem redução expressiva nos últimos anos, ainda representam inquietação para esfera governamental, pelo fato de a necessidade de se aprimorar as políticas públicas do país e esforços de variados segmentos da sociedade para o enfrentamento da realidade da população adolescente (Brasil, 2021).

Os dados apresentados pelo SINASC (Brasil, s.d), no ano 2021, contabilizam no Brasil o total de 2.677.101 nascimentos deste ano, sendo 12,9% nascidos de mulheres com idade entre 15 e 19 anos, e 0,65% nascidos de meninas entre 10 e 14 anos de idade. As conjunturas apresentadas nos permitem fazer a leitura de que no Brasil, as estatísticas sobre os partos de mães adolescentes de 10 a 19 anos de idade vêm diminuindo bastante com o passar dos anos, principalmente, quando confrontado com a década passada, onde os percentuais eram mais altos. Em 2010, o total de 19% dos partos brasileiros eram de mães adolescentes com idade entre 10 – 19 anos de idade e, em 2021, o percentual foi de 13,62%. Por outro lado, evidenciou-se também no ano de 2021, que a taxa de natalidade do país vem caindo, o que possivelmente nos leva a uma falsa impressão de que o problema está sendo bem equacionado.

O Informativo das Secretarias Nacionais de Assistência Social *et al.* (2019), afirma que, no Brasil, um em cada cinco nascimentos decorre de gestações na adolescência. O Ministério da Saúde avalia aproximadamente 66% delas como não planejadas (Secretarias Nacionais de Assistência Social *et al.*, 2019). Sobre a região Norte, esta possui o percentual de 18% (65.717 casos) dos partos de adolescentes

de 10 a 19 anos de idade e, atualmente, é a segunda região com as maiores taxas de partos entre adolescentes de 10-14 anos de idade, seu percentual é de 23,2% (4.057 casos), sendo superada apenas pela região nordeste com 39,4% (6.880 casos).

Os percentuais do estado do Pará chamam bastante atenção, pois identificou-se que em 2021, aproximadamente 22% (29.960 casos) dos partos do estado estiveram associados à gravidez na adolescência, sendo 1,3% (1.783 casos) referentes ao público adolescente com idade entre 10 - 14 anos. Já no que diz respeito ao município de Santarém – PA, foram registrados 51 nascimentos de bebês de mães adolescentes com idade entre 10 - 14 anos, no ano de 2021. Este quantitativo representa uma redução nos índices se comparado ao ano de 2010, onde registrou-se 67 nascimentos para este público (Brasil, 2021).

Com base nas estatísticas exploradas, ressalta-se a necessidade de direcionar uma atenção especial para faixa etária adolescente. Assim, foi lançado em 2022, estendendo o compromisso do Brasil em cumprir com o princípio da proteção integral à criança e adolescentes, o Plano Nacional de Prevenção Primária do Risco Sexual Precoce e Gravidez na Adolescência. Este documento foi construído no ano de 2020, e tem por objetivo promover atenção integral às crianças, adolescentes e suas famílias, a partir do fortalecimento e elaboração de políticas e iniciativas voltadas à prevenção da gravidez na adolescência e ao enfrentamento da sexualização precoce enquanto situações de violações de direitos, estimando então, assegurar desenvolvimento pleno e saudável para crianças e adolescentes (Brasil, 2022).

Para compreender melhor o tema em questão nos apropriaremos da literatura de Heilborn e colaboradores (2006), em que apresentam algumas reflexões importantes que nos mostram historicamente como as ponderações sobre a temática gravidez na adolescência vêm sendo modificadas. Como por exemplo, nas décadas passadas, o fato de as mulheres engravidarem logo no início da sua idade reprodutiva, não era visto como algo preocupante ou alarmante. Porém, com as mudanças de ordem social, biológica, demográficas e relacionadas com a divulgação de informações sobre as questões referentes à sexualidade, torna-se complexo e difícil de compreender a ocorrência desta condição.

É válido enfatizar que o início da vida sexual, quando feito precocemente, pode acarretar danos nos aspectos: biológico, psicológicos e sociais, potencializando os riscos de infecções sexualmente transmissíveis e da ocorrência da gravidez não planejada para faixa etária adolescente. Sobre o último assunto, pode-se afirmar que

no final do século XX e início do século XXI, o fenômeno da gravidez na adolescência sofreu uma quebra paradigmática, passando de algo natural para se constituir um problema de saúde pública que precisa ser enfrentado, pois coloca em risco a saúde tanto da adolescente quanto do bebê (Freitas; Santos, 2020).

Com base nos dados apresentados e considerando a importância do tema, esta pesquisa concentra suas análises em adolescentes mães com idade entre 10 e 14 anos. Tal especificidade se apresenta pelo fato de a discussão sobre a gravidez na adolescência inscrever-se em variadas situações e desdobramentos que a maternidade juvenil traz consigo e que, muitas vezes, acaba por rotular os jovens envolvidos nessa condição, deixando-os sem o suporte necessário para essa nova etapa da vida (Heilborn, *et al.*, 2006).

Dessa forma, evidenciar os marcadores sociais que aferem a situação de vulnerabilidade, riscos e marginalização de adolescentes envolvidas neste fenômeno, levantam a possibilidade de priorizar essa faixa etária nas políticas públicas de saúde e de educação assegurando assim os direitos desse público (Souza *et al.*, 2021).

Além disso, de acordo com o Código Penal Brasileiro (Brasil, 1940), as relações sexuais com menores de 14 anos são tratadas como crime sexual contra vulnerável, independente da comprovação de discernimento ou não para o consentimento da vítima, ou de qualquer outra circunstância, o que nos indica uma situação de ameaça aos direitos humanos e à saúde desse grupo etário, principalmente quando ocorre a concepção do bebê através deste ato, ocasionando consequências biológicas, psicológicas e sociais que marcam a vida desta jovem.

Sobre o tema, o Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA (2021) considera que os casos de gestação em meninas com menos de 15 anos, envolve desde questões de vulnerabilidade a tipos de violência, como por exemplo, a violência sexual, realização de casamentos informais ou uniões precoces e forçadas. Nesse sentido a ocorrência da gravidez na adolescência de 10 a 14 anos de idade pode estar associada ao abuso e violência sexual, constituindo um problema grave de saúde pública que fere os direitos humanos e reprodutivos, significativamente.

De acordo com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos humanos (Brasil, 2022), os estudos comprovam que o início da atividade sexual precoce possui estreita relação com: abuso sexual, vitimização, diminuição da saúde física e psicológica geral, diminuição da qualidade dos relacionamentos, instabilidade, maior probabilidade de viver na pobreza e adesão a outros comportamentos de risco. O

momento atual deposita grandes expectativas sociais no público adolescente, contribuindo para a visão negativa da ocorrência da gravidez nesta faixa etária, pois estabelece-se a associação entre idade em que a mulher tem seu primeiro filho e dificuldades econômicas e sociais.

Com este estudo, o que queremos sublinhar são as repercussões da gravidez na adolescência sobre a trajetória escolar para as adolescentes mães, especialmente, as que entram nas estatísticas de evasão escolar, devido aos riscos para reconfigurações ou desvios nos projetos de vida. Não é possível desconsiderar o fato de que adolescentes têm direito à educação, e é necessário assegurar-lhes esse direito para que permaneçam no sistema educativo, portanto, a condição da gravidez e da maternidade juvenil, não devem constituir impedimento para continuidade dos estudos. Portanto, é imprescindível o conhecimento sobre o contexto social onde as adolescentes estão inseridas, suas fragilidades e perspectivas a fim de contribuir para que as adolescentes mães com idade entre 10 e 14 anos de idade estejam inseridas no ambiente escolar.

Nesse sentido, o impulso para realização desta pesquisa tem origem na minha formação como graduada em Enfermagem, área que me possibilitou ter contato com adolescentes grávidas no pré-natal ou durante o parto que tinham uma complexidade de fatores associados à concepção desse bebê, e perpassa sobre minha atuação profissional como servidora pública no Instituto Federal do Pará – Campus Santarém, onde, diariamente, convivo com estudantes adolescentes de diversos estratos sociais que, por razões atreladas a sua sexualidade, acabam enfrentando dificuldades de acesso e permanência no ambiente escolar, impactando diretamente no avanço de seu percurso escolar.

Por fim, acreditando na afinidade e possibilidades de atuação conjuntas das áreas da saúde e da educação, e com base em minhas reflexões sobre a ocorrência desse fenômeno na vida do adolescente, estabeleceu-se o seguinte questionamento: “Qual a relação entre as características da trajetória escolar de adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade, nos anos de 2020 e 2021, em Santarém-PA, e a ocorrência da gravidez na adolescência?”.

Por conseguinte, o objetivo geral deste estudo é investigar a relação entre as características da trajetória escolar de adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade, nos anos de 2020 e 2021, no município de Santarém-PA, e a ocorrência da gravidez na adolescência. E como objetivos específicos, propõe-se: traçar o perfil

socioeconômico das adolescentes mães do estudo, identificar os fatores que influenciam no percurso escolar das adolescentes mães desde o período gestacional, e verificar se a escola oferece algum apoio para que adolescentes mães permaneçam na escola durante a gravidez ou após o nascimento do bebê.

Este texto organizou-se da seguinte forma, posterior a esta Introdução: na seção 2 será apresentada a Fundamentação teórica, que está estruturada em quatro subseções intituladas: Adolescência e sexualidade; Gravidez na adolescência e evasão escolar; Trajetória escolar e possibilidades de inclusão para adolescentes mães e, por último, Educação em saúde na escola com foco na sexualidade adolescente.

Após à fundamentação teórica, a seção 3 discorre sobre os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa. Nela são descritos os métodos escolhidos para realização deste estudo, bem como a sua caracterização, apresentação de técnicas, instrumentos de coleta e análises de dados, além de discorrer sobre os procedimentos éticos utilizados.

Por fim, a seção 4 expõe os resultados e discussão dos dados obtidos. Esta seção está organizada em quatro subseções, que são: Perfil socioeconômico das adolescentes mães participantes do estudo; Reflexões sobre a trajetória escolar de adolescentes mães desde a gestação e após o nascimento do bebê e O papel da escola para o enfrentamento da gravidez na adolescência. Buscou-se relacionar os resultados com as pesquisas anteriores e discutir a relevância dos dados coletados através deste estudo.

Encerra-se com as considerações finais, seguida das referências bibliográficas, apêndices e anexos.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Apresentamos as bases teóricas deste projeto em quatro subseções. Na primeira, expomos sobre adolescência e sexualidade; na segunda, gravidez na adolescência e evasão escolar; na terceira, abordaremos a trajetória escolar e possibilidades de inclusão escolar para mães adolescentes e, por último, educação em saúde na escola com foco na sexualidade do adolescente.

### 2.1 Adolescência e Sexualidade

A adolescência é um período de desenvolvimento humano caracterizado por transições biopsicossociais no indivíduo. É uma fase de desconstrução da infância, colaborando para a maturação, independência, reorganização emocional, pertencimento a grupos sociais e transformações físicas (Brasil, 2017).

Etimologicamente, o termo adolescência vem do latim “*adolescere*”, em que “*ad*” significa “para” e “*olescere*” significa “crescer”, sendo que o termo utilizado pela primeira vez na língua inglesa em 1430, referindo-se às idades de 14 a 21 anos para os homens e 12 a 21 anos para as mulheres (Melvin; Wolkmar, 1993).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde - OMS, adolescente é todo indivíduo que está na faixa etária de 10 a 19 anos de idade, sendo esta fase dividida em duas etapas: a pré-adolescência de 10 a 14 anos de idade, marcada pelas mudanças físicas, hormonais, maturação cognitiva e sexual iniciais, e a adolescência em si correspondendo à faixa etária de 15 a 19 anos de idade, caracterizada pela integração social, na qual há uma necessidade de enfrentamento de suas limitações e desenvolvimento saudável (OMS, 2009).

Já para o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a adolescência compreende a faixa etária dos 12 anos até os 18 anos de idade. Sendo assim, a adolescência seria considerada como uma fase de transição da infância para a vida adulta, durante a qual as experiências dos jovens mudam acompanhando a puberdade, mas não assumindo completamente o papel da vida adulta, e por ser uma fase de inúmeras transformações, associam-se também as descobertas da configuração da identidade do ser humano e de sua sexualidade (Brasil, 1990).

É importante olhar para o decorrer da adolescência sem ignorar a complexidade em meio às mudanças que acontecem aceleradamente. Em seus

estudos, Heilborn (2006) faz uma crítica às representações correntes sobre a adolescência, pelo fato de elas caracterizarem este grupo etário com estereótipos do tipo: “fase problemática da vida”; “existência de uma personalidade específica”; “idade da crise”. Nota-se uma inquietação e também a necessidade de desconstruir esse pensamento estereotipado para poder acolher a ideia de que: “a juventude abriga uma noção de tempo ideal, na qual a incerteza de projetos é admissível e o futuro ainda está por se definir” (Heilborn, 2006).

A autora em questão nos apresenta um cenário da adolescência no qual muito das dificuldades e fragilidades inerentes a esta faixa etária é despercebida pela família, profissionais da saúde e da educação, e quando isso ocorre, colegas e pares assumem papel dentro de parte do processo de construção da autonomia do jovem diante da família, e essa é uma linha tênue na formação do adolescente, já que essa fase é marcada por diversas transições na vida do indivíduo e uma delas seria a experimentação da sexualidade com um par.

Essa transição, dependendo da forma como seja concebida pelo adolescente, tende a gerar grande repercussão em variados aspectos da sua existência. Portanto, Heilborn (2006) ressalta que o aprendizado referente à sexualidade não está limitado ao contato sexual, sendo preciso ir além para compreender o significado dessa fase para construção da identidade do ser humano. É possível alcançar a ideia da autora, a partir do trecho a seguir:

O aprendizado da sexualidade, contudo, não se restringe àquele da genitalidade, tampouco ao acontecimento da primeira relação sexual. Trata-se de um processo de experimentação pessoal e de impregnação pela cultura sexual do grupo que se acelera na adolescência e na juventude. O aprendizado constitui-se na familiarização das representações, valores, papéis de gêneros, rituais de interação e de práticas, presentes na noção da cultura sexual (Heilborn, 2006, p. 35).

Ainda sobre o tema, Domingos, Santana e Zanatta (2021) corroboram com Heilborn (2006) ao destacar que essa definição do termo e concepção de sexualidade aponta para a necessidade de diferenciar-se sexualidade e sexo, pois, muitas vezes, esses conceitos são confusos no entendimento das pessoas. Nesse texto, abordaremos a sexualidade como a maneira que o indivíduo encontra afeto, contato e intimidade, expressando-se através do sentir em relação a outras pessoas e como estas se tocam e são tocadas. Não reduziremos a sexualidade ao ato sexual, pois buscaremos contribuir com o conceito de que o ser humano nasce com um sexo, mas

seus comportamentos, desejos e sentimentos têm uma ligação direta com a forma que as relações de gênero estão organizadas na sociedade.

Cabral e Brandão (2020), em seus estudos sobre a sexualidade, apontam que a sexualidade é algo que nos acompanha ao longo da vida, podendo até mesmo sofrer transformações no decorrer de sua construção baseada no comportamento humano, na busca do prazer, na experiência vivida com o ato sexual e nas descobertas individuais de desejo e de atração do ser humano.

É importante ressaltar que, geralmente, o início da vida sexual ocorre durante a adolescência e intimamente depende das concepções sobre gênero e sexualidade. Há países em que a iniciação sexual feminina precede à masculina (alguns países africanos) e em outros, a iniciação dos rapazes antecede a das moças, como no caso do Brasil (Cabral; Brandão, 2020).

Essa afirmação incita uma reflexão que diz respeito exatamente à questão da mudança de costumes sexuais no nosso país. Décadas atrás, a experimentação sexual apresentava maior possibilidade para sexo masculino, e essa não é mais a realidade brasileira. As mulheres, hoje, exercem sua sexualidade nas suas relações afetivas e sexuais, e, por isso, é plausível a afirmação de que há disparidades sociais, emocionais e reprodutivas quando nos referimos à sexualidade feminina, o que no futuro pode vir a se tornar um desafio para o âmbito da saúde, também para o sistema educacional brasileiro devido à exposição para comportamentos de risco (Souza *et al.*, 2021).

Nesse sentido, Heilborn (2006) é assertiva em sua colocação sobre o quão difícil é estabelecer um diálogo com as pessoas quando o tema em análise tem relação com as questões referentes à sexualidade, pois, embora a temática seja presente na vida dos indivíduos – especialmente os jovens - e reconhecida como importante para sociedade, também é envolvida por vergonha e preconceito. Podemos constatar isso com base no enunciado abaixo:

O cenário é paradoxal: permanece uma interdição nas conversas sobre sexualidade dentro da família. O ambiente social de discussão também não se modificou muito: faltam diálogos sem hipocrisia e mais atentos às especificidades das tentativas de imposição das igrejas sobre o seu conteúdo. Igualmente, na escola, não se trata abertamente o tema da contracepção, e educação sexual continua não sendo prioritária (Heilborn, 2006, p. 32).

Sendo assim, Rocha (2009) ressalta ser a partir dessa iniciação e construção da identidade sexual que surgem algumas dificuldades marcantes, como a ausência ou dificuldade de orientação quanto à sexualidade no ambiente familiar ou escolar para este público, que pode acarretar problemas futuros, entre eles, a gravidez na adolescência. Por esse motivo, é necessário compreender a dimensão dos problemas comumente relacionados a esta condição, entre os quais destacam-se: os riscos para a saúde de mãe e filho, o baixo nível socioeconômico, o início precoce da menarca e relações sexuais, violência sexual entre mulheres com menos de 14 anos de idade, sofrimento psíquico e dificuldades na adoção de comportamentos contraceptivos, que se constituem como experiências subjetivas e graduais para o jovem.

## **2.2 Gravidez na adolescência e evasão escolar**

A temática gravidez na adolescência continua sendo uma questão preocupante tanto sob a perspectiva biomédica quanto da perspectiva social que se encontram vinculados ao fenômeno. Trata-se de uma área de estudo complexa, principalmente por conta do público envolvido nesse problema de saúde pública, no caso, as adolescentes. A concepção da gravidez na adolescência envolve jovens inseridos em contextos distintos, que concebem uma criança sem as condições necessárias para vivenciar a maternidade/paternidade, sendo ora traumático quando ocorre em situações de vulnerabilidade, de desigualdade sociais e nas classes socioeconomicamente desfavoráveis (Souza *et al.*, 2021).

As considerações apresentadas pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (Brasil, 2022) abordam o fenômeno do ponto de vista biomédico:

Na área da saúde pública, a gravidez na adolescência é considerada um grande problema devido à alta prevalência de riscos perinatais e complicações da gravidez, sendo as principais causas de hospitalização e morte entre adolescentes de países em desenvolvimento como o Brasil. A gravidez nessa faixa etária pode ser considerada de alto risco, especialmente para meninas com menos de 15 anos de idade (Brasil, 2022, p. 4).

Corroborando com esta afirmação, e expandindo a visão para além dos fatores biológicos, as Secretarias Nacionais de Assistência Social *et al.* (2019) fazem a seguinte afirmação:

A gravidez é um acontecimento marcante na vida das famílias e, em particular, da mulher. Quando ela ocorre ainda na adolescência, pode resultar em maior nível de vulnerabilidade ou riscos sociais para as mães e também para os filhos, particularmente, os recém-nascidos, pois, nesta etapa, a criança é particularmente vulnerável e dependente de cuidados dos adultos. A adolescência, por si só, constitui fase de autoafirmação, de transformações físicas, psicológicas e sociais. Nesse tocante, uma gravidez acarreta, para a adolescente e futura mãe, além das transformações físicas e emocionais inerentes à gravidez, a responsabilidade por outra vida, o que requer maturidade biológica, psicológica e socioeconômica para prover suas próprias necessidades e as do filho/a. (Secretarias Nacionais de Assistência Social *et al.*, 2019, p. 2)

Os discursos frequentemente são negativos frente à ocorrência do fenômeno, e sempre buscam apontar culpados: irresponsabilidade dos jovens, ignorância, falta de autoridade dos pais, ausência de diálogo entre gerações, erotização precoce. Mas há uma perspectiva que fica em evidência: a gravidez na adolescência como um problema social, onde ela seria por conta da pobreza, da precariedade, da ausência de instrução, da falta de informação e da carência ao acesso dos serviços de saúde. Além disso, há novas expectativas sociais para juventude. O prolongamento da duração da escolaridade é uma delas (Heilborn, 2006).

É nesse sentido que Cabral e Brandão (2020) fazem uma análise bastante importante para construção da nossa reflexão sobre o tema:

Discutir gravidez na adolescência em um contexto com profundas desigualdades sociais, raciais/étnicas e de gênero como o do Brasil, demanda acuidade, competência teórica e técnica, e principalmente respeito à vida de milhões de adolescentes. (Cabral; Brandão, 2020, p.1)

O que podemos perceber é que a diversidade social e cultural dos adolescentes é um grande desafio para que se possa enfrentar o fenômeno da gravidez na adolescência. Ainda de acordo com Cabral e Brandão (2020) não seria possível tratar a gestação compreendida entre 10 e 19 anos de idade sob o mesmo estatuto, pois é necessário um olhar diferenciado entre as faixas etárias de 10 a 14 anos e 15 a 19 anos de idade, em especial o segmento de 10 a 14 anos de idade por conta de suas fragilidades. Conforme aponta o trecho a seguir:

O segmento de 10 a 14 anos requer uma abordagem diferenciada, [...] pois há fortes evidências de que uma parte considerável das relações sexuais entre adolescentes de 10 a 14 anos tende a ser não consensual. A relação entre abuso sexual e gravidez nesta faixa etária é um fenômeno de magnitude desprezível. (Cabral; Brandão, 2020, p.3)

Sendo assim, a gravidez na faixa etária de 10 a 14 anos é um fator de risco gestacional para a mãe e bebê, onde podem ocorrer problemas de saúde que comprometem a vida dos dois, como por exemplo: as síndromes hipertensivas, hemorragias, infecções do trato urinário, prematuridade, nascimento de bebês com baixo peso e os óbitos fetais ou maternos (Azevedo *et al.*, 2015)

De acordo com Souza *et al.* (2021), para a adolescente a ocorrência da gravidez pode se relacionar com uma tentativa de enfrentar uma de suas tarefas evolutivas, ou seja, é uma passagem rápida de filha para mãe, formalizando assim uma rápida transição para a vida adulta, haja vista que essa adolescente ainda está em formação. Reduzem-se então, as possibilidades de explorar a identidade e a preparação profissional, pois seria nessa fase e dentro do sistema escolar que ela iria refletir sobre o seu futuro profissional.

Há autores que defendem a ideia de que a gestação nessa fase seria uma das principais causas de evasão, e outros que consideram jovens que já abandonaram a escola têm mais chance de engravidar nessa fase da vida. Ambas as hipóteses são válidas, porém, não se pode esquecer de situar o lugar social dessas adolescentes, pois é a partir da indicação desse dado que entra em evidência o estado desse público (Almeida; Aquino, 2008; Almeida; Aquino; Barros, 2006; Gomes, 1998).

Heilborn (2006) reforça ainda a gravidez como fator associado à pobreza e marginalidade, pois com o desenvolvimento do fenômeno na vida dos jovens, eles interrompem ou são impedidos de retomar seus estudos, por conta da nova configuração familiar, dificilmente encontram um emprego e, comumente contam somente com o apoio da família, de forma limitada.

É válido ressaltar que o tipo de experiência social e escolar da família, as condições econômicas, questões culturais são relevantes para auxiliar-nos na compreensão da questão da escolaridade, porém, não podemos mecanizar ou determinar as variantes para a evasão escolar como se fosse algo já constituído (Polido; Mariano, 2020). Com base nessa perspectiva, a evasão escolar vem a constituir um dos temas de reflexão sobre a educação pública brasileira que clama pela construção de um ambiente escolar com possibilidade de atender à necessidade dos alunos, de modo que ele não deixe de frequentar a escola e alcance o término de seus estudos. Nesse processo, um dos fatores que pode estar associado é a ocorrência da gravidez na adolescência.

Para Almeida, Aquino e Barros (2006), a educação formal configura um fator protetor em razão da inclusão social, o que ocorre então é que a presença da jovem adolescente na escola como participante do processo educativo favorece o seu crescimento profissional e diminui os riscos de maternidade precoce ou da ocorrência de outros comportamentos de risco. O ensino é ferramenta que prepara o indivíduo em formação para atuar sobre a sua realidade, e este, quando interrompido, ocasiona desvantagem para o alcance de melhoria socioeconômica e inserção no mercado de trabalho. Assim, a interrupção na formação escolar passa a contribuir para perpetuação da pobreza, como evidenciado na literatura.

De acordo com Polido e Mariano (2020), do ponto de vista social, a evasão escolar é compreendida como um fracasso educacional, no qual ocorrem grandes consequências individuais e sociais para os alunos que ficam fora do sistema de ensino, sendo este problema um conjunto de fatores e não um fator isolado, portanto, precisa ser trabalhado em conjunto com a escola, família e comunidade, sendo que com base na literatura, quando se trata do tema, o ambiente escolar é quem recebe maior atenção.

A escola constitui um dos espaços de construção e de trocas de conhecimento, informações, ideias e socialização mais importantes para formação do indivíduo, por outro lado, é também um ambiente que possui limitações e fragilidades. Estima-se que a escola esteja apta para o cumprimento da estrutura curricular, e não somente dos conteúdos de cada disciplina, o que reforça sua transversalidade e interdisciplinaridade. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (Brasil, 1998), as temáticas emergentes entre os jovens seriam: saúde, ética, orientação sexual, trabalho e consumo, pluralidade cultural e meio ambiente são considerados temas transversais.

Na década de 1990, os temas transversais eram entendidos como recomendações de assuntos que deviam ser abordados nas diversas disciplinas, sem que houvesse imposição de conteúdo ou obrigatoriedade. Porém, com a aprovação da Base Nacional Curricular Comum – BNCC em 2017, amplia-se o alcance dos temas transversais, e tornam-se assegurados na concepção dos novos currículos como temas contemporâneos transversais (TCTs) indispensáveis e essenciais para todos os estudantes, crianças, jovens e adultos (Brasil, 2017).

A BNCC (Brasil, 2017) instaura seis macros áreas temáticas, que são: Cidadania e Civismo; Ciência e Tecnologia; Economia; Meio Ambiente;

Multiculturalismo e Saúde. Nesses eixos, estão englobados 15 temas contemporâneos: Ciência e Tecnologia, Direitos da Criança e do Adolescente; Diversidade Cultural, Educação Alimentar e Nutricional, Educação Ambiental; Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais Brasileiras; Educação em Direitos Humanos; Educação Financeira; Educação Fiscal; Educação para o Consumo; Educação para o Trânsito; Processo de envelhecimento, respeito e valorização do Idoso; Saúde; Trabalho e Vida Familiar e Social.

Nesse sentido, levando em consideração a faixa etária adolescente inserida no ambiente escolar e a experiência com a maternidade precoce, recebem ênfase para com este público, os temas contemporâneos que dizem respeito aos: Direitos da Criança e do Adolescente, educação em direitos humanos, saúde e vida familiar e social (Brasil, 2017).

Assim, a escola pode considerar a formação dos educadores e demais funcionários na tentativa de explorar esses temas contemporâneos transversais entre jovens em uma perspectiva preventiva, pois, somente assim é possível erradicar mitos, tabus, violências e promover uma educação que desenvolva a confiança, a autoestima, a responsabilidade, a autonomia e o protagonismo dos jovens por meio de informações corretas e seguras (Moraes; Vitalle, 2021).

Em um estudo realizado por Silva (2016) sobre a evasão escolar e gravidez na adolescência, fez-se uma constatação que nos leva a refletir:

O sistema escolar tenta culpar o aluno pelo fracasso escolar, ela se preocupa apenas em achar os culpados, não se ocupa em saber o porquê que se deu esse fracasso ou evasão escolar. Mas se esse fracasso for devido à gravidez precoce, a escola também vai querer achar o culpado e logo, vai culpar a jovem por não ter tomado os cuidados necessários para se prevenir. Neste problema não existirá somente um culpado, mas há vários culpados por isso acontecer, sendo eles a família por não orientar seus filhos, a escola por não tratar desses temas transversais, a sociedade e a mídia por passarem informações de banalização do corpo ou da sexualidade (Silva, 2016, p.31).

Dada a complexidade da maternidade precoce, a permanência na escola acaba sendo difícil, o que nos leva ao pensamento de que a escola, família e equipes de saúde em muitos momentos, haja vista, as estratégias disponíveis não são suficientes para que mães adolescentes tenham acesso à educação durante ou após a sua experiência com a maternidade, e o desfecho acaba sendo seu afastamento do ambiente escolar, e a aluna acaba se tornando apenas mais um dado estatístico para as taxas de evasão escolar.

### **2.3 Trajetória escolar e possibilidades de inclusão escolar para mães adolescentes.**

O conceito de trajetória engloba episódios que caracterizam várias fases da vida e tem relação com as circunstâncias, marcas sociais e biográficas onde o sujeito se encontra. Nesse sentido, Heilborn (2006) afirma que “a trajetória condensa uma série de episódios e estados que caracterizam uma dada esfera da vida”, e para além disso, faz a seguinte consideração:

A sucessão de experiências, as datas e as circunstâncias que têm lugar, os intervalos entre elas e seus desdobramentos – em suma, o desenrolar dos eventos - ocorrem em um contexto no qual se combinam diferentes marcas sociais. As marcas delimitam o campo de possibilidade dos indivíduos: origem e classe social, história familiar, etapa do ciclo de vida em que se encontram as relações de gênero estabelecidas no universo em que habitam. Assim, as circunstâncias sociais e biográficas presentificam-se em uma trajetória (Heilborn, 2006, p. 39).

Discutindo-se mais especificamente sobre juventude, o conceito de trajetória enfatiza a passagem do adolescente para vida adulta, na qual algumas etapas devem ser cumpridas, tais como: o término dos estudos, o início da vida profissional, a saída da casa dos pais e o início da vida conjugal, de modo que, como em uma sequência lógica este se configuraria como o “passo-a-passo” para chegar à vida adulta (Heilborn, 2006).

Porém, quando algo diferente ocorre nesse processo, as expectativas sociais precisam ser redirecionadas e estabelecidas a partir de um novo olhar, no qual, jovens e, principalmente, jovens mães, não podem ser diminuídas diante de seus direitos, muito menos impedidas de ter oportunidade para vislumbrar um novo projeto de vida. Nesse contexto, o debate promovido sobre a trajetória escolar de mães adolescentes acaba tornando-se extensivo, dialógico e consolidado tanto no campo educacional, da saúde e das políticas públicas (Souza *et al.*, 2021).

Para compreendermos melhor o conceito de trajetória escolar, é necessário refletir sobre o processo de escolarização oferecido para a juventude brasileira. De acordo com Andrade e Neto (2008), pensar em processo de juventude e em condição social juvenil significa também pensar em um conjunto de processos de diferenciação entre os jovens, o que pode ser evidenciado no trecho a seguir:

A escolaridade, relacionada com a faixa etária, opera importantes diferenciações juvenis, especialmente se cotejada com a situação de vida das famílias dos jovens – determinada, principalmente, pelo *status* socioeconômico -, como sexo, cor, local de moradia, clivagens interacionais, etc. Sem dúvida, não é possível se pensar em juventude como uma categoria independente do contexto na qual ela toma sentido (Champagne, 1996 *apud* Andrade e Neto, 2008, p.55).

Nesse sentido, Mascarenhas e Iriart (2019) ressaltam que a trajetória escolar dos jovens brasileiros representa uma problemática educacional que desafia a efetivação das políticas públicas e coloca em evidência as marcas de desigualdades sociais e limitações que o processo de escolarização possui, constituindo assim um grande desafio para o sistema educacional que é a garantia da permanência dos alunos inseridos no ambiente escolar e, conseqüentemente, o direito à educação.

Ao analisar o sistema escolar, o processo de escolarização e as fragilidades presentes no fluxo educacional, Andrade e Neto (2008) nos direcionam da seguinte forma:

O processo de escolarização constitui hoje, sem dúvida, um espaço importante de sentido, que explicita, de forma incisiva, desigualdades e oportunidades limitadas que marcam expressivos grupos de jovens brasileiros. Ao mesmo tempo, é um espaço fundamental de reflexão e luta por direitos (Andrade; Neto, 2008, p. 56).

No que diz respeito ao processo de escolarização, Mascarenhas e Iriart (2019) sinalizam que as escolas brasileiras não estão preparadas para oferecer uma educação de qualidade para todos como recomendado na legislação. Percebe-se que os espaços de ensino aprendizagem não conseguem estimular e tampouco garantir um percurso educacional completo para os diferentes grupos de jovens que vivem e percorrem o sistema de ensino. Como resultado, temos o predomínio das trajetórias escolares interrompidas pela desistência e abandono escolar, que podem ser retomadas ou não, mas que deixam marcas no percurso escolar dos jovens.

Almeida e Aquino (2008) apresentam o termo trajetória escolar com base em dois conceitos principais, que são: trajetória escolar regular e trajetória escolar irregular. Para os autores, a trajetória escolar regular seria aquela onde o aluno seguiria o seu percurso escolar sem interrupção ou distorção idade-série, ou seja, não haveria repetência, desistência ou abandono escolar em nenhum momento da vivência escolar do indivíduo.

Por outro lado, a trajetória escolar irregular ocorreria quando a experiência de vida presente no contexto social do sujeito o motivasse a interromper ou atrasar o seu percurso escolar. Almeida e Aquino (2006) propõem ainda que a ocorrência da interrupção dos estudos é um dos principais marcadores da caracterização das trajetórias escolares irregulares, e podem ser sintetizadas em duas categorias: irregular com interrupção (nos casos de desistência e abandono escolar) e irregular sem interrupção (nas situações de repetência), em ambas uma das consequências é a distorção idade-série.

Sendo assim, as trajetórias escolares irregulares podem ser compreendidas como um sinal da heterogeneidade de jovens que vivem e percorrem o sistema de ensino, e nesse cenário, as estratégias de escolarização devem se relacionar com as especificidades dessa faixa etária, suas condições socioeconômicas e os contextos de vulnerabilidade. Estas características expressam tanto as situações de desigualdades sociais quanto as barreiras para permanência no sistema educacional (Andrade; Neto, 2008).

Nesse contexto de trajetória escolar irregular, são facilmente percebidos problemas de associação entre as demandas do ciclo de vida e as demandas escolares, como por exemplo, quando analisamos jovens mães que apresentam dificuldades em conciliar trabalho, maternidade, casamento e outras responsabilidades. Além de verificar-se impacto na questão da escolaridade, nota-se dificuldade na construção de projetos para o futuro (Mascarenhas; Iriart, 2019).

Os autores supracitados, propõem que alunos com uma trajetória escolar irregular busquem combinar vida escolar com transição para vida adulta através da reinserção escolar. Esse movimento, além de ser uma forma de resistir às fragilidades do sistema, sinalizaria para a instituição educacional que esse público precisa ser visto, e levantaria possibilidades para o desenvolvimento humano e garantia ao acesso e permanência no sistema educacional.

Com base nos conceitos apresentados, direcionaremos nossa abordagem para a trajetória escolar de adolescentes mães, que constituem o público em análise neste estudo. Como encontrado em outros trabalhos (Almeida; Aquino, 2006; Sousa *et al.*, 2018; Souza *et al.*, 2021) uma das motivações para jovens mães interromperem seus estudos está associada à ocorrência da gravidez e criação dos filhos, mas não se restringe a essas razões, porém, vale a pena pontuar que para jovens mães, a escolarização é considerada como um requisito que lhes daria a chance de serem

aceitas no mercado de trabalho, asseguraria a sua autonomia financeira e o sustento dos seus descendentes.

Todavia, é necessário refletir sobre os processos sociais complexos que afastam as adolescentes da escola ou pelo menos não favorecem seu crescimento em termos educacionais. Primeiramente, lida-se com o comportamento da sociedade diante das responsabilidades maternas, pois as mães adolescentes além de enfrentar as repercussões em decorrência das mudanças em seu corpo, alteração de rotina, privação de atividades compatíveis com a sua faixa etária, são comumente rotuladas como irresponsáveis, descuidadas e inconsequentes, o que pode ocasionar desfechos negativos em seu bem-estar psicológico (Santos, 2022). Então nos indagamos sobre como é possível superar os desafios da maternidade, de modo que este público consiga permanecer e ser amparado dentro do sistema educacional?

A literatura nos direciona à proposta de reformulação e promoção de políticas públicas de atenção mais eficazes para as jovens mães. Para tanto, é necessário que as políticas educacionais configurem um meio de propagação de informações sobre prevenção e sexo seguro para o público adolescente (Souza *et al.*, 2021; Santos; Guimarães; Gama, 2016; Rocha, 2009).

Em seus estudos, Santos (2022) afirma que priorizar a adolescência nas políticas públicas de saúde e educação configura fator primordial no controle dos casos de gravidez na adolescência, e para elaboração dessas políticas é necessário atender dois objetivos fundamentais, o primeiro possui caráter preventivo na busca de diminuir os números de casos de gravidez precoce a partir do desenvolvimento de comportamentos preventivos. Já o segundo, visa amparar as adolescentes grávidas, as que já são mães e também seus bebês, para que não se sintam excluídas e nem menosprezadas em decorrência da parentalidade.

Concorda-se com o fato de a adolescência ser uma etapa marcada pelo processo de escolarização e pela forma como o jovem exerce esse direito. A legislação evidencia meios legais que garantam o direito à educação para as crianças e adolescentes, porém, na prática, não ocorre, pois com a associação de fatores como pertencimento de classe, de raça e gênero, esse direito acaba por ser violado para os sujeitos. Prova disso, são os indicadores que no Brasil, comprovam os problemas sociais relacionados à prática educacional, como por exemplo, o analfabetismo e o abandono escolar (Polido; Mariano, 2020).

A bibliografia apresentada por Souza *et al.* (2021) evidencia a inquietação dos autores frente às demandas sociais presentes na trajetória educacional, e dá ênfase especial para urgente necessidade de criação dos programas de continuidade de estudos para as mães adolescentes alunas da educação básica. Como apresentado no trecho:

(...) a grande questão é: se a gravidez na adolescência é um problema de saúde pública e uma das principais causas para a evasão escolar no Brasil, é possível pensar, e como pensar a inclusão social dessas adolescentes gestantes e mães no ensino? Ou ainda, como garantir o direito à educação para as mães adolescentes (Souza *et al.*, 2021, pg. 7).

A reflexão que os autores propõem é fundamental, pois a maioria dos estudos busca compreender o fenômeno a partir dos fatores associados ao abandono escolar, avaliando de forma secundária as estratégias de inclusão e manutenção escolar de mães adolescentes. Um exemplo claro disso é a comparação entre estudantes mães adolescentes com estudantes mães do ensino superior: nota-se uma disparidade referente à existência de programas de auxílio e assistência estudantil para cursar o ensino superior, o ensino médio é bastante escasso quanto à existência dos programas de assistência, então, embora esse não seja o foco, é possível, a partir desta realidade, pensar na possibilidade de políticas similares que contribuam para que a mãe adolescente permaneça na escola e tenha uma opção viável para o acesso à educação (Souza *et al.*, 2021).

Para Polido e Mariano (2020), para facilitar que as mulheres conciliem a maternidade, trabalho e estudo, o Estado precisa agir, pois a maternidade é também uma responsabilidade social, logo, as mães adolescentes deveriam ser amparadas quanto à garantia de vagas em creches e espaços educativos para seus filhos no período que fosse necessário enquanto desenvolvem suas atividades escolares ou demandas familiares. A experiência da gravidez e a maternidade na adolescência podem configurar uma motivação tanto para o abandono quanto para continuidade dos estudos, e quanto menor for a rede de apoio apresentada para essa mãe, menores são as chances da conciliação entre escolarização e cuidado familiar.

Nesse sentido, Sousa *et al.* (2018) em suas análises sobre evasão escolar entre mães adolescentes, concluem que a condição social é o fator de maior peso para o abandono escolar, muito mais até que a própria condição da gestação precoce. Polido e Mariano (2020) corroboram com os autores supracitados, ao ponderarem que

habitualmente a condição da maternidade juvenil encontra-se associada à pobreza, e por consequente, relaciona-se com o abandono escolar, porém, é essencial estabelecer uma análise mais cuidadosa quanto à trajetória escolar das jovens mães, ora pois, suas experiências escolares são atreladas a conflitos sociais advindos das desigualdades de gênero, de classe e raça, onde a baixa escolaridade acaba por resultar das condições de desigualdade escolar, experiência da maternidade adolescente e não necessariamente desenvolvida por conta da ocorrência da gestação na adolescência.

Sousa *et al.* (2018) afirmam ainda que manter a jovem mãe na escola seria o caminho para interromper o ciclo intergeracional da pobreza, onde jovens mais pobres são mães adolescentes, e a maternidade reduz sua escolaridade e oportunidades futuras, fatores comumente presentes na ocorrência do fenômeno da gravidez na adolescência. Podemos perceber isso no segmento abaixo:

Não obstante, compreende-se que a gestação na adolescência não constitui um problema em si, mas ao contexto de iniquidades que a produz e reproduz, sendo fundamental que as políticas sociais atentem para as necessidades e demandas específicas dessa população, na construção de estratégias que atuem nos determinantes sociais e na redução de vulnerabilidade que podem ser desfavoráveis para qualidade de vida dessa população (Sousa *et al.*, 2018, p. 167).

Diante disso, não é surpresa que a baixa escolaridade de mães adolescentes faz referência às condições desgastantes físicas e emocionais do trabalho, falta de rede de apoio para continuidade dos estudos, ausência de serviços públicos de apoio para cuidados infantis, carência de acesso aos métodos contraceptivos, expectativas diminuídas quanto ao retorno ao ambiente escolar e elevada urgência em se inserir no mercado de trabalho, submetendo-as a qualquer tipo de atividade remunerada (Polido; Mariano, 2020).

Assim, novamente entra em evidência o papel do sistema escolar diante da heterogeneidade juvenil, de modo a desenvolver políticas educacionais que oriente os jovens quanto à sexualidade, para que além da sua ação em caráter preventivo, ofereça condições para sua permanência na escola e seguimento nos planos de vida. Para as jovens que já são ou serão mães, o objetivo é possibilitar seu retorno ou a sua manutenção no sistema educacional, ofertando alternativas que considerem a existência de seus filhos ou trabalho, sempre respeitando as suas reais necessidades, sejam elas socioeconômicas ou emocionais (Sousa *et al.*, 2018).

## 2.4 Educação em Saúde na escola com foco na sexualidade do adolescente

A Educação em/para Saúde tem como objetivo orientar a população para os cuidados, prevenção de doenças e estimular o desenvolvimento de hábitos saudáveis, no intuito de construir a autonomia dos indivíduos com relação a sua saúde e qualidade de vida. No ambiente escolar não é diferente, pois este espaço tem a oportunidade de direcionar os jovens para condutas de autocuidado e proteção (Lacerda, 2021).

As práticas de educação em saúde são um dos principais eixos estratégicos para promoção da saúde no espaço escolar, pois permitem ao educador fazer intervenções na realidade concreta da vida de cada sujeito. De acordo com Lacerda (2021), esta ação requer interdisciplinaridade para que se possa alcançar a conscientização dos indivíduos para um estilo vida saudável. Nesse cenário, a escola configura um local de muitas possibilidades, entre elas, as ações dos profissionais da saúde pertencentes ou não ao quadro de servidores da escola, que realizam trabalhos com foco na saúde dos alunos, independente da faixa etária ao qual se encontram.

A escola, ao comprometer-se com a educação para a saúde dos seus alunos, além de afirmar-se como espaço de prática e desenvolvimento de estilos de vida saudáveis, permite também que a abordagem sobre a saúde se apresente nos diferentes componentes curriculares (Lacerda, 2021).

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (Brasil, 2022), ao analisar os temas adolescência e sexualidade, consideram a estreita relação entre as duas questões, ora pois, o primeiro é caracterizado como um momento marcado de transformações que se manifestam em alterações biológicas, de aprendizagem, nos comportamentos, nas descobertas, nos níveis de interação e socialização. E, o segundo, comporta-se como um fator inerente ao ser humano, indissociável do seu desenvolvimento, e que diz respeito não somente à saúde, mas também a integralidade do indivíduo.

Para Penso *et al.* (2013), os estudos sobre a saúde do adolescente são escassos e ainda apresentam muitas lacunas que pode se justificar pela dificuldade para trabalhar com as especificidades desse público, que já não se encontra na infância e, ao mesmo tempo, não assume as responsabilidades de vida adulta. Dessa forma, apesar da existência de políticas públicas voltada para eles, é muito complexo alcançar os jovens e seria necessária a ação conjunta das áreas da saúde e da

educação, que comprovadamente possuem um distanciamento entre suas práticas e o que prevê os documentos oficialmente instituídos na sociedade brasileira.

As crianças e adolescentes se encontram em fase de desenvolvimento, por isso, é preciso focar na garantia do respeito à integridade física, psíquica e moral deste público, de modo que questões referentes à sexualidade sejam abordadas de acordo com o nível de discernimento, maturidade e experiências da própria idade, pois eles se encontram em formação. Por isso, o conhecimento oferecido para crianças e adolescentes deve tratar das múltiplas dimensões da sexualidade humana como forma de prevenção primária que tem como resultado a diminuição do risco da gravidez precoce e da ocorrência de infecções sexualmente transmissíveis (Brasil, 2022).

A prevenção primária ocorre quando não há existência de problemas de saúde, e o trabalho se estabelece em caráter preventivo, através da promoção e educação em saúde. Como por exemplo, quando abordamos questões referentes à sexualidade, significa trabalhar um conjunto de atividades sobre os assuntos que o tema engloba, tais como: risco de doenças sexualmente transmissíveis, riscos de gravidez na adolescência, riscos de abuso infanto-juvenil, riscos de exploração sexual, ações para o autocuidado e autopreservação (OMS, 2022).

Com base na perspectiva apresentada, a escola surge como o ambiente social no qual os adolescentes passam a maior parte de suas vidas iniciais. Este espaço precisa ser saudável e seguro para o aprendizado e desenvolvimento do aluno, de modo a proteger os alunos de situações que representem riscos à sua saúde física e psicológica (IBGE, 2021).

Levando em consideração que o espaço escolar é propício para a formação da consciência crítica do educando, e também um espaço que possibilita a aquisição de práticas que visam a promoção da sua própria saúde (Costa, 2012). Dá-se, então, a inserção dos temas transversais no currículo das séries de anos finais para os adolescentes inseridos no ambiente escolar. Sobre isso, a Base Nacional Curricular Comum - BNCC (BRASIL, 2017) considera que:

Nos anos finais, são abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, do saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira. (BRASIL, 2017, p. 325).

Para que isso ocorra, é preciso recorrer à perspectiva de que a adolescência é um período rápido de desenvolvimento do ponto de vista pessoal, fisiológico, social e emocional. Enquanto todos estes aspectos se constroem na formação do indivíduo, o aprendizado e experiência com a sexualidade e demais formas de se relacionar ocorre simultaneamente. Neste momento, destaca-se então o quão importante é que a integração entre comunidade escolar, família, alunos e profissionais da saúde para colocar as questões referentes à sexualidade como ponto respeitável de análise e discussão livre de tabus, vergonha ou preconceito (Cortez; Silva, 2017).

Sobre esse aspecto, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (2019) nos apresenta como poderia se dar essa relação do processo de ensino na escola com a educação integral em sexualidade – EIS, conforme trecho a seguir:

A qualidade e o impacto da EIS nas escolas dependem não apenas do processo de ensino – que inclui a capacidade dos docentes, as abordagens pedagógicas empregadas e os materiais didáticos e de aprendizagem utilizados – mas também do ambiente escolar como um todo, que se manifesta por meio do regimento escolar e de práticas na escola, entre outros aspectos. A EIS é um componente essencial de uma educação mais ampla, de qualidade e desempenha um papel importante na determinação da saúde e do bem-estar de todos os estudantes (UNESCO, 2019, p. 13).

O papel da escola nesse cenário, conforme a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar - PENSE (IBGE, 2021) pode ser evidenciado a partir do trecho a seguir:

Estudos têm apontado para a importância da escola como um espaço de educação sexual, considerando que a atividade sexual sem proteção expõe os adolescentes aos riscos à saúde com as infecções sexualmente transmissíveis; assim como os efeitos da gravidez precoce no processo de desenvolvimento das meninas, que pode resultar ainda na evasão escolar (IBGE, 2021, p. 88).

Os trechos acima, colocam em foco que a utilização de atividades educativas com foco nas questões sobre a sexualidade é essencial no ambiente escolar, pois além de possibilitar a promoção da educação em saúde e a troca de saberes, oferece oportunidade de o educador auxiliar no entendimento de conhecimentos, tornando comum algo que era considerado estranho pelo indivíduo. Estes apontamentos nos indicam também que as práticas educativas favorecem o início da vida sexual de maneira mais responsável, bem como servem para combater e prevenir questões que interfiram na saúde do adolescente (Ferreira, 2019).

A proposta da educação para sexualidade é justamente minimizar os riscos para o público adolescente, de modo a favorecer o seu desempenho do ponto de vista social e educativo. Ao tratar do tema, as Orientações Técnicas Internacionais de Educação em Sexualidade elaborada pela UNESCO (2019) fazem uma crítica para a sociedade pelo recuo quando é necessário aproximar-se do desenvolvimento do público adolescente. É possível perceber isso a partir do trecho abaixo:

Muitos jovens se aproximam à vida adulta enfrentando mensagens conflitantes, negativas e confusas sobre a sexualidade, que muitas vezes são agravadas pelo constrangimento e pelo silêncio por parte dos adultos, inclusive pais e professores. Em muitas sociedades, as atitudes e até a legislação reprimem a discussão da sexualidade e do comportamento sexual. (UNESCO, 2019, p. 12).

Para Dias e Goi (2021), são muitos os obstáculos para avançar no processo de aprendizagem sobre educação sexual para os adolescentes e jovens, e por essa razão os profissionais devem insistir a ponto de provocar o rompimento de barreiras e elaborar estratégias para orientar os jovens quanto aos modos de prevenção da gravidez precoce, ocorrência de infecções sexualmente transmissíveis e meios de evitar outros comportamentos de risco. Este é um caminho árduo, porém, ressignificante na formação do indivíduo.

Heilborn (2006) considera a educação para sexualidade como instrumento que de fato faria com que os adolescentes integrassem de maneira regular em seu cotidiano métodos de contracepção e proteção em suas relações com seus pares. Segundo a autora, podemos analisar, a partir do seguinte ponto de vista:

Não discutir contracepção é permanecer cego diante do fato de que as relações sexuais de jovens e adolescentes se modificaram. São legítimas e constituem um direito. No que concerne à reprodução, as mulheres continuam sendo responsabilizadas por engravidar, e os homens absolvidos ou esquecidos de sua participação no evento. Quanto aos poderes públicos, é reclamada simplesmente o planejamento familiar, sem considerar a etapa necessária da educação sexual (Heilborn, 2006, p. 32).

Mas como desenvolver o trabalho voltado para educação sexual no ambiente escolar com adolescentes? Dias e Goi (2021) relatam que, ao mesmo tempo que é possível inserir a temática no meio escolar, é também uma tarefa complexa abordar o assunto, seja por falta de informação da parte dos alunos ou pela resistência encontrada nos pais ou responsáveis no que diz respeito ao tema, apesar de que os

estudos comprovam que um bom nível de informação não predita a adoção de condutas de precaução, mas contribui positivamente na formação do indivíduo.

Outro ponto importante é que na atualidade há muitas fontes concorrentes de informações na vida dos jovens, por isso, a abordagem equilibrada e abrangente deve ser bem planejada no sentido de envolvê-los, de forma efetiva, no processo de aprendizagem para atender as suas particularidades, se não houver planejamento e regularidade do desenvolvimento das atividades com a faixa etária adolescente, as contribuições positivas tendem a ser reduzidas (Dias; Goi, 2021).

Por fim, esse processo educativo junto ao público adolescente requer um olhar para o futuro, pois, esse jovem mais tarde se tornará o adulto da nossa sociedade. Para isso, deve-se trabalhar para construção de sua autonomia, compreensão das suas singularidades, e também acreditar que a educação em saúde na escola constitui ferramenta importante para capacitação dos jovens para que desenvolvam autocuidado com sua saúde física, mental e emocional (Cortez; Silva, 2017).

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A proposta metodológica escolhida para este estudo foi a pesquisa do tipo descritivo, com abordagem qualitativa. De acordo com Gil (2022), na pesquisa descritiva objetiva-se descrever as características de determinadas populações ou fenômenos, e uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Sobre a escolha da abordagem qualitativa, é marcada neste estudo pelo fato de trabalhar com o estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os sujeitos sociais fazem sobre si (Minayo, 2007).

Esta pesquisa é caracterizada também como bibliográfica e empírica.

A pesquisa bibliográfica tem como principal vantagem permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que ele poderia pesquisar diretamente (Gil, 2022). A caracterização deste estudo como pesquisa bibliográfica é representada através do levantamento e revisão de diferentes literaturas sobre o tema do estudo, tais como: livros, artigos científicos, monografia, dissertações e teses produzidas que possibilitaram a construção da fundamentação teórica deste trabalho.

Quanto ao seu caráter empírico, destaca-se nessa modalidade de pesquisa a dedicação quanto ao tratamento da "face empírica e fatural da realidade; produz e analisa dados, procedendo sempre pela via do controle empírico e fatural" (Demo, 2000, p. 21). Neste estudo, os pesquisadores e participantes da pesquisa são elementos imersos e ao mesmo tempo produtos da mesma teia contextual, cabendo, a cada parte envolvida, o desempenho adequado do seu papel social (Hoga; Borges, 2016). Baseada nisso, enquanto pesquisadora, priorizei respeitar e reconhecer que as participantes da pesquisa apresentavam modos particulares de vivenciar e interpretar experiências e, somente assim, foi possível a apreensão e descrição da perspectiva das participantes da pesquisa.

Por fim, esta pesquisa foi realizada em duas etapas, a primeira correspondeu a análise dos prontuários das adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade que pariram nos anos de 2020 e 2021, atendidas durante o pré-natal pelo Centro de Referência em Saúde da Mulher de Santarém-PA. Sobre a primeira etapa, esta ocorreu em dois momentos:

- 1º Momento: construção da planilha de informações pessoais das adolescentes;
- 2º Momento: tentativa de contato telefônico com as adolescentes para explanar sobre o projeto, convidá-las para participar do estudo e agendar a entrevista semiestruturada.

Quanto à segunda etapa, correspondeu a realização de entrevistas semiestruturadas, nas quais as participantes foram as adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade que pariram nos anos de 2020 e 2021, que foram atendidas durante o pré-natal pelo Centro de Referência em Saúde da Mulher em Santarém-PA.

### **3.1 Cenário do estudo**

O município de Santarém no estado do Pará, está situado na Mesorregião do Baixo Amazonas, com uma área de 17.898,389 km<sup>2</sup>, sendo 95 km<sup>2</sup> caracterizados como perímetro urbano (IBGE, 2022). De acordo com a Prefeitura Municipal de Santarém (2021), é a terceira maior cidade do Pará, e constitui o principal centro urbano e socioeconômico deste estado. É popularmente conhecido como "Pérola do Tapajós", devido a estar posicionado na confluência dos rios Tapajós e Amazonas. Conforme demonstrado na figura 1:



implantação ou implementação de políticas públicas de saúde na cidade, o que destaca a necessidade da adoção de mecanismos dinâmicos, principalmente na área da saúde.

A faixa etária adolescente do município, de acordo com o CECAD - Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (2020) conta com uma média de 40.336 adolescentes e jovens. Este dado foi divulgado com base no cadastro no CadÚnico de pessoas com idade entre 12 e 20 anos, estimando, dessa forma, 20% do índice populacional cadastrado total do município. A faixa etária entre 12 e 15 anos contabilizou 9.304 adolescentes pertencentes ao sexo feminino. Compreende-se a partir deste dado, que a maioria desses adolescentes são inseridos em famílias de baixa renda que vivenciam vulnerabilidades sociais e recebem/dependem da ajuda do benefício de renda oferecido pelo governo federal, assim, a possibilidade de se construir um projeto de vida futura e a busca por melhores condições de vida é minimizada, o que pode impactar diretamente na importância que a jovem dá a sua escolarização.

Por outro lado, no que diz respeito à área da educação, observa-se a redução nas taxas de evasão escolar. No ano de 2015, constatou-se que o percentual de 0,5% dos alunos abandonou o ambiente escolar por alguma razão. Já no ano de 2019, essa taxa caiu para 0,3%. Este é um dado importante, e reflete à preocupação da gestão do município em manter as crianças e adolescentes na escola. Atualmente, a cidade possui 457 escolas públicas municipais e creches administradas pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) que conta com cerca de 62.121 alunos matriculados. E sob a responsabilidade da Secretaria Executiva de Educação (SEDUC), há 44 escolas estaduais oferecendo às crianças e adolescentes o acesso à educação especial, ensino fundamental e ensino médio para aproximadamente 38 mil alunos, além da existência de 44 escolas particulares (Plano Municipal de Saúde, 2022; Plano Municipal Para Infância e Adolescência, 2020).

De posse dessa informação, devido ao grande quantitativo de escolas na zona urbana e rural, enquanto pesquisadora constatei a inviabilidade para realizar este estudo dentro do ambiente escolar. Então, em busca de alcançar o maior número de adolescentes mães de 10 a 14 anos que pariram nos anos de 2020 e 2021, elegi a Casa de Saúde da Mulher, também conhecida como Centro de Referência de Saúde da Mulher (Figura 2), localizada na Avenida Barão do Rio Branco, s/n, Bairro: Santa

Clara, CEP: 68005-110 no município de Santarém – PA, como local para realizar este estudo.

Figura 2: Centro de Referência de Saúde da Mulher



Fonte: acervo da autora da pesquisa (2023)

Como preconiza o Manual de Gestão de Alto Risco (BRASIL, 2022), os acompanhamentos de casos de gravidez na adolescência, na faixa etária <15 anos de idade, devem ser encaminhados pela equipe da Unidade Básica de Saúde para Unidade de maior nível hierárquico de pré-natal, neste caso, os centros de referência. A gestação adolescente concebida na idade entre 10 e 14 anos configura um fator de risco relacionado às condições clínicas de identificação de maior risco na gestação atual, no eixo que diz respeito às características individuais e condições sócio demográficas da gestante.

Logo, a decisão por este espaço como local da pesquisa deu-se pelo fato da maioria dos atendimentos de pré-natal das adolescentes mães de 10 a 14 anos que pariram nos anos de 2020 e 2021 terem sido realizados neste ambiente, portanto, foi onde encontramos o maior número de registros de acompanhamento das participantes do estudo.

Este é um órgão gerenciado pela Secretaria Municipal de Saúde de Santarém - PA, que tem como objetivo oferecer assistência pré-natal, grupos de gestantes e consultas do puerpério para mulheres em situações especiais que necessitam de assistência especializada, tais como adolescentes, mulheres vítimas de violência, mulheres que apresentem algum fator de risco em sua gestação e também que desejem realizar planejamento familiar (Plano Municipal de Saúde, 2022).

### 3.2 Participantes da pesquisa

Em levantamento prévio realizado no DATASUS (Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde), os dados disponíveis no SINASC quanto à ocorrência de partos em mulheres adolescentes na faixa etária de 10 a 14 anos de idade, apontam que em 2021 foram registrados 51 nascimentos, e em 2020 registrou-se 44 nascimentos, contabilizando no total dos dois anos: 95 nascimentos (BRASIL, s.d).

Mediante o levantamento destes dados, estimou-se realizar este estudo com essa amostra de adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade, que pariram nos anos de 2020 e 2021, e que foram atendidas durante o pré-natal pelo Centro de Referência em Saúde da Mulher em Santarém-PA. Dessa forma, no mês de julho de 2022, antes mesmo da aprovação deste projeto pelo comitê de ética e emissão da carta de aceite do local da pesquisa, procurei o Centro de Referência em Saúde da Mulher para me apresentar como pesquisadora e verificar a viabilidade para execução desta pesquisa. Na ocasião, a responsável técnica do estabelecimento me repassou o quantitativo de adolescentes mães que realizaram o pré-natal nesta instituição, e com este dado pude constatar a diferença entre o que há disponível no SINASC e os dados disponíveis no local da pesquisa, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 - Quantitativo de nascidos vivos x quantitativo do acompanhamento Pré-natal de adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade nos anos de 2020 e 2021.

ANO	Nascidos de adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade (SINASC)	Acompanhamento Pré-natal de adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade (Casa de Saúde da Mulher)	Diferença de quantitativo entre SINASC e Casa de Saúde da Mulher
2021	51 nascimentos	30 adolescentes grávidas	21 adolescentes mães
2020	44 nascimentos	13 adolescentes grávidas	31 adolescentes mães
<b>Total</b>	<b>95 nascimentos</b>	<b>43 adolescentes grávidas</b>	<b>52 adolescentes mães</b>

Fonte: dados da pesquisa (2023).

A diferença de quantitativo existente entre os dados do SINASC e da Casa de Saúde da Mulher, já nos indicam a redução da amostra inicial deste estudo para 44 participantes, pois evidenciou-se que, do total das 95 adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade que pariram nos anos de 2020 e 2021, 52 delas, por alguma razão, não realizaram o pré-natal nesta instituição.

Assim, após a realização deste levantamento inicial e confirmação junto ao

local da pesquisa quanto à viabilidade para desenvolvê-la, realizei os trâmites de encaminhamento do projeto de pesquisa para Secretaria Municipal de Saúde do município de Santarém- PA que é o órgão responsável pela instituição escolhida para realização do estudo e, em 03 de janeiro de 2023 foi emitida a Carta de Aceite (Anexo I) autorizando a realização deste trabalho. Concomitante a isso, o até então projeto foi também submetido para avaliação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp Marília – SP, o qual foi aprovado no dia 03 de março de 2023, CAAE: 66713622.2.0000.5406, nº do parecer 5.924.653 (Anexo II) tornando assim possível o desenvolvimento da pesquisa em todas as suas etapas.

Posterior à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp Marília – SP, a coleta de dados desta pesquisa iniciou-se efetivamente em março de 2023, com a análise dos prontuários arquivados no Centro de Referência de Saúde da Mulher (1º momento), referentes ao acompanhamento pré-natal das adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade que pariram em 2020 e 2021, onde, por meio da construção de uma planilha, registrei as informações pessoais necessárias sobre as adolescentes para poder entrar em contato com elas. Foram registrados: número do prontuário, nome, idade, telefone, endereço e bairro.

Nesta planilha foram catalogados 43 prontuários, deste total, e foi possível coletar os dados pessoais completos de 38 prontuários de adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade. Os demais 05 prontuários apresentaram lacunas quanto ao seu preenchimento, pois havia ausência de registro de dados pessoais sobre as pacientes. Os principais problemas encontrados foram: ausência do contato telefônico da paciente ou telefone errado / caixa postal, não sendo possível assim, obter resposta via contato telefônico com essas adolescentes.

Encerrada a construção da planilha, iniciei as tentativas de contato telefônico com as adolescentes a fim de explicar sobre o projeto e convidá-las para participar deste estudo. Na ocasião, era necessário fazer o agendamento da entrevista no endereço da adolescente mãe. Neste momento, alguns obstáculos impuseram a necessidade de adaptação para execução desta pesquisa. O Quadro 2 indica as principais dificuldades encontrados para selecionar as participantes deste estudo:

Quadro 2 - Principais dificuldades para selecionar as adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade nos anos de 2020 e 2021.

<b>Dificuldades encontradas</b>	<b>Quantidade de adolescentes</b>
Contato telefônico sem resposta (telefone errado, telefone não existe, caixa postal ou não atenderam)	22
Adolescentes que residem em região de interior	05
Adolescentes que desistiram de participar da entrevista	04
Total	31

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Por fim, após apresentar as principais dificuldades para selecionar o grupo de participantes, foi possível estabelecer o contato consentido com 11 adolescentes mães para participar do estudo, porém, próximo às datas agendadas para realização da entrevista, 04 dessas participantes desistiram por questões pessoais. Sendo assim, o grupo de participantes deste estudo foi composto por 07 adolescentes mães que realizaram o acompanhamento pré-natal no ano de 2020 e 2021 no Centro de referência em Saúde da Mulher do município de Santarém-PA que no período em que foram pacientes nesta instituição possuíam idade entre 10 e 14 anos.

### **3.2.1 Critérios de Inclusão**

Foram considerados critérios de inclusão:

- Ser adolescente mãe que realizou acompanhamento pré-natal nos anos de 2020 e 2021 no Centro de referência em Saúde da Mulher do município de Santarém – PA, que no período em que vivenciou a gravidez apresentava idade entre 10 e 14 anos;
- Como as adolescentes mães ainda possuem idade menor que 18 anos, elas deviam possuir algum responsável para consentir a sua participação no estudo;
- Ter disponibilidade de tempo e logística para participar da pesquisa.

### **3.2.2 Critérios de Exclusão**

- Ser adolescente mãe que realizou acompanhamento pré-natal nos anos de 2020 e 2021 no Centro de referência em Saúde da Mulher do município de Santarém

– PA que no período em que vivenciou a gravidez apresentava idade maior que 14 anos.

- As adolescentes que não têm responsável legal não participaram da pesquisa, devido os procedimentos éticos adotados neste estudo.

- Não ter disponibilidade de tempo ou logística para participar da pesquisa.

### **3.3 Técnicas e instrumentos de coleta de dados**

Como explanado anteriormente, os dados deste estudo foram coletados em duas etapas: a primeira correspondeu à análise dos prontuários das adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade que pariram nos anos de 2020 e 2021, atendidas durante o pré-natal pelo Centro de Referência em Saúde da Mulher de Santarém-PA. Esta etapa foi descrita detalhadamente no item 3.2.

E a segunda etapa correspondeu à realização da entrevista semiestruturada (Apêndice A) com as 07 adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade que pariram nos anos de 2020 e 2021 que foram atendidas durante o pré-natal pelo Centro de Referência em Saúde da Mulher em Santarém-PA e aceitaram fazer parte desta pesquisa.

A escolha da entrevista semiestruturada deu-se pelo fato desse instrumento permitir que o pesquisador trate de temas complexos, através da conversa junto ao pesquisado, de maneira metódica, podendo alcançar resultados que dificilmente poderiam ser investigados adequadamente através do uso de formulários e questionários (Marconi; Lakatos, 2007).

Para Manzini (2020), o uso da entrevista semiestruturada possibilita a descrição dos fenômenos sociais, sua explicação e compreensão de sua totalidade, além de direcionar foco no assunto a partir da construção de um roteiro de perguntas principais, que pode ser adaptado durante a realização da entrevista

O uso do roteiro para direcionar a entrevista semiestruturada, auxilia bastante na organização do processo de interação com o informante, dando espaço para ir além da coleta de informações básicas, pois podem emergir informações de forma livre e as respostas não são condicionadas a um padrão de resposta (Manzini, 2020).

Ainda de acordo com Manzini (2020), este tipo de entrevista está dentro da abordagem qualitativa. Este instrumento é indicado para coletar informações com grupos pequenos e homogêneos, pois realizar entrevistas com indivíduos inseridos

em um grupo nos aponta grandes chances de encontrar-se vivências semelhantes em contextos semelhantes, portanto, é esperado que as respostas se repitam e as perspectivas encontradas sejam similares, porém, o que será o diferencial para o pesquisador é modo de se analisar qualitativamente os dados obtidos.

Neste estudo, a entrevista semiestruturada teve seu roteiro foi elaborado com base na pesquisa: “Gravidez na adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil – GRAVAD” (Heilborn *et al.*, 2006), sendo estruturada da seguinte forma:

- a) Parte 1 – Identificação e variáveis socioeconômicas: iniciais das participantes, idade, naturalidade, religião, condições de moradia e questões referentes ao nível socioeconômico.
- b) Parte 2 – Trajetória de estudo e gravidez: esta seção foi composta por sete perguntas abertas referentes à escolaridade, gravidez e experiências com a maternidade, suporte escolar e educação em saúde com foco na sexualidade. O uso das perguntas abertas permitiu que as adolescentes ficassem mais à vontade para responder e fazer os seus comentários sobre o tema abordado.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas no decorrer do mês de abril/2023, após agendamento prévio com as participantes. No momento do agendamento da realização das entrevistas, houve resistência das adolescentes mães ou de seus respectivos responsáveis quanto à proposta de me receber em suas residências para realizar a entrevista presencialmente. Mediante esta dificuldade e para que não perdesse a oportunidade com as participantes, foi decidido pela pesquisadora junto ao orientador desta pesquisa que a entrevista seria realizada via ligação telefônica, e, posteriormente, seria recolhida a assinatura do TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (assinado pela menor de idade) – (Apêndice B) e do TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (assinado pelo adulto responsável por menor de idade) - (Apêndice C). As participantes e seus responsáveis concordaram em enviar arquivo de forma digital para a pesquisadora. Todos os arquivos foram recebidos pela pesquisadora, entre os meses de abril e maio de 2023.

Dessa forma, as 07 entrevistas semiestruturadas foram realizadas respeitando todas as condutas éticas necessárias. Foram gravadas, transcritas e, posteriormente, analisadas de modo que seus resultados pudessem responder à pergunta que deu origem a esta investigação.

### 3.4 Análise de dados e interpretação dos resultados

Para análise e interpretação dos dados coletados através da entrevista semiestruturada realizada neste estudo, utilizou-se a análise de conteúdo temática sugerida por Bardin (2011).

A autora definiu análise de conteúdo como:

(...) um conjunto de técnicas das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (Bardin, 2011, p.42)

Este método de análise organizou-se em três fases:

- 1) Pré - análise: é a fase de organização que tem por objetivo operacionalizar e sistematizar as ideias iniciais (Bardin, 2011);
- 2) Exploração do material: é a operação de analisar o texto sistematicamente em função das categorias formadas anteriormente (Bardin, 2011; Minayo, 2007);
- 3) Tratamento dos resultados, inferência e a interpretação (Bardin, 2011; Minayo, 2007).

Esta técnica foi essencial para a compreensão dos dados obtidos, pois, conforme a literatura, ao realizar-se a análise de conteúdo temática com base nas unidades de codificação (palavras ou frases) é possível dar origem às categorias temáticas, ou seja, focaliza-se em dar destaque para temas ou significados que têm relevância com relação ao objetivo da pesquisa (Manzini, 2020).

Após isto, foram feitas inferências e interpretações previstas no quadro teórico, onde nos resultados e discussão serão apresentados os itens de maior relevância para os objetivos do estudo.

### 3.5 Procedimentos éticos

Os aspectos éticos e legais que envolvem pesquisas com seres humanos foram respeitados em todas as etapas desta pesquisa, conforme aponta a Resolução 466/2012. O projeto de pesquisa desta investigação foi submetido à Secretaria Municipal de Santarém – PA (órgão responsável pelo local da pesquisa), e foi

aprovado em 03 de janeiro de 2023, com a condição de ser iniciada a coleta de dados somente com o parecer favorável do Comitê de Ética.

Dessa forma, este projeto foi submetido ao Comitê de Ética da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Paulista – UNESP – Campus de Marília, o qual foi aprovado no dia 03 de março de 2023, CAAE: 66713622.2.0000.5406, nº do parecer 5.924.653.

Para além disso, a participação das entrevistadas ocorreu após esclarecimentos para as menores de idade e seus respectivos responsáveis no que diz respeito às etapas da pesquisa. Para garantir sigilo, anonimato e respeito com as participantes do estudo, foram disponibilizados os seguintes documentos: TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido; TCLE – Termo de Consentimento Livre e esclarecido para adultos responsáveis por menor de idade e cópia do roteiro de entrevista semiestruturada (arquivo digital).

### 3.6 Síntese dos procedimentos metodológicos

Para melhor leitura e compreensão, os procedimentos metodológicos adotados neste estudo, podem ser sintetizados conforme o Quadro 3.

Quadro 3 – Síntese dos procedimentos metodológicos.

<b>Tipo de pesquisa</b>	<b>Público alvo</b>	<b>Local da pesquisa</b>	<b>Coleta de dados</b>	<b>Período</b>	<b>Análise de dados</b>
Pesquisa descritiva.  Abordagem qualitativa.	Adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade, que pariram nos anos de 2020 e 2021 que foram atendidas durante o pré-natal pelo Centro de Referência em Saúde da Mulher.	Centro de Referência em Saúde da Mulher.	Etapa 1: análise de prontuários;  Etapa 2: entrevista semiestruturada	Março a Maio de 2023	Análise de conteúdo.

Fonte: dados da pesquisa (2023).

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, serão apresentados os resultados e discussão, sendo organizado em três subseções. A primeira apresenta o perfil socioeconômico das participantes do estudo. Na segunda discutiremos sobre a trajetória escolar das adolescentes mães, e a terceira discute o papel da escola no enfrentamento da gravidez na adolescência.

### 4.1 Perfil socioeconômico das adolescentes mães participantes do estudo.

Para iniciar a análise de dados, construíram-se os quadros 4 e 5, que tem como objetivo traçar o perfil das participantes do estudo a partir dos seus dados socioeconômicos. No Quadro 4, observamos que no momento da pesquisa, a média de idade das entrevistadas foi 16 anos, quanto a idade em que vivenciaram o episódio reprodutivo, esta variou entre 12 e 14 anos de idade, sendo a média 14 anos.

Em termos religiosos, a maioria declarou religião católica (n=04), e sobre a condição de moradia maior parte reside em casa própria. Constatou-se também que praticamente a totalidade de participantes do estudo pertenciam a famílias numerosas, este quantitativo variou entre 04 e 07 pessoas por residência, a média encontrada foi de 6 pessoas por moradia, incluindo a adolescente mãe e seu filho.

Quadro 4 – Características socioeconômicas das adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade que realizaram o acompanhamento pré-natal no ano de 2020 e 2021 no Centro de referência em Saúde da Mulher em Santarém-PA – Parte 1.

Participante	Idade Atual	Idade do episódio reprodutivo	Orientação religiosa	Condição de Moradia	Quantidade de pessoas na residência
A1	16 anos	14 anos	Não tem	Casa alugada	06
A2	17 anos	14 anos	Não tem	Casa própria	07
A3	15 anos	13 anos	Católica	Casa própria	04
A4	16 anos	14 anos	Evangélica	Casa alugada	06
A5	16 anos	14 anos	Católica	Casa própria	05
A6	17 anos	14 anos	Católica	Casa alugada	04
A7	15 anos	12 anos	Católica	Casa própria	06

Fonte: dados da pesquisa (2023).

A literatura é escassa quando se trata de estudos realizados com adolescentes entre 10 e 14 anos de idade que tiveram algum episódio reprodutivo e vivenciaram a maternidade na adolescência, portanto, construir a discussão deste estudo é um grande desafio, especialmente por causa da faixa etária em análise. Enquanto pesquisadora, nestas palavras descrevo essa limitação deste estudo, há extrema dificuldade para encontrar autores e trabalhos acadêmicos atuais, ou até mesmo de outras épocas, que explorem a gestação adolescente na perspectiva da trajetória escolar voltada para as meninas de 10 a 14 anos de idade em específico.

O panorama atual da gravidez na adolescência no Brasil nos anos de 2018 e 2019, traçado por Miranda (2023) destaca a redução de 37,2% na incidência de gestação adolescente nos últimos 20 anos (2000-2019), para autora essa redução tem relação direta com o IDH, pois, quanto menor o IDH maior a frequência de adolescentes grávidas, como é o caso da região norte, onde os números de gestação para meninas de 10 a 14 anos aumentou na última década.

Em contrapartida, as estatísticas diminuíram para as gestações adolescentes de moças com idade de 15 a 19 anos, dessa forma, a autora destaca que a ocorrência da gestação antes dos 14 anos de idade constitui um dos assuntos mais relevantes sobre o tema, pois, a taxa de fecundidade para este público aumentou 11,5% no Brasil (mais do que o triplo no período de 1996 a 2018); as estatísticas são crescentes para regiões menos desenvolvidas (como o Norte e Nordeste); e em decorrência dos maiores riscos para complicação materno-fetal, sequelas sociais e psicológicas (Miranda,2023).

Os resultados encontrados neste estudo, indicam que a maioria das adolescentes mães participantes (n=05) engravidou com 14 anos de idade. Este dado constata além da iniciação da vida sexual precoce, o adiantamento da vida reprodutiva, apontado como superior à média de idade para primeira relação encontrada em outros estudos. Entretanto, não é possível afirmar que o episódio reprodutivo está associado a primeira relação sexual da participante.

Com base nos dados da Pesquisa Gravada realizada em 2002 com jovens de 18 e 24 anos em Porto Alegre - RS, Rio de Janeiro - RJ e Salvador - BA, identificou-se que a média de idade para ocorrer a primeira relação sexual entre as mulheres é de 17,9 anos de idade, a pesquisa indicou três categorias para classificar o início da vida sexual dos jovens participantes, tomando como referência a idade que tiveram a primeira relação, na primeira categoria estão as adolescentes que iniciaram a vida

sexual com 15 anos ou menos (grupo precoce); na segunda as com 16 e 17 anos (grupo intermediário); e a terceira para as meninas com 18 anos ou mais (grupo tardio), portanto, as adolescentes que participaram nesta investigação encontram-se no grupo precoce (Moraes; Cabral; Heilborn, 2006).

Estudos mais recentes, como o de Spinola (2020) realizado em Santarém - PA aponta que a primeira relação sexual das adolescentes ocorre predominantemente entre os 12 e 15 anos (59%), sendo o principal fator relacionado à iniciação sexual delas a relação de namoro, na qual independentemente da idade, todas declararam que a sexarca ocorreu com o namorado. Outro estudo, realizado em Manaus - AM por Oliveira, Béria e Schermann (2014) chegou a conclusão que a média de idade da primeira relação sexual é maior para as moças (média de 14,6 anos) e nos rapazes (média de 13,1 anos), revelando o início mais tardio da vida sexual para as meninas.

Sobre as questões de orientação religiosa, os autores referência em estudos sobre sexualidade Bozon e Heilborn (2006), afirmam que as jovens educadas em famílias sem religião começam a sua vida sexual mais cedo (16,3 anos de idade) se comparadas as que possuem alguma orientação ou prática religiosa, como as católicas ou pentecostais, que postergam um pouco mais a iniciação na vida sexual (18,4 anos de idade), estabelecendo uma possível relação entre vida sexual e reprodutiva com a experiência religiosa.

Anos depois, estudos mais recentes, como o de Maranhão *et al.* (2017), desconsideram a significância dessa relação entre questões sexuais, reprodutivas e religiosas devido a correlação entre as variáveis serem baixas. Ao analisar a repercussão da iniciação precoce na vida sexual e reprodutiva de jovens com antecedentes obstétricos em Teresina – Piauí frente as questões de orientação religiosa, os autores afirmam não ser possível estabelecer influência da religiosidade sobre a vida sexual e reprodutiva das adolescentes. No estudo, a primeira relação sexual das adolescentes ocorreu entre 15 e 16 anos de idade, e apontou coeficiente de correlação alto com outras variáveis, tais como: a escolaridade, idade da menarca, tempo de namoro com o primeiro parceiro e orientação sexual na escola.

Taborda *et al.* (2014) ao analisar os contextos que englobam a gravidez adolescente, com base no relato de 20 adolescentes mães com idade entre 13 e 18 anos quando deram à luz, identificou uma estreita relação entre a iniciação sexual precoce e contracepção, de modo que, quanto menor a idade da iniciação sexual, menor a chance de uso de método contraceptivo, secundário a isso, estariam

associados as variáveis referentes as características familiares, como por exemplo, o nível socioeconômico, de educação, a qualidade na relação familiar, os modelos parentais e a composição familiar, como encontrado em nosso estudo.

Sobre a última variável referente a composição familiar, chama nossa atenção o quantitativo de moradores por residência (média de 6 pessoas por moradia) identificado nesta pesquisa, e nos instiga a tentar compreender as justificativas por trás deste dado.

Santos e Pazello (2012), ao avaliar o impacto da gestação precoce sobre os resultados sociais e econômicos de curto prazo das adolescentes brasileiras, colocam em evidencia que as adolescentes que têm ou terão filhos nesta etapa da vida, possuem maior probabilidade de chefiar uma família e não residir mais com seus pais, esse fato contribuiria para sua independência financeira e afetiva dos seus genitores, para os autores a fecundidade favorece o surgimento de relações estáveis mesmo na juventude.

Em concordância com o achado dos autores acima, Taborda *et al.* (2014) reforça este dado em seu estudo sobre as consequências da gestação adolescente realizado em Curitiba - PR, onde identificou-se que mais de 50% das adolescentes participantes estavam casadas ou morando junto com o seu companheiro, e apesar da maioria desses casos de gravidez terem sido indesejadas ou não planejadas pelas adolescentes, o desfecho mais frequente foi a origem de novas famílias a partir do episódio reprodutivo.

A construção de novas famílias após a descoberta da gestação adolescente é descrita com maior frequência nos estudos realizados nas regiões do Sul e Sudeste, e não configura uma realidade para região Norte, como demonstram as estatísticas. O estudo de Santos e Pazello (2012), concentrou-se mais nas regiões Nordeste e Sudeste, nos impossibilitando de ter uma visão representativa das adolescentes da região Norte, e sendo esta uma região de menor desenvolvimento econômico e maior frequência de ocorrência de gestação adolescente, não pode ser equiparada com as demais regiões do país.

Dessa forma, na tentativa de trazer para mais próximo do contexto da região norte, a pesquisa realizada por Pantoja (2003) em Belém - PA, com jovens de camadas populares que vivenciaram a gravidez na adolescência com idade entre 13 e 18 anos de idade, chega a conclusão do contrário das demais regiões do Brasil. Para este público foram poucas as gestações adolescentes que geraram coabitação

e deram origem a uma nova família, este dado sugere que o episódio reprodutivo nem sempre está associado a tentativa de um casamento acelerado por parte das adolescentes mães ou união consensual com o objetivo de construir um novo núcleo familiar.

A análise de Pantoja (2003) corrobora com os dados encontrados neste estudo sobre a permanência da adolescente mãe junto com a sua família de origem (pais, irmãos, avós, padrasto ou madrasta, entre outros que compõem seu núcleo familiar). O autor aborda a importância que as adolescentes grávidas ou mães dão para o apoio da sua família de origem, e a responsabilidade que direcionam ao parceiro quanto ao exercício da paternidade, para que este assuma o compromisso com relação ao filho. Assim, embora elas não continuem a relação afetiva com o pai do seu bebê e permaneçam no convívio dos seus familiares agregando um novo membro a este ambiente, não é minimizado o papel do pai com relação a criança.

Outro estudo recente, foi realizado por Godin, Godin e Chaves (2020) no contexto da Amazônia Marajoara, na comunidade Turé no município de Curralinho Marajó (PA) com adolescentes grávidas e mães desta comunidade ribeirinha. Com o propósito de compreender as suas dificuldades no contexto da gravidez na adolescência, constatou-se que na ocasião da entrevista com 06 adolescentes mães, somente 03 contavam com o reconhecimento da paternidade dos filhos, e essa ausência do pai da criança reforçava a ocorrência de prejuízo emocional, familiar e financeiro para adolescente mãe. Além disso, a comunidade não contava com assistência pré-natal e vacinação tanto para grávidas quanto para as crianças, retratando assim, a situação de vulnerabilidade da região, a ausência de políticas públicas em saúde e educação para crianças e adolescentes.

Neste cenário, as lacunas sociais e econômicas ficam em evidência, principalmente se compararmos a realidade das regiões brasileiras. Na região Norte, além dos diferentes contextos em que a população está inserida, muitas vezes estes são esquecidos pelas políticas públicas estaduais e municipais frente ao cumprimento de seus direitos básicos, como saúde e educação, especialmente quando se trata dos habitantes da zona rural, que têm menores condições de acesso.

Em vista disso, para compreender melhor as conexões entre experiência com a maternidade e vivência escolar de cada adolescente mãe, investigou-se como se deu a descoberta da gravidez, se houve planejamento ou não, além, de observar a presença de uma perspectiva para o futuro. Predominou no discurso das

entrevistadas, uma fala curta e envergonhada, que pode estar associada com a pouca idade ou com as barreiras / tabus presentes na sociedade que provocam constrangimento para se falar abertamente sobre o tema

Observou-se que quanto mais pessoal a pergunta, mais curtas foram as respostas obtidas. Quando perguntado para as entrevistadas sobre a ocorrência da sua gestação ter sido planejada ou não, todas as participantes afirmaram não ter planejado engravidar. As respostas foram sintetizadas nos trechos a seguir:

*“Não, não foi planejada, foi por descuido mesmo” (A1).*

*“Não, ela não foi planejada” (A2; A3).*

*“Não” (A4).*

*“Não (silêncio) não planejei” (A5).*

*“Não, foi acidente mesmo” (A6; A7).*

Em geral, a gravidez na adolescência não é planejada e muitas famílias passam a vivenciar grandes conflitos ao descobrirem que terão que lidar com essa realidade, porém, alguns estudos afirmam que apesar da gestação não ser planejada, esta acaba sendo aceita pela família dos jovens (Taborda *et al.*, 2014; Lima; Gonçalves, 2023).

A pesquisa realizada por Santos, Guimarães e Gama (2016) com 10 adolescentes mães em Minas Gerais identificou que todas as participantes do estudo não planejaram suas gestações, sendo que a maioria abordou a falta de planejamento de forma superficial e natural, apresentando dificuldade de relacionar o não uso de método contraceptivo com a ocorrência do episódio reprodutivo. Este dado reflete a inexperiência sexual associada ao pouco conhecimento sobre sexualidade na família, na escola ou com os próprios pares, intensificando a vulnerabilidade dos adolescentes a uma gestação precoce e ocorrência de infecções sexualmente transmissíveis.

Taborda *et al.* (2014) com base no relato de 20 adolescentes mães com idade entre 13 e 18 anos quando deram à luz, estratificadas por classe econômica e que tinham acabado de vivenciar a sua primeira gestação, observou que do total das gestações analisadas, 14 foram descritas como não planejadas, mas apesar de na

maior parte não existir um planejamento, os autores afirmam que a condição da gestação independentemente da classe econômica a qual as jovens pertencem acaba sendo acolhido por suas famílias.

Em contraste com a ideia, as autoras Farias e Moré (2011) com o objetivo de identificar as repercussões ocorridas na vida de adolescentes que engravidaram entre 12 e 14 anos, em contexto de vulnerabilidade social, constataram que todas as adolescentes que viviam em união estável com os pais de seus filhos, possuíam conhecimentos sobre métodos contraceptivos antes de engravidar, e cinco delas planejou conscientemente a gravidez.

Outro estudo com resultados similares foi realizado por Beretta *et al.* (2011) com 165 adolescentes puérperas em uma maternidade no município de São Carlos - SP, no qual o índice de gravidez não planejada foi de 72,1%. Os autores concluíram que a falta de planejamento familiar das jovens mães, não coincide com a falta de conhecimento sobre os métodos contraceptivos, pois 99,4% das adolescentes referiram conhecer algum método para evitar a gravidez, 58,2% das moças relatou não fazer uso de nenhum tipo de método anticoncepcional na época que engravidou.

Essa mesma tese se sustenta em um estudo realizado por Paiva *et al.* (2020), onde foi identificado que 72,7% das adolescentes entrevistadas conheciam pelo menos um método contraceptivo. Porém, desse total, 25% planejou a gestação, abandonando o método contraceptivo que usavam com o intuito declarado de engravidar. É importante destacar que os métodos contraceptivos transformaram a maternidade em uma decisão a ser tomada voluntariamente pela mulher.

Cabral e Brandão (2020) reforçam o argumento de que nem toda gravidez na adolescência é não planejada. Portanto, tomar tal equivalência significa ignorar múltiplos contextos juvenis e os significados da reprodução entre as classes sociais. A gravidez precoce, e muitas vezes não desejada, torna a vida da adolescente vulnerável, privando-lhe do pleno desenvolvimento a que têm direito, diminuindo a chance de crescimento pessoal e profissional, e associado a isso, ainda temos o fator da nossa legislação trabalhista brasileira, não permitir o trabalho de menores de 16 anos, o que ainda acentua o fato dessas adolescentes mães dependerem financeiramente da família ou terem subempregos, resultando em uma instabilidade socioeconômica e emocional.

Dessa forma, embora não planejada e envolta em dificuldades, algumas pesquisas qualitativas sugerem que o episódio reprodutivo na adolescência possa ser

analisado por um viés positivo, representado pelo potencial de fortalecimento do feminino e de vinculação afetiva plena. Dessa forma, o desejo das adolescentes que buscam vivenciar a maternidade pode estar ligado à sua necessidade de viver o feminino atrelado ao materno, ainda que essa associação esteja se tornando cada vez mais relativizada na contemporaneidade (Santos *et al.*, 2017).

Neste estudo, onde investigou-se a história reprodutiva de meninas que engravidaram com idade entre 10 e 14 anos, destaco que apesar de existirem na literatura autores que consideram a gestação precoce uma condição com aspectos positivos, e de não ter sido declarado por nenhuma das participantes da nossa pesquisa situações de violência ou abuso sexual, enfatizo que as participantes desta investigação são crianças e adolescentes com características singulares envolvidas dentro do processo gestacional e imersas em um contexto de vulnerabilidade social e econômica.

Por conseguinte, o episódio reprodutivo associado a violência sexual não foi declarado pelas participantes, e embora tenha ocorrido a gestação precoce, houve predominância em relações de afeto das jovens mães no seu contexto familiar (pais, irmãos ou parentes). Este panorama divergiu do que é encontrado com maior frequência na literatura sobre a gestação entre adolescentes nesta faixa de idade, mas reitero a importância de não generalizar os resultados aqui apresentados, pois poderiam ter sido diferentes, se enquanto pesquisadora, estivesse inserida em outro ambiente.

Com relação ao Quadro 5, observou-se que o estado civil declarado pela maioria das participantes foi solteira (n=06), e somente 01 declarou ter companheiro. Sobre a condição de renda atual, a totalidade de participantes declarou não exercer função remunerada ou possuir renda, sendo então, dependentes financeiramente de terceiros para seu sustento e de seu filho (a).

Quadro 5 - Características socioeconômicas das adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade que realizaram o acompanhamento pré-natal no ano de 2020 e 2021 no Centro de referência em Saúde da Mulher em Santarém-PA – Parte 2.

Participante	Estado civil	Condição de Renda atual	Como faz para se manter financeiramente?
A1	União estável	Não possui	Marido (pai do bebê) e sua mãe
A2	Solteira	Não possui	Pai do bebê e sua mãe
A3	Solteira	Não possui	Seu pai
A4	Solteira	Não possui	Sua mãe
A5	Solteira	Não possui	Pai do bebê e sua mãe
A6	Solteira	Não possui	Seus pais
A7	Solteira	Não possui	Pai do bebê e seus pais

Fonte: dados da pesquisa (2023).

A análise feita por Miranda (2023), traça o perfil da jovem mãe brasileira como: adolescente, cor negra, solteira, primigesta e participante da assistência pré-natal (muito embora nem sempre alcance o número mínimo de consultas recomendado pelo Ministério da Saúde). Cabe destaque aos achados de Miranda (2023) quando afirma que a chance das adolescentes mães com idade entre 10 e 19 anos serem solteiras é quase o dobro quando equiparado ao grupo de mães com idade entre 20 e 34 anos, e apesar da maioria das meninas mães brasileiras estarem solteiras, cerca de 30% delas já viveram ou vivem maritalmente, sendo que aproximadamente 20% das menores de 15 anos se encontram em um relacionamento conjugal ou união estável.

Almeida, Aquino e Barros (2006) demonstram em suas análises sobre o tema, que a proporção de jovens mães que não abandona os seus estudos é maior para aquelas não unidas a época ou após o nascimento do seu filho, dando ênfase a influência da situação conjugal na experiência com a maternidade e nas questões escolares.

Sobre essa relação entre situação conjugal e maternidade adolescente, o estudo realizado por Sousa *et al.* (2018), com jovens mães que engravidaram na adolescência, constatou que 65,5% das jovens eram casadas ou viviam em uma união estável, e as demais permaneceram morando com sua família de origem. Foi

constatado também que aproximadamente 65% dessas jovens eram totalmente dependentes financeiramente de terceiros, das quais 50,4% tinham o companheiro como responsável pelo seu sustento, e 1 a cada 4 jovens tinha dependência financeira dos seus pais.

Em outra análise, feita por Farias e Moré (2011), recebe destaque na fala das participantes, a presença do marido como o principal provedor financeiro da família, sendo que os casais viviam com uma renda familiar média de R\$ 1.200,00. Do total de dez moças que participaram do estudo, quatro contribuíam para o rendimento familiar, trabalhando como auxiliar de serviços gerais, balconista, auxiliar de produção e funcionária de uma fábrica, as demais dedicavam-se a cuidar dos filhos. Essas jovens mães engravidaram entre 12 e 14 anos de idade, e similar ao nosso estudo, ainda eram menores de idade na realização do estudo.

A condição financeira das adolescentes mães é uma característica que recebe bastante atenção na literatura, justamente pela ausência de uma atividade remunerada para essas jovens. Esse perfil também foi encontrado nesta pesquisa, tendo como consequência a dependência financeira total ou parcial dos seus pais e/ou do pai do bebê. Taborda *et al.* (2014) afirma que o estabelecimento de dependência por parte das adolescentes com relação aos seus pais, tendo como consequência a frustração do desejo de independência e liberdade.

Os autores supracitados destacam ainda, que as famílias com renda mais baixa geralmente aceitam com mais facilidade a ocorrência de uma gestação adolescente no seu ambiente familiar, embora o maior impacto ocorra exatamente nessas famílias, principalmente no que tange ao adiamento ou comprometimento dos projetos educacionais, menor chance de qualificação profissional e dependência financeira.

Maranhão *et al.* (2017) alcança resultados similares no seu estudo com adolescentes mães que engravidaram com idade entre 15 e 19 anos no estado do Piauí, no qual de 464 adolescentes, 72,2% não possuía fonte de renda própria, ou seja, não trabalhavam ou exerciam atividade remunerada, e 67,2% não trabalhava e não estudava. Corroborando com esses achados, Santos e Pazello (2012) relacionam a existência de um filho fruto do episódio reprodutivo na adolescência como um fator que reduz a probabilidade da adolescente mãe ser ativa no mercado do trabalho, e conseqüentemente, não desenvolver autonomia financeira.

Sousa *et al.* (2018) pontua que as chances do abandono escolar, aumentam à medida que se reduz a renda familiar, como por exemplo, adolescentes com renda

familiar de até ½ salário mínimo e com composição familiar de 5 a 10 pessoas, tiveram a chance aumentada para saída do ambiente escolar, quando equiparado as jovens com renda familiar maior que três salários mínimos e menor número de pessoas na família.

Spinola (2020) buscou respostas em relação à atividade profissional de adolescentes com iniciação da vida sexual e reprodutiva precoce em Santarém - PA, e identificou que apenas 34% estavam realizando alguma função remunerada, sendo que a maioria (66%) não tinha nenhuma atividade remunerada, dependendo totalmente dos seus pais ou responsáveis.

Os autores Oliveira, Béria e Scherman (2014) pesquisaram em adolescentes de 12 a 19 anos de Manaus – Amazonas, as variáveis determinantes de questões socioeconômicas deste público, identificaram apenas 27% das jovens mães inseridas no mercado profissional em busca de independência financeira para seu sustento e do seu filho.

Fica claro que as consequências econômicas e sociais da gestação adolescente, variam de acordo com a estrutura familiar e cultural onde a jovem mãe está inserida, sendo evidente que as condições de pobreza e precariedade interferem diretamente na construção do perfil dessas meninas, principalmente, as pertencentes as camadas populares (Almeida; Barros; Aquino, 2008).

Com base nas informações e resultados apresentados nesta investigação, a maioria das participantes caracterizou-se como mãe solteira, sem renda e que não planejou a gestação. Este perfil, propõe uma reflexão importante, pois as condições socioeconômicas somadas ao início da vida sexual e reprodutiva precoce contribuem para invisibilidade da adolescência, de modo que, não é dada a possibilidade para as adolescentes mães usufruírem dos mecanismos que as permitam ter: primeiramente, o discernimento sobre o seu corpo, pois, a maior parte das gestações nessa idade são ditas como não planejadas; e melhores condições financeiras; efetivação de políticas públicas que contemplem as suas necessidade e estabelecimento de um projeto de vida estável.

## 4.2 Reflexões sobre a trajetória escolar das adolescentes mães participantes do estudo.

Nesta subseção, iremos sublinhar os principais dados sobre a trajetória escolar das adolescentes mães que compartilharam comigo suas experiências sobre o tema.

O Quadro 6 expõe os dados atuais sobre a escolaridade das participantes. Na ocasião da entrevista, constatou-se que praticamente a totalidade de adolescentes (n=06) está estudando, sendo que mais da metade (n=04) está cursando o ensino médio. Todas frequentam escolas da rede pública de ensino, em sua grande maioria localizadas na zona urbana.

Por outro lado, esse mesmo quantitativo (n=06) referiu ter interrompido seus estudos no período gestacional, retornando para escola em momento posterior a gravidez, apenas 01 das adolescentes permanece com a trajetória escolar regular.

Quadro 6 – Características de escolaridade das adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade que realizaram o acompanhamento pré-natal no ano de 2020 e 2021 no Centro de referência em Saúde da Mulher em Santarém-PA.

Participante	Está estudando?	Continuou estudando durante a gestação?	Tipo de escola que frequenta? Localização?	Situação escolar atual
A1	Sim	Não	Pública / Urbana	Cursando o 2º ano do ensino médio
A2	Sim	Sim	Pública / Urbana	Cursando o 3º ano do ensino médio
A3	Sim	Não	Pública / Urbana	Cursando a 4ª etapa (Educação para jovens e adultos - EJA)
A4	Sim	Não	Pública / Rural	Cursando o 2º ano do ensino médio
A5	Sim	Não	Pública / Urbana	Cursando o 1º ano do ensino médio
A6	Não	Não	-	Parou no 9º ano do ensino fundamental
A7	Sim	Não	Pública / Urbana	Cursando a 4ª etapa (Educação para jovens e adultos - EJA)

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Diversos estudos relacionam a idade que a mulher tem o seu primeiro filho com o seu desenvolvimento educacional e as desigualdades enfrentadas no mercado de trabalho, sendo frequente a associação do episódio reprodutivo ao impacto negativo quanto a sua perspectiva de futuro.

No âmbito educacional, a literatura afirma que mulheres mães na adolescência apresentam probabilidade reduzida de frequentar e finalizar o ensino médio, o percentual varia entre 24% - 34%, levando a deserção e/ou discriminação em contextos educacionais e sociais, além de, reconfigurações ou desvios nos projetos de vida (Santos; Pazello, 2012; Taborda *et al.*, 2014; Brasil, 2022).

Bem como encontrado nesta pesquisa, o estudo quantitativo realizado por Almeida, Aquino e Barros (2006) com 4.634 jovens do sexo feminino e masculino em três capitais brasileiras, buscou descrever a relação entre as características da trajetória escolar e o episódio reprodutivo adolescente. Identificou-se que 39% dos participantes permaneceu na escola mesmo com a ocorrência da gravidez na adolescência, porém, os demais 61% apresentaram uma trajetória escolar irregular, marcada por interrupções, repetências ou defasagem idade-série, para que por fim, chegassem a conclusão da educação básica. Os participantes com alguma interrupção nos estudos, declararam ter tido pelo menos um episódio reprodutivo na adolescência, proporção muito maior se comparada aos jovens com trajetória escolar regular.

Nesta mesma perspectiva, Taborda *et al.* (2014) através de uma análise qualitativa, encontra dados similares aos autores supracitados. Observou-se que de 20 adolescentes mães, 13 pararam de estudar, e destas apenas 04 retornou ao ambiente escolar após o nascimento do bebê, sendo o menor percentual de retorno percebido nas meninas de classes baixas, pois a classe média, por consequência do apoio recebido pelos pais acaba priorizando a atividade intelectual das jovens para que tenham um projeto de vida futura além da maternidade.

Santos, Guimarães e Gama (2016) ao avaliar a percepção de dez grávidas adolescentes sobre o seu processo gestacional, identificou que oito não frequentavam a escola no momento da entrevista, e apenas duas haviam concluído o ensino médio. Entre as que interromperam seus estudos, a gravidez e o ingresso no mercado de trabalho foram os motivos mais relatados.

Sousa *et al.* (2018), em sua investigação com jovens adolescentes de Teresina - Piauí observa parcela significativa de moças (69,6%) sem frequentar uma unidade

de ensino, com interrupção dos estudos durante ou após a gravidez, sendo este o principal motivo para quase metade delas. De modo expressivo, aproximadamente 56% das meninas analisadas mencionaram o abandono escolar associado a prestação de cuidado a família e casa.

Os resultados encontrados por Maranhão *et al.* (2017) são similares, os autores ao analisarem um grupo de adolescentes que engravidou com idade entre 15 e 19 anos, constatou que duas a cada três jovens mães não frequentava a escola, sendo que destas que abandonaram os estudos, nenhuma ingressou no ensino superior, e aproximadamente 57% interrompeu os seus estudos ainda cursando o ensino fundamental.

Ao conhecer a trajetória escolar de dez adolescentes mães que engravidaram com idade entre 12 e 14 anos, Farias e Moré (2011) encontraram apenas quatro estudando, duas cursando o supletivo e outras duas o ensino regular. Entre as que não estavam estudando, três planejavam retomar os estudos e outras três demonstraram interesse, mas consideravam difícil que isto ocorresse, estas foram consideradas como meninas com trajetória escolar irregular. As dificuldades e a interrupções dos estudos expressaram as dificuldades em conciliar escolaridade com a maternidade, seja em função dos cuidados com o filho ou pelos perigos que amedrontam o deslocamento no período noturno. Percebeu-se, ainda, que as adolescentes gostariam, mas não viam perspectivas de retorno à escola, em função dos cuidados com os filhos.

Outro estudo importante, foi realizado por Santos *et al.* (2022) sobre as repercussões da gravidez na vida de 10 adolescentes mães quilombolas, no qual sete delas não completou o ensino fundamental, uma está cursando o ensino médio e duas avançaram para o ensino superior, evidenciando as dificuldades para o acesso à educação que atinge os povos menos favorecidos.

Diante dos dados, analisar a relação entre abandono escolar e gestação na adolescência deve considerar, se for possível, a sequência temporal entre os eventos, e não desconsiderar o aspecto socioeconômico das adolescentes. A literatura é clara ao afirmar que maior parte das adolescentes de classes e regiões mais pobres do país abandonam a escola antes de concluir a educação básica ou a maior proporção do abandono dos estudos a época ou depois da gravidez para adolescentes baixa renda (Almeida, Aquino e Barros, 2008).

Sob outra ótica, Polido e Mariano (2020) avaliam seis mulheres em situação de pobreza que engravidaram na adolescência, e chama atenção ao fato de que somente 01 delas conseguiu terminar o ensino médio. A reflexão das autoras aponta o abandono escolar como antecessor da experiência da gravidez e maternidade precoce, sendo este um fenômeno motivado por diversos fatores e leva ao atraso no avanço da escolaridade. Na análise das autoras, a baixa escolaridade dessas mulheres jovens é fruto de um entrecruzamento de fatores que envolvem condições de desigualdades escolares, e são potencializadas pela experiência da maternidade adolescente, e não necessariamente são ocasionadas pelo episódio reprodutivo.

Santos e Pazello (2012) tem resultados semelhantes ao estudar os impactos da gravidez precoce a curto prazo com adolescentes brasileiras, e chega à conclusão de que a presença do filho pode reduzir as suas chances de completar as etapas do ensino de forma regular, o que pode significar apenas um atraso para conclusão das séries ou, em casos extremos, o total abandono dos estudos.

Ainda de acordo com os autores supracitados, apenas 17% das jovens brasileiras de 10 a 19 anos de idade que tem filhos estão frequentando a escola, e o restante por alguma razão está fora do sistema educacional. A análise realizada pelos autores sobre as repercussões a curto prazo da gravidez precoce para as adolescentes brasileiras, defende a hipótese de que os impactos negativos, na condição de existirem, não são definitivos a ponto de garantir-se que irá continuar na idade mais adulta. Suas discussões, apostam que a longo prazo, o jovem possa superar o atraso escolar, eliminando os aspectos negativos da maternidade precoce, entretanto, a curto prazo, é consensual entre os autores a forte relação negativa entre filhos na adolescência e desempenho escolar (Santos; Pazello, 2012).

A discussão apresentada pelos autores Polido e Mariano (2020), e, Santos e Pazello (2012) associam-se a duas questões importantes, uma é a confirmação da existência das desigualdades de gênero, pois quando se investiga as razões para interrupção dos estudos, assim, como em outros trabalhos, estatisticamente a gravidez e os filhos são os principais motivos citados por mulheres, mesmo que seja a curto prazo. E a outra questão, são as desigualdades regionais, principalmente, no que diz respeito a efetivação de políticas educacionais, econômicas e de urbanização que se mostram mais uma vez insuficientes para necessidade da população.

Outro fator importante é a característica das escolas onde as adolescentes mães estão inseridas, neste estudo, bem como encontrado na literatura, as

investigações feitas sobre escolaridade e gravidez na adolescência, geralmente são realizadas em escolas públicas, este dado se justifica por ser neste ambiente a maior concentração dos jovens com trajetórias escolares irregulares, além da presença de fatores preditores ao abandono escolar. É importante destacar que esta realidade possui menor representatividade nas escolas privadas, e maior significância no segmento da educação pública (Lima; Gonçalves, 2023; Pantoja, 2003; Maranhão *et al.*, 2017; Almeida; Aquino, 2008).

Com base nos nossos achados, é possível afirmar que a narrativa das adolescentes mães participantes desta pesquisa, está em consonância com dados presentes na literatura sobre os principais fatores que levam à interrupção dos estudos, porém, o que as diferencia das demais jovens mães é o cenário pandêmico que estavam inseridas a época da gestação.

Sob essas circunstâncias, percebi na fala das participantes que quando questionadas sobre ter continuado ou não frequentando a escola no durante ou após o período gestacional, os relatos foram bastante diversificados, e refletiram as conjunturas a qual estavam inseridas na época, a pandemia da Covid-19 foi mencionada com frequência na fala das participantes. Conforme apresentado abaixo:

*“Não, não. Foi o tempo da pandemia em 2020, e nessa época eu não estudava no São Raimundo também, daí não consegui estudar nessa época [...] eu voltei depois da pandemia, foi em 2021, aí eu já tinha tido o meu filho” (A1).*

*“Não, porque era pandemia, aí não estava tendo aula na escola, e eu não conseguia acompanhar online. Aí eu parei de estudar nessa época, só depois que eu voltei porque a neném já tinha crescido mais, e a minha mãe já conseguia ficar com ela pra eu ir para aula” (A5).*

*“Não (silêncio) porque quando eu fiquei grávida foi complicado, e aí eu não fui mais para escola. Depois também teve a pandemia, aí eu parei nesse tempo” (A7).*

Manifestou-se na fala das adolescentes a sensação de impotência para permanência na escola, uma frase dita com constância foi *“eu não conseguia”*, e somado ao discurso, as condições gestacionais e a ocorrência da pandemia da COVID-19 aparecem como possíveis fatores para abdicar temporariamente da

formação escolar, esta narrativa esteve presente na fala de 04 mães adolescentes participantes do estudo.

No meio científico, ainda são poucos os estudos realizados sobre a gravidez na adolescência frente a pandemia da Covid-19, porém, as relações do ambiente escolar com a pandemia da Covid-19 já constituem objeto de investigação no cenário acadêmico, o que nos possibilita construir uma reflexão sobre a possível associação entre esses fatores.

No Brasil são elevadas as taxas de mortalidade maternas, o que significa uma maior exposição das adolescentes grávidas à complicações, morbidade e mortalidade devido a gestação. Como descrito na literatura, a Covid-19, mundialmente, se tornou uma doença alarmante, ampla e complexa que necessita de atenção especial, principalmente direcionada às gestantes, uma vez que as alterações fisiológicas e anatômicas adaptativas combinadas ao estado imunossupressor comum durante o processo gestacional as tornam mais propensas a patógenos das vias aéreas. Sua condição clínica, aumenta o risco de resultados adversos relacionados às infecções virais respiratórias, podendo evoluir para um quadro clínico mais grave que somado aos riscos obstétricos e neonatais, em alguns casos, pode levar à óbito (Martins *et al.*, 2023; Brasil, 2020; Silva, 2020).

Sá *et al.* (2022), ao buscar verificar a incidência da gestação adolescente no período pandêmico nas Unidades Básicas de Saúde em um município da região sul do Estado do Tocantins, confirmou a permanência nos números de casos de gravidez na adolescência durante a pandemia, haja vista, sobre isso era esperado que com as medidas de restrição, distanciamento e o estado de quarentena, reduziria a ocorrência da gravidez entre adolescentes, porém as estatísticas evidenciaram que tais fatores não foram determinantes neste processo.

Muito embora a Covid-19 possa atingir todos os níveis de idade, fatores como: nível socioeconômicos, sexo, etnia e situações de vulnerabilidade aumentam os riscos em condições de vida precária, falta de dinheiro e não acesso a políticas públicas essenciais, tais como saúde, educação e assistência social. Os autores destacam que muitos adolescentes se encontram envolvidos nesse contexto de vulnerabilidade, principalmente, os pertencentes as camadas populares (Sá *et al.*, 2022).

Cabe aqui afirmar, não ser possível negligenciar os impactos da pandemia no processo educacional, primeiramente houve o fechamento das unidades escolares com o objetivo de minimizar o risco de contágio pelo SARS-CoV-2 durante a pandemia

de Covid-19, nesse cenário, todas as redes de ensino precisaram suspender as aulas presenciais. Com as escolas temporariamente fechadas, foram elaborados os planos de retorno às aulas e reabertura das escolas, seguindo protocolos de prevenção à Covid-19, nesse intervalo de tempo onde as redes escolares ficaram fechadas, os alunos estudavam através do ensino remoto, utilizando a internet e ferramentas tecnológicas para participar do processo educacional, é claro que essa estratégia não alcançou todo o alunado, deixando evidente a desigualdade social quanto ao acesso as tecnologias e enfatizando que a inclusão digital não acompanhou o desenvolvimento tecnológico, portanto, não é uma realidade para grande parte dos alunos da escola pública (Sousa; Pereira; Ranke, 2020).

Segundo a pesquisa supracitada, os resultados alcançados demonstram que nenhuma unidade da federação chega a 80% das casas com acesso à internet, e não chega a 60% o quantitativo de famílias com conexão a internet em banda larga, a região norte está inclusa neste último grupo (Sousa; Pereira; Ranke, 2020). Nessa perspectiva, a UNESCO (2020), através dos dados do Relatório de Monitoramento Global da Educação, enfatiza a ausência de acesso a Tecnologias da Informação e Comunicação, principalmente celulares e acesso à internet, intensificando o risco de defasagem de aprendizagem e a evasão entre as camadas mais fragilizadas da população.

Em estudo realizado por Souza, Simão e Souza (2023) no estado do Amazonas sobre as ações de gestão pensadas para o retorno das aulas presenciais em meio à primeira onda da pandemia da Covid-19, foi observado que a maioria dos professores (83,3%) e alunos (63,3%) teve problemas de conexão com a internet durante as aulas remotas e relataram este fato como diretamente relacionado aos fatores de risco de evasão, defasagem e dificuldade de aprendizagens.

Com um análise mais voltada para execução de políticas públicas educacionais durante a pandemia, a pesquisa realizado por Sousa, Pereira e Ranke (2020) sobre os resultados das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE/2014) e o Plano Estadual de Educação (PEE/2015) no estado do Tocantins, colocam em evidência que a realização das atividades escolares de forma remota, demonstram uma preocupação quanto ao cumprimento do currículo e dias letivos, sem direcionar esforços para ações de investimento nas escolas para aquisição de ferramentas tecnológicas ou formação de professores, contribuindo para a criação de um plano de trabalho que viabilizasse o atendimento de todos os alunos. Não apenas com

conteúdo, mas com acolhimento e reconhecimento da instituição escolar como um espaço de desenvolvimento humano pela prática social.

Em resumo, considerei pertinente dispensar atenção sobre o fato da ocorrência da gravidez na adolescência ser contexto da pandemia da Covid-19, pois devido os métodos de ensino das escolas terem sido modificados em razão das questões de saúde pública, esse aspecto pode ser considerado como um fator que tem como consequência o abandono escolar para os adolescentes em contexto de vulnerabilidade.

Através dos resultados obtidos, não é possível estabelecer a sequência temporal entre as questões em análise, mas podemos afirmar, que as adolescentes mães deste estudo em sua maioria caracterizadas como meninas de baixa renda que interromperam seu estudo durante ou após o episódio reprodutivo, podem ter encontrado motivação, tanto na dificuldades da condição gestacional ou pela condição da gravidez ter ocorrido durante a pandemia da Covid-19, onde a rotina escolar foi alterada e ela não pode desenvolver as suas atividades escolares.

No quadro 7, são apresentados os relatos das adolescentes mães participantes do estudo sobre a sua trajetória escolar e o relacionamento familiar durante e após o episódio reprodutivo. A maioria das participantes declarou ter boa convivência familiar, essa condição se traduz nas expressões “*tranquilo*”; “*normal*” e “*boa*”, prevalecem as falas curtas e o comportamento tímido, como postulado na subseção 4.1.

Cada adolescente entrevistada, esteve inserida em contextos familiares distintos no decorrer da sua gestação, chama a atenção a fala das participantes A3 e A7 que referem ter enfrentado dificuldades no relacionamento em família quando descobriram a gravidez e compartilharam essa notícia com seus familiares, sendo inicialmente complicado a convivência familiar.

Quadro 7 - Trajetória escolar e relacionamento familiar das adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade que realizaram o acompanhamento pré-natal no ano de 2020 e 2021 no Centro de referência em Saúde da Mulher em Santarém-PA.

Participante	Trajetória escolar e relacionamento familiar das mães adolescentes
A1	Relatou ter recebido apoio da família para voltar a estudar, a participante referiu morar com o seu filho, o pai do bebê, sua mãe, um tio e um primo, sobre a sua convivência familiar mencionou ser “ <i>tranquila</i> ”.
A2	Relatou não ter interrompido os estudos, mora com alguns familiares e quando questionada sobre seu relacionamento em casa referiu ser uma convivência “ <i>normal</i> ”.
A3	Relatou ter interrompido os estudos por um curto período após o nascimento do seu filho, mora com seu filho, o seu pai, madrasta e uma irmã. Quando questionada sobre seu ambiente familiar referiu ter enfrentado dificuldades na convivência familiar quando descobriu a gravidez, no entanto, considera que agora sua convivência em família é “ <i>boa</i> ”.
A4	Relatou ter interrompido os estudos quando seu filho veio a óbito. Mora com a sua mãe e seus irmãos, e no que se refere a sua convivência familiar considera que sua família “ <i>convive bem</i> ”.
A5	Relatou ter interrompido os estudos no período da pandemia, retornando no ano de 2022 para o ambiente escolar, quando sua bebê já podia ficar sob os cuidados dos seus familiares, mora com sua filha, mãe, padrasto e irmão. A participante não comentou sobre a sua convivência familiar.
A6	Participante não está estudando no momento, relata ter uma boa relação com os seus familiares, mora com sua filha, mãe e irmã. Refere que a convivência familiar é “ <i>tranquilo...normal</i> ”.
A7	Relatou ter interrompido os estudos no período gestacional, e quando questionada sobre seu ambiente familiar referiu ter sido “ <i>complicado</i> ” a convivência familiar durante a gravidez, mora com seu filho, mãe, padrasto, irmão e avô. Na ocasião da entrevista, mencionou sua convivência em família como “ <i>normal</i> ”.

Fonte: dados da pesquisa (2023)

Ao buscar compreender as repercussões da gravidez na vida de adolescentes quilombolas, Santos *et al.* (2022) avalia a situação de dez adolescentes mães no tocante ao aspecto familiar, a narrativa das participantes se assemelha com as nossas, os adolescentes quilombolas dizem que “*não foi muito boa*” a reação dos seus familiares com a notícia sobre a gestação, no entanto, elas declararam receber assistência positiva do pai do bebê ou companheiro.

A literatura, de modo geral, indica a ocorrência da atitude de rejeição inicial por parte das famílias das gestantes e mães adolescentes, justifica-se o comportamento em decorrência de fatores sociais associados ao preconceito. Porém, é comum que com o decorrer do processo gestacional haja uma mudança nessa postura, e as famílias acabem apoiando-as mediante a situação, tal como, foi percebido nos achados do nosso estudo (Sousa, 2013; Taborda *et al.*, 2014).

Nesta mesma perspectiva, a análise de Gondin, Gondin e Chaves (2020) com seis adolescentes mães da Amazônia Marajoara, percebem na maioria dos casos estudados ausência do suporte familiar para enfrentar as consequências acarretadas pela gravidez não planejada, principalmente, na continuidade de seus estudos. Os autores, destacam a importância da família e da escola nessa fase, nas moças estudadas, identificou-se a falta de apoio em relação a continuidade dos estudos das adolescentes grávidas e/ou mães, pois as famílias não mostraram muito interesse na volta ou permanência das jovens na escola.

Ainda de acordo com os autores, na Amazônia Marajoara, mais especificamente na comunidade Turé, caracterizados como povos ribeirinhos, fica claro que durante a gravidez e a maternidade precoce as adolescentes vivenciam vários problemas que predispõem ao abandono escolar, primeiramente, por não terem uma estrutura familiar que possa contribuir de forma positiva nessa fase, e segundo lugar, porque vivem em situação de extrema pobreza, e por fim, por serem culturalmente levadas a reproduzirem as condições de vida de suas mães, obedecendo ao calendário biológico da fase reprodutiva, tendo logo na primeira menstruação a determinação da possibilidade de engravidar (Gondin; Gondin; Chaves, 2020).

De forma distinta, Pantoja (2003) percebe na fala de adolescentes de camadas populares em Belém - PA, a nítida intenção das adolescentes mães em não seguir o ofício de suas mães, embora com a experiência da gestação precoce, as jovens tem buscado outras possibilidades para o futuro através da continuidade dos estudos, o objetivo principal delas, geralmente, é oferecer um futuro melhor para os filhos, dessa forma, a maternidade serviria de impulso para trilhar um novo caminho.

Nos achados do nosso estudo ficou claro a participação da família como rede de apoio, tanto do tipo emocional quanto financeiro para as adolescentes que se depararam com a situação de gravidez e maternidade com pouca idade. Estes resultados são encorajadores e constituem um fator de esperança para que essas jovens e sua prole se sintam acolhidas no ambiente familiar, e também compreendam a importância da escolaridade para o seu futuro.

O apoio da família foi enfatizado pelas adolescentes mães como peça fundamental para continuidade no seu projeto de vida a partir da sua experiência com a gestação e maternidade precoce. Como observado nos trechos:

*“A minha família me ajudou muito tempo, aos poucos fui me organizando. Agora tá tudo bem” (A1).*

*“Aqui em casa, foi mais ruim assim no começo quando eu fiquei grávida, depois melhorou mais a convivência” (A3).*

*“A minha mãe me ajuda muito. A gente convive bem aqui em casa” (A4).*

*“Eu moro com a minha mãe e o meu pai, eles me ajudam demais. E agora a gente mora em outra cidade, aí tá mais tranquilo” (A6).*

A experiência dessas jovens faz referência ao apoio da família como essencial em vários aspectos, para que aprendam a cuidar dos filhos, para que possam retornar aos estudos, trabalhar, conviver com outras pessoas, entre outros fatores que permeiam a sua existência.

Santos *et al.* (2018) observa o abandono dos estudos como fator desencadeado pelas reponsabilidades maternas, como uma realidade que de fato leva a interrupção de projetos de vida, como a escolarização e o desenvolvimento pessoal. Entretanto, o cuidar do filho é um aprendizado diário, uma busca pela superação e afirmação da condição de mãe, e quando existe o apoio através da presença da mãe, da irmã ou até mesmo da sogra os riscos de impactos negativos são minimizados para essa jovem.

A literatura afirma também, sobre a importância do apoio familiar para lidar com a maternidade, as adolescentes mães ou grávidas esperam encontrar no seu seio familiar a principal fonte de apoio. Essa expectativa, pode indicar uma sobrecarga do sistema familiar e uma dificuldade por parte de outros sistemas, incluindo o sistema de saúde e a escola, de serem percebidos como fontes de apoio real (Sousa, 2013).

Conforme a autora acima, com base nos resultados de seu estudo qualitativo com 20 gestantes com idade entre 14 e 19 anos de idade, percebeu-se o apoio familiar ofertado para as mães adolescentes sob diferentes perspectivas, sendo o apoio social, afetivo e material mais presente no núcleo familiar de gestantes que não deixaram de frequentar o ambiente escolar. As jovens mães que não interromperam seus estudos, além de contarem com o apoio afetivo do núcleo familiar, representado principalmente pela mãe, tiveram o oferecimento de ajuda para os cuidados com a

criança após o nascimento para que a adolescente pudesse retornar aos estudos, influenciando assim positivamente sua trajetória escolar (Sousa, 2013).

Para Pantoja (2003), a família assume grande importância para se manter a opção de continuidade dos estudos, dando significado ao projeto de ser alguém na vida, e estimulando a sua permanência no ambiente escolar.

Por fim, corroborando com este argumento, foi evidenciado por Lima e Gonçalves (2023) que a fase da adolescência em si já apresenta muitas complexidades para a vida de uma pessoa, e ter filhos nesse período, de forma planejada ou não, mostra-nos a relevância em propiciar uma rede de apoio, tanto familiar quanto social, para as mães e pais adolescentes. Nesse cenário, o apoio se faz importante para os adolescentes enfrentarem os dilemas que envolvem o nascimento e a criação de um filho, e também incentiva a continuidade dos seus estudos, visando o seu crescimento pessoal e profissional.

No conjunto desses relatos apresentados no quadro 7, chama nossa atenção a fala da participante A4, que ao vivenciar complicações obstétricas durante o parto, teve como consequência o óbito do seu filho. Trata-se de uma adolescente que engravidou aos 14 anos de idade, solteira, evangélica, reside junto a seus familiares, em uma casa alugada na zona rural, não possui renda, depende financeiramente exclusivamente da sua mãe e frequenta uma escola pública de zona rural, onde cursa o 2º ano do ensino médio.

Na literatura, os autores têm demonstrado aumento nas intercorrências materno-fetais em todas as etapas do ciclo gestacional entre adolescentes. De acordo com Azevedo *et al.* (2015), as complicações associadas à gravidez na adolescência mais recorrentes na literatura estão associadas ao recém-nascido e não necessariamente, a genitora. Sendo apontados como fatores de significância maior entre os filhos de mães adolescentes: a prematuridade, o baixo peso ao nascer e a mortalidade fetal.

Do ponto de vista biológico, dentre as consequências para a saúde da adolescente mãe, encontram-se maiores incidências para ocorrência da síndrome hipertensiva da gravidez, anemia, diabetes gestacional e complicações do parto, determinando o aumento da mortalidade materna e infantil. No que tange as complicações do parto, é evidenciado na literatura com maior frequência a ocorrência da ruptura de membrana prematura, pré-eclâmpsia, problemas fetais ou placentários e problemas de cavidade amniótica e membranas (Azevedo *et al.*, 2015).

O estudo de Oliveira, Gama e Silva (2010) conclui que a presença de comorbidade materna no período gestacional, como por exemplo, hipertensão, infecção do trato urinário, corrimento vaginal patológico, é muito mais comum entre adolescentes do que em outras idades, e aumentam o risco para óbito fetal e pós-neonatal, sendo que a maioria dos óbitos poderiam ser evitados. As principais falhas se encontram na qualidade da assistência ao pré-natal, ao parto e à assistência neonatal ofertada para as adolescentes grávidas.

Observa-se o maior risco dos cuidados pré-natais inadequados entre as mães adolescente que moram na zona rural, devido às limitações da oferta do serviço de saúde, o que traz à tona as desigualdades para o acesso a uma assistência de saúde com qualidade, não se dá a importância devida as consultas do pré-natal para diminuição das complicações da gravidez na adolescência (Azevedo *et al.*, 2015).

Por outro lado, existe a hipótese da associação do ambiente socioeconômico e cultural em que a jovem mãe está inserida com o aumento da frequência de recém-nascidos de baixo peso, prematuros e óbitos fetais, como percebido no perfil da nossa participante A4. É válido ressaltar que a participante não mencionou qual a complicação obstétrica que vivenciou no momento do parto.

Por fim, encerra-se esta subseção, com a compreensão de que a gestação na adolescência além de ser um problema de saúde pública, também é uma condição envolta em um contexto de iniquidades que a produz e reproduz, sendo fundamental que as políticas públicas sociais atentem para as necessidades e demandas específicas dessa população, pois apesar do aumento de cobertura e atendimento especializado para esse público no sistema de saúde, existem lacunas na construção de estratégias, programas de saúde e de prevenção que atuem nos determinantes sociais e na redução de vulnerabilidades que são desfavoráveis para a qualidade de vida do público adolescente.

### 4.3 O papel da escola para o enfrentamento da gravidez na adolescência.

É importante iniciar essa subseção, recordando que o período gestacional vivenciado pelas adolescentes mães participantes deste estudo ocorreu no contexto da pandemia da COVID-19. Como postulado na subseção 4.2, houve o fechamento da maioria das escolas brasileiras, e as aulas não estavam sendo realizadas presencialmente, e sim no formato de aula remota.

Esse cenário constitui um fator complicador na análise das ações da escola para o enfrentamento da gravidez na adolescência, ora pois, o cotidiano escolar estava se reinventando para que fosse possível continuar o desenvolvimento das atividades escolares, e as questões sobre sexualidade, gravidez e suas repercussões na trajetória escolar, na ocasião não se constituíram uma prioridade para gestão escolar.

Como a gravidez na adolescência é resultado de diversas variáveis sociais e econômicas, trabalhar o seu caráter preventivo requer estratégias multidimensionais, onde os serviços de saúde, de educação, assistência social, entre outros devem atuar intersetorialmente, a fim de oferecer aos adolescentes informações que os auxiliem no planejamento e vivência da sua sexualidade de forma autônoma, consciente e responsável (Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, 2022).

Uma das questões que ressaltam o papel da escola sobre o tema em estudo, é a existência ou não de programas educativos que envolvam temas de educação em saúde para sexualidade no espaço escolar. Quando interrogadas sobre sua participação em atividades sobre o uso de métodos contraceptivos e formas de prevenção no ambiente escolar, 04 adolescentes mães relataram que não aconteciam atividades sobre este assunto no contexto escolar, ou se ocorreram, elas nunca participaram. As respostas podem ser sintetizadas através das seguintes falas: *“não, a gente nunca foi nessas coisas não”* (A2); *“acho que nunca teve, não lembro de participar”* (A7).

Por outro lado, as outras 03 adolescentes mães confirmaram a existência de ações na escola voltada para o assunto, e relataram ter participado pelo menos uma vez. Nenhuma delas descreveu como ocorriam as atividades dentro da escola, sendo frequente o relato de não terem lembrança sobre como acontecia.

Autores como Almeida, Aquino e Barros (2008); Almeida e Aquino (2006); Maranhão *et al.* (2017) enfatizam em seus estudos o papel que a escola possui nas

ações de promoção e prevenção a saúde dos seus alunos, apontando o espaço escolar como uma importante fonte de informações sobre gravidez e contracepção entre mulheres. Embora esta responsabilidade não seja exclusiva das escolas, os estudos indicam as meninas com trajetórias escolares mais regulares como aquelas que utilizaram algum método contraceptivo desde a primeira relação sexual, este dado é associado pelos autores a influência do ambiente escolar sobre a adoção de comportamentos sexuais saudáveis.

A Pesquisa Nacional do Escolar - Pense (2015) realizada com aproximadamente 113 mil escolares no Brasil, destaca que a promoção de ações de prevenção e assistência à saúde sexual, infecções sexualmente transmissíveis e AIDS promovida pelas escolas. Foi declarado por 87,3% dos escolares do 9º ano do ensino fundamental, 88,4% das meninas reportaram o recebimento dessas informações, contra 86,2% dos meninos. Não houve diferença significativa quando considerada a dependência administrativa da escola, no caso de ser escola pública ou privada.

Na mesma perspectiva, a pesquisa de Oliveira, Beria e Scherman (2014) identificou o início da vida sexual dos rapazes escolares do Norte mais precoce quando comparados aos do Sul do país. A maioria dos adolescentes julgou ter bom conhecimento sobre sexo, sendo as principais fontes de informação a família, a escola/professor, os amigos e a mídia, e manifestaram interesse em ter mais conhecimento sobre a temática

Com relação à gravidez na adolescência, a maioria dos escolares afirmou receber informações sobre prevenção de gravidez na escola, os resultados indicam que 79,2% dos escolares responderam afirmativamente. Embora esse dado seja positivo, foi estimado em 1,1% a população de meninas do 9º ano do ensino fundamental que já engravidou alguma vez, o que representa um total de 23.620 meninas, sendo a região norte quem apresentou o maior percentual (Pense, 2015).

Na região norte, Paiva *et al.* (2020), analisou os fatores de risco para a gravidez em adolescentes na faixa etária de 10 a 19 anos na Unidade de Referência Especializada Materno Infantil em Belém – PA com 33 gestantes, e verificou 72,7% com conhecimento sobre infecções sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência, sendo 54,1% das respostas afirmativas relacionando o recebimento de informações e orientações no espaço escolar.

A análise qualitativa realizada por Domingos, Santana e Zanatta (2021) com oito adolescentes de idade entre 12 e 16 anos, pertencentes a várias classes sociais no Rio de Janeiro, verificou uma variedade de abordagens, do ponto de vista juvenil, a partir das respostas para a pergunta: o que vocês (adolescentes) pensam sobre a sexualidade e como eles a vivenciam nessa etapa de suas vidas? A resposta dos participantes, coloca em evidencia o interesse que possuem sobre o tema, considerando a sexualidade como algo importante a ser experimentado, mas de forma natural. O grupo descreveu ter poucas fontes de orientações e direcionamentos de atitude, demonstrando necessidade de desenvolver estratégias que preconizem um auxílio no processo de conhecimento desta relação: adolescente e sexualidade; e de outros aspectos que possibilitem o desenvolvimento seguro do amadurecimento do jovem para fase adulta.

Corroborando com os nossos resultados, a pesquisa de Silva (2016) entrevistou cinco adolescentes grávidas ou mães que estavam fora da escola em Sumé - PB, a autora constatou no cenário educacional a ocorrência de atividades sobre o tema sexualidade, mas de acordo com as entrevistadas, aconteciam de uma forma bastante superficial. Foram mencionados momentos como: entrega de panfletos, rodas de conversa e visitas de equipes de saúde no espaço escolar que acontecem uma vez ou outra dentro da escola, quando vem alguém da saúde realizar intervenção.

A mesma autora, se propôs a conhecer a opinião do corpo escolar sobre o tema e foi frustrante se deparar com os tabus e negligências que emergem quando acontece uma gestação adolescente. Observou-se uma naturalização por parte dos profissionais da educação, através da postura passiva diante dos acontecimentos, eles demonstraram ser comuns este fenômeno no contexto escolar, e apesar de gerar discussões em encontros pedagógicos e formação docente, no momento de colocar em prática um plano para enfrentamento e prevenção, as ações não são iniciadas (Silva, 2016).

No estudo de Maranhão *et al.* (2017), não foi observado parceria entre escola, serviços de saúde e família, pois além da pouca participação da família nas questões de prevenção das infecções sexualmente transmissíveis e gravidez, a maioria dos jovens também não utiliza os serviços de saúde como fonte de informação.

É preciso resgatar o significado e importância que a educação sexual tem, ora esta claro na literatura, como explanado por Hugo *et al.* (2011), que esta estratégia

pode auxiliar para minimizar os riscos da iniciação sexual precoce, considerando o início da vida sexual dos adolescentes cada vez mais cedo, as participações da família e da escola em campanhas voltadas à prevenção de IST's fazem-se necessárias para promover saúde e bem-estar dos jovens.

Dessa forma, confirma-se a proposta de que a escola ou o acesso ao sistema educacional deve possibilitar ao jovem um espaço para obtenção de informações que contemple questões essenciais para sua saúde e seu bem-estar (Maranhão *et al.*, 2017).

Para além disso, reforçam-se os vários vieses que podem estar associados a gravidez adolescente, dentre eles, a falta de orientação para jovens, ausência de diálogos sobre temas correlatos, como infecções sexualmente transmissíveis, abuso sexual, violência contra a mulher, entre outros (Silva, 2016). Esses dados, nos indicam mais uma vez, que o assunto deve ser sim, discutido enquanto saúde pública, com foco na prevenção primária, onde a escola enquanto instituição social é também responsável por trabalhar o aspecto referente a sexualidade.

As ideias de Lima e Gonçalves (2023), nos deixam a reflexão que nos dias atuais a tríade social “família, escola e estado” não entende quem deve educar para a sexualidade, e um acaba jogando a responsabilidade para o outro. Por essa razão, os adolescentes não obtêm as informações e o apoio necessário para que sejam capazes de aprender a vivenciar, com consciência e responsabilidade, a sua sexualidade. Conseqüentemente, diante da omissão da família, escola e sociedade, possivelmente muitas crianças nascerão sem o apoio e os cuidados preconizados para que o ser humano possa ter plenas condições de desenvolvimento na sua totalidade.

Para finalizar esse pensamento, enquanto pesquisadora, acredito na força que a escola tem quando se dispõe a trabalhar associada a família, comunidade e órgãos de saúde, sendo este espaço necessário para incentivar os adolescentes e os demais sujeitos que fazem parte da escola a participarem de campanhas, oficinas e projetos discutam as questões da sexualidade e suas influências na vida de um ser.

Não se trata apenas da gravidez precoce, mas também de diminuir os riscos para infecções sexualmente transmissíveis, o abuso sexual, a violência contra a mulher, dentre outros. É por essa razão, que a educação sexual na escola é importante, por dar oportunidade para jovens, gestores, professores e profissionais da

saúde serem ouvidos e repensarem suas estratégias de promoção da saúde e bem-estar aos adolescentes brasileiros.

Tão logo, considerando que a gravidez na adolescência pode ser prevenida, é necessário a inclusão de adolescentes nos programas de assistência à saúde, considerando esta faixa etária como uma prioridade. Destarte, nem sempre ser possível prevenir, quando a gestação adolescente ocorre é preciso estar preparado para acolher a jovem grávida, incentivando sua permanência no ambiente escolar.

Sobre apoio escolar recebido a partir da ocorrência do episódio reprodutivo, as participantes deste estudo, foram questionadas sobre ter recebido algum apoio pela escola para continuar estudando durante ou após a gravidez, três adolescentes referiram não ter recebido atendimento especial em decorrência da sua gestação, sendo que uma delas relatou que a direção da escola não soube da sua gestação. Conforme percebido nos trechos a seguir:

*“... não, no tempo – da gravidez – eu estudava em outra escola, e lá não tinha ” (A1).*

*“...acho que não ofereceram nada” (A2).*

*“Quando fiquei grávida, ainda estava no ano que a aula era online. Aí acho que a escola nem ficou sabendo que eu estava grávida. Só quando eu retornei que eles souberam que eu já tinha o bebê” (A3).*

*“Não me lembro, mas acho que não. Só algumas pessoas da escola que conversaram comigo e a minha mãe para eu continuar, acho que foi só isso” (A7).*

Percebeu-se em outras falas, o relato de experiências exitosas com relação ao apoio recebido da escola pelas adolescentes mães deste estudo, duas adolescentes mães mencionaram o direito de fazer os trabalhos de aula em casa durante o decorrer da gestação como uma forma de apoio ofertada pela escola. Leia-se os trechos abaixo:

*“... a escola apoiou. Eles (os professores) passavam o trabalho para mim fazer em casa, aí eu não precisava ir para escola todo dia” (A4).*

*“Eu podia fazer as atividades sem ir para escola, e também as professoras ligavam para saber se eu tinha alguma dificuldade no assunto (silêncio) acho que foi isso” (A6).*

Nosso estudo tem resultados semelhantes aos encontrados por Rohr e Schwengber (2015), no qual os movimentos de saída e retorno de jovens mães no ambiente escolar de duas escolas públicas na periferia de Ijuí - RS põe em evidência o contraste entre a realidade das escolas, e muito embora ambas atendessem o público adolescente, nenhuma dispunha de um projeto com foco na educação afetiva e sexual para os jovens. Uma das escolas, afirmou ter todos os anos casos de gestação na adolescência, porém, não encaminhava as atividades para serem feitas à distância, ao invés disso, buscava reintegrar as alunas que se afastaram através de telefonemas, conversas, visitas pedagógicas para jovem e sua família, na tentativa de convencê-la a não abandonar os estudos.

O ponto de vista dos autores, é da escola como instituição social, delimita espaços e lugares sociais para o seu público, ou seja, mediante suas regras, símbolos, códigos e normas, ela separa e institui o que cada aluno pode ou não ter ao seu alcance. Os autores compreendem que de certo modo, a escola tende a separar as jovens gestantes dos demais alunos, quando oferece a elas a possibilidade de ficarem em casa, realizarem trabalhos e provas a distância, e dessa forma, podem promover o afastamento dela do ambiente escolar, deixando em aberto a questão sobre em quais condições e com que qualidade ocorre o seu processo de aprendizagem longe do ambiente escolar (Rohr; Scwengber; 2015).

Em outro estudo, realizado por Silva (2016) com adolescentes mães em Sumé - PB, a maioria das jovens declarou não ter apoio por dos gestores ou membros do corpo escolar para permanecerem na escola, o discurso das alunas faz uma crítica as escolas por não demonstrarem preocupação em conhecer as razões para sair da escola, e mesmo sabendo que elas estavam grávidas, ninguém as procurou para verificar o motivo da interrupção ou para tentar fazer que mudassem de ideia.

Os resultados apresentados por Lima *et al.* (2016) corroboram com a autora supracitada, pois ao procurar identificar a forma como as adolescentes grávidas eram tratadas pelos educadores no ambiente escolar, percebeu-se a falta de preparo da escola para oferecer um atendimento especializado que levasse em conta as dificuldades práticas e psicológicas que as jovens mães poderiam apresentar, e esse cenário acaba por tornar-se excludente para esse público.

Em contraste ao pensamento dos autores, um estudo recente realizado em seis escolas públicas no Rio de Janeiro sobre o impacto das ações educacionais preventivas na evasão escolar em razão da gravidez na adolescência, verificou-se

que as escolas em geral, demonstraram preocupação em fornecer suporte emocional e pedagógico para alunas grávidas ou mães, garantindo seu direito de acesso à educação (Coelho; Junior; Tomaz, 2023).

Os dados obtidos por Coelho, Junior e Tomaz (2023), sobre o plano de ação para lidar com a gravidez na adolescência, permitem inferir que as escolas apresentaram diferentes abordagens, sendo destaque: o suporte emocional, suporte pedagógico, acompanhamento de frequência escolar e planejamento de estudos para as alunas grávidas ou em licença maternidade.

Algumas escolas afirmaram realizar conversas com os pais, fornecer orientações sobre como lidar com o episódio reprodutivo, enviar materiais para estudar em casa, oferecer uma sala para amamentação durante o horário de aula, atendimento educacional domiciliar, além de auxiliarem na busca de vaga na creche para deixar o seu filho enquanto dá continuidade ao seu estudo (Coelho; Junior; Tomaz, 2023). Sobre essas possibilidades, Silva (2016) reitera que embora existam leis e respaldos legais de garantia ao direito à amamentação, ainda há ineficiência da escola em relação a esse novo ritmo de vida da adolescente, ressalta-se a falta estrutura física para auxiliar essas mães.

Ao confrontarmos a literatura com os achados desta pesquisa, nos deparamos com outra limitação deste estudo, pois não fomos em campo investigar as escolas onde as adolescentes estudam/estudavam, não conhecemos os gestores, professores, pedagogos e demais profissionais que compõem o corpo escolar, muito menos, os planos de ação para acolher os casos de gestação adolescente (na condição de existirem).

Assim, é importante ressaltar que a prevenção da gravidez precoce e do abandono escolar em razão deste episódio, não é responsabilidade exclusiva da escola, mas de todo o contexto social onde as adolescentes estão envolvidas, porém, com base nos nossos resultados, não foi identificado na narrativa das adolescentes mães destaque ao apoio escolar recebido para que permanecessem na escola durante a gravidez ou após o nascimento do seu filho.

A postura da escola frente a evasão escolar associada a gestação adolescente é algo preocupante pois contribui para o afastamento ou permanência da adolescente na escola. No entanto, apesar da maioria das adolescentes do nosso estudo terem apresentado uma trajetória escolar irregular, marcada por interrupções ou repetência, enfatiza-se no discurso de todas elas, o interesse em dar continuidade aos estudos.

Em nossa pesquisa, observou-se nas adolescentes que estudam na modalidade da Educação para Jovens e Adultos, o desejo em cursar o ensino médio e posteriormente o nível superior. E para as participantes atualmente cursando o ensino médio, evidenciou-se o interesse de cursar o ensino superior. Os principais objetivos mencionados foram a preocupação com o futuro dos seus filhos, busca por independência e melhorar a sua condição financeira no futuro.

Em concordância com nossos achados, Pantoja (2003) identificou que de 15 adolescentes pertencentes a camadas populares em Belém - PA apenas uma jovem declarou não ter planos para o futuro. Os projetos profissionais em termos de mobilidade social, foram notados na maioria dos discursos, o intuito de continuidade dos estudos era concluir a educação básica, entrar na universidade, aprender uma profissão e se inserir no mercado de trabalho de forma digna e em condições mais favoráveis.

Não obstante, Silva (2016) obteve resultados semelhantes em Sumé - PB, onde todas as adolescentes que estavam fora da escola expressaram vontade de voltar a estudar, embora, considerassem o momento inviável pois não tinham com quem deixar os filhos, a expectativa por elas apresentada foi para quando eles crescessem um pouco, terem a possibilidade de ficar com algum familiar para elas retornarem. Todas referiram a vontade de retornar ou continuar estudando como uma possibilidade de dar um futuro para os seus filhos.

Para Taborda *et al.* (2014) independente das classes econômicas, uma característica comum na fala das jovens mães participantes no seu estudo, foi que antes da gravidez, seu projeto de vida era centrado no término dos estudos e no futuro profissional, com a ocorrência da gestação, a prioridade passou a ser o futuro do filho, fazendo-as enxergar a conclusão dos estudos como um caminho de direção a um futuro melhor.

A análise realizada por Lima e Gonçalves (2023) também corrobora com os achados desta pesquisa, pois ao questionar os adolescentes sobre a continuação dos estudos, todos afirmaram que pretendem continuar estudando. E sobre o que planejam para o futuro, as respostas podem ser sintetizadas em: sonho de entrar na universidade, passar em um concurso público, ou até mesmo, ingressar na carreira militar. Era de entendimento dos participantes que essas profissões exigem formação escolar, e tal fato é importante para não interromperem o andamento das atividades escolares, mesmo vivenciando a experiência de serem mães e pais adolescentes.

Gomes (1998) considera ser frequente a existência por parte das adolescentes, de planos sobre a continuidade dos estudos, mas a autora destaca que essa expectativa na maioria das vezes se revela irreal, como evidenciado por ela no estudo realizado em Campos Grande - MS, onde a maior parte das adolescentes tentou, mas não conseguiu ter êxito no retorno ao ambiente escolar.

Nota-se uma mudança de postura nos estudos mais atuais, como por exemplo, a pesquisa feita por Santos, Guimarães e Gama (2016) ao analisar as perspectivas para o futuro com dez adolescentes mães, a maioria das entrevistadas hesitou em comentar o que pensava com relação ao futuro. Suas incertezas desestimulou as jovens de vislumbrarem ações concretas, dando lugar a ausência de um projeto para o futuro. É válido ressaltar que na pesquisa realizada pela autora, apenas duas jovens mães eram solteiras, as demais estavam casadas ou em união estável, este dado reforça a necessidade de utilizar seu tempo em tarefas mais voltadas para o seio familiar, tais como, o cuidado com a casa, o marido e o filho.

É consensual na literatura, que para os estudantes atingirem a esse propósito de se manter na escola, é preciso que eles tenham o apoio da família e também que exista a fiscalização do estado em relação ao direito à educação (Lima e Gonçalves, 2023).

Esse ponto de vista, nos faz pensar sobre as políticas públicas favoráveis à permanência e êxito das adolescentes mães envolvidas no nosso país, que na maioria das vezes existem apenas no documento legal, e na prática são insuficientes. Para que se façam valer, é fundamental alunas e educadores conhecerem os direitos assegurados por lei as mulheres grávidas ou em licença maternidade, e em caso de não cumprimento, que seja oferecido pelas esferas governamentais, mecanismos de amparo para fiscalização das normas existentes.

Os estudos de Ratusniak, César e Silva (2021), enfatizam a educação básica como um direito da população infanto-juvenil com idade de 4 a 17 anos. E para as alunas que engravidam ou são mães, o acesso à educação passa a ser condicionado à possibilidade de conciliá-lo com o cuidado com seu filho. A pesquisa de Ratusniak (2019) investigou os processos por abandono escolar no sul do Paraná e mostrou que em 2018, 41% das alunas desistiram de estudar tendo alegado como motivo o cuidado com a família. Desse total, 24% estava grávida e 14% vivia casada ou em união estável (Ratusniak, 2019).

Evidencia-se a importância de tratar as alunas mães com respeito e sem moralização, sendo este um dos caminhos para sua permanência na escola. Cuidar do filho, pressupõe ausência no contexto escolar em detrimento da ocorrência de doenças, menos tempo para fazer os trabalhos e para estudar, cansaço decorrente da atenção constante e de noites mal dormidas. Portanto, é necessário transformar o atendimento diferenciado em uma ação política, onde as condições diferenciadas para as jovens mães lhe aproximam, e as discriminações tendem a afastá-la do ambiente escolar, até que não retornem mais (Ratusniak; Cesar; Silva, 2021).

Assim, o maior desafio na atualidade para o poder público é implementar políticas eficazes com vista a enfrentar a gestação adolescente, tanto em caráter preventivo, quanto na situação de acolher uma adolescente grávida e dar condições que esta não seja excluída no ambiente familiar, escolar e social.

Observa-se que alguns projetos são desenvolvidos neste sentido pelo governo federal, mas, de modo geral, a política hoje proposta, se baseia na oferta de métodos anticoncepcionais ou com foco na educação sexual nas escolas, e está claro que estas ações ainda são insuficientes para lidar com a questão da gravidez na adolescência. Além de serem estigmatizadas, a política fundamentada na oferta de contracepção não se mostra capaz de alcançar o público adolescente, muito menos lidar com a complexidade do fenômeno, que envolve questões referentes a projetos de vida, construção de identidade, relações de gênero, convivência da sexualidade, contexto familiar, entre outras (Castro; Aquino; Andrade, 2009).

Por fim, proporcionar aos jovens a conscientização sobre a importância de vivenciarem uma sexualidade saudável, da prevenção das infecções sexualmente transmissíveis, orientação para se fazer escolhas seguras, além do repensar sobre os seus papéis como homens e mulheres, a fim de reconstruí-los de maneira igualitária, são possíveis caminhos que possibilitariam a realização da educação preventiva nas escolas, e não somente nelas, mas em todos os espaços onde os adolescentes se fazem presentes.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo é fruto da pesquisa realizada com sete adolescentes mães que engravidaram com idade entre 10 e 14 anos e foram atendidas pelo Centro de Referência em Saúde da Mulher no município de Santarém – PA. Teve por objetivo geral, investigar a relação entre as características da trajetória escolar de adolescentes mães e a ocorrência da gravidez na adolescência, além de se propor a traçar o perfil socioeconômico das adolescentes mães do estudo, identificar os fatores que influenciam no seu percurso escolar desde o período gestacional, e verificar se a escola oferece algum apoio para que adolescentes mães permaneçam na escola durante a gravidez ou após o nascimento do bebê.

A discussão sobre gravidez na adolescência e trajetória escolar aqui empreendida traz à luz importantes percepções e questionamentos que não podem ser ignorados quando investigamos esse tema tão relevante para a saúde pública, políticas educacionais e políticas de proteção aos direitos humanos das crianças e adolescentes no nosso país.

A literatura nos possibilita construir uma reflexão crítica sobre esse fenômeno quando atrela sua ocorrência às questões de vulnerabilidade social, carência de informações ou orientações sobre sexualidade, dificuldade no acesso aos serviços de saúde, ou até mesmo as desigualdades sociais. Nesta perspectiva, analisou-se que meninas com idade entre 10 e 14 anos em condições socioeconômicas desfavoráveis vivenciaram a gestação adolescente e se tornaram mães precocemente, e conseqüentemente, junto ao episódio reprodutivo, as repercussões também comprometeram a curto ou longo prazo sua convivência familiar, percurso escolar e âmbito social.

Enquanto pesquisadora, destaco as dificuldades encontradas para o desenvolvimento desta investigação, especialmente na construção da amostra de participantes, pois os dados registrados no DATASUS não correspondem ao que de fato encontramos nas instituições de atendimento, e para além disso, há falhas por parte das equipes de saúde quanto ao preenchimento de prontuários, tais como ausência de dados ou registro de endereços e números de telefone incompletos ou errados; há reservas por parte das famílias das participantes para falar sobre o tema em estudo; e, vergonha ou timidez por parte das adolescentes mães em discorrer

sobre o que vivenciaram no período gestacional e após o nascimento do filho, quando se depararam com o exercício da maternidade.

Tão evidente são essas barreiras que implicaram na viabilidade da realização deste estudo, pois devido as dificuldades para lidar com o assunto, os dados obtidos através das entrevistas não foram coletados face-a-face, e sim, via ligação telefônica, por decisão das participantes e seus familiares. Nesta etapa, percebeu-se na postura das famílias do público investigado que é mais fácil silenciar os sentimentos e percepções sobre a realidade vivida, do que expor, talvez por medo de julgamentos, críticas ou culpabilidade por estarem envolvidos em uma condição que no nosso país, conforme a lei que nos rege, é considerado crime sexual. Portanto, esta situação encontrada contribui significativamente para invisibilidade do estupro de vulnerável, e demonstra a fragilidade dos nossos programas de proteção e promoção de saúde para crianças e adolescentes.

Além da dificuldade de acesso às participantes, observou-se também a carência de autores e trabalhos acadêmicos atuais, ou até mesmo de outras épocas, que explorem a gestação adolescente na perspectiva da trajetória escolar voltada para as meninas de 10 a 14 anos de idade em específico, pois, são mais frequentes no meio acadêmico os estudos que abordam a faixa etária de 15 a 19 anos de idade. Como para o nosso público, a literatura se demonstra escassa, confirma-se o caráter inovador da nossa pesquisa no meio acadêmico, pois, embora aborde um problema de longa data, propõe-se a analisar de forma cautelosa e preocupada as meninas mães de 10 a 14 anos, tendo em vista a importância que elas precisam receber nos serviços de saúde e educação.

Nesse sentido, e respondendo aos objetivos propostos, o perfil das adolescentes mães entrevistadas caracterizou-se como: mães solteiras que não planejaram a gestação; engravidaram com idade entre 12 e 14 anos de idade; têm alguma orientação religiosa (católica ou evangélica); não possuem renda e dependem de terceiros para o seu sustento e da sua prole; pertencem a famílias numerosas e tendem a permanecer com a sua família de origem, não formando novos núcleos familiares a partir do episódio reprodutivo. Este perfil, propõe uma reflexão importante, pois confirma que os fatores socioeconômicos desfavoráveis somados ao início da vida sexual e reprodutiva precoce contribuem para invisibilidade da fase da adolescência e resultam em consequências na vida pessoal dos envolvidos.

Para além disso, constatou-se que a totalidade das adolescentes entrevistadas frequenta escolas pertencentes à rede pública de ensino, sendo que a maior parte declarou estar cursando o ensino médio. Um dado importante é que praticamente a totalidade interrompeu seus estudos no período gestacional, retornando para escola em momento posterior à gravidez. Somente uma das participantes permaneceu com a trajetória escolar regular, as demais participantes foram enquadradas como trajetórias escolares irregulares.

A predominância de trajetórias escolares irregulares, marcadas por interrupções nos permitem afirmar a existência de uma interligação entre a condição da gravidez na adolescência com as alterações na trajetória escolar de jovens mães, mas não nos permite determinar que a condição gestacional ocasionou o abandono escolar por parte da jovem mãe, pois no cenário do nosso estudo, especificamente, uma situação adversa fez parte do percurso gestacional da jovem mãe, uma vez que, as gestações ocorreram no período da pandemia da Covid-19 e, por essa razão, ocorreram mudanças nas rotinas escolares, como a implantação do ensino remoto e o fechamento temporário das escolas, fatores esses que podem ter contribuído para o afastamento das adolescentes mães da escola.

Para que a maternidade não se tornasse o único papel possível para essas jovens mães, percebeu-se nos seus relatos a ênfase para o apoio recebido de suas famílias. Esse apoio recebido pelas adolescentes mães possibilitou que elas tivessem condições de vivenciar as demandas e responsabilidades que envolvem o nascimento do seu filho, além de auxiliar no seu retorno para continuidade dos estudos, visando o seu crescimento pessoal e profissional. Esse panorama encontrado reforça a hipótese de que a adolescência é uma fase marcada por contextos complexos, onde a vivência de um episódio reprodutivo (planejado ou não), nesse período, requer a construção de uma rede de apoio, tanto familiar, quanto social para os jovens que estão envolvidos nessa condição.

É de grande valia considerar que o desfecho dessa situação depende da rede de apoio dada às adolescentes, não somente o apoio familiar, mas da sociedade de modo geral, e também das instituições de saúde e de educação. Essa investigação, ao buscar verificar o apoio que a escola ofereceu para adolescentes mães durante o período gestacional ou após o nascimento do bebê, observou que a fala das adolescentes mães não confere destaque ao apoio escolar recebido para que permanecessem na escola durante a gravidez ou após o nascimento do seu filho. Este

dado aponta uma fragilidade deste estudo, pois as respostas foram reduzidas ao que as adolescentes recordavam. E, nesse sentido, pode não ter existido a valorização de algumas situações do passado.

Esta pesquisa mostrou que é necessário o reconhecimento social da importância do papel da escola nas ações de permanência e êxito das adolescentes mães neste ambiente, e nas ações de promoção de saúde, prevenção de doenças ou comportamentos de risco para crianças e adolescentes, principalmente, através das atividades de educação em saúde com foco na sexualidade. E, embora existam barreiras por parte das famílias e até mesmo do corpo escolar, esse tema é importante e se faz necessário dentro do ambiente escolar para que se possa oferecer informações abrangentes sobre saúde sexual e reprodutiva.

Destarte, o âmbito educacional é falho no estabelecimento de medidas de prevenção e promoção à saúde dos seus escolares, e o nosso sistema de saúde brasileiro também não prioriza a realização de ações preventivas, o que acaba por impactar no cenário da saúde pública, na concepção das iniciativas públicas e modela a visão que a sociedade tem sobre os serviços ofertados para o público adolescente. Enfatiza-se então, a necessidade de mudanças para esse cenário, pois, enquanto profissionais envolvidos com a educação em saúde, precisam utilizar suas potencialidades em prol da saúde e dignidade dos nossos jovens. Para isso, o trabalho em conjunto, das escolas e equipes de saúde para a população adolescente devem ser valorizados, principalmente, pelo poder público, que ainda não tem êxito na implantação de políticas públicas para além dos documentos legais, pois, na prática, a proteção pública infanto-juvenil acaba não acontecendo.

Encerra-se esta dissertação com a certeza de que o maior desafio na atualidade é a implementação de políticas públicas suficientes para enfrentar o problema de saúde pública da gravidez na adolescência, tanto em caráter preventivo, quanto na situação de ocorrência do fenômeno, no qual é necessário o acolhimento dessa adolescente grávida ou mãe, a fim de proporcioná-la condições para que esta não seja excluída no ambiente familiar, escolar e social.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. C.; AQUINO, E.M.L. A gravidez na adolescência e a conclusão da educação básica entre jovens de três capitais brasileiras. In: ALMEIDA, M. C. C. **Gravidez na adolescência e escolaridade: um estudo em três capitais brasileiros**. 2008.

ALMEIDA, M. C. C.; AQUINO, E.M.L.; BARROS, A. P. Trajetória escolar e gravidez na adolescência entre jovens de três capitais brasileiras. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, p. 1397-1409, 2006.

ANDRADE, E.R.; NETO, M.F. Juventudes e Trajetórias Escolares: conquistando o direito à educação. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. G. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Unesco, 2007. p. 55-78.

AZEVEDO, W. F.; DINIZ, M. B.; FONSECA, E. S. V. B.; AZEVEDO, L. M. R.; EVANGELISTA, C. B. Complicações da gravidez na adolescência: revisão sistemática da literatura. **Einstein**. v.13, n. 4, p. 618-26. 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Ed. 70. São Paulo, 2011.

BERETTA, M. I. R.; CLÁPIS, C. V.; NETO, L. A. O.; FREITAS, M. A.; DUPAS, G.; RUGGIERO, E. M. S.; BALTOR, M. R. A contextualização da gravidez na adolescência em uma maternidade de São Carlos/SP. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 13, n. 1, p. 90-8, 2011.

BOZON, M.; HEILBORN, M. L. Inicialização a sexualidade: Modos de socialização, interações de gênero e trajetórias individuais. In: HEILBORN, M. L. et al. (Orgs.). **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. p.155-206. Rio de Janeiro: Garamond; Fiocruz, 2006.

BRASIL, Departamento de Informática do SUS – DATASUS. **Tecnologia da Informação a serviço do SUS**. 2021. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc/cnv/nvbr.def>. Acesso em 01/06/2023.

BRASIL, Lei nº. 8069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, Distrito Federal. Julho, 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.html) Acesso em: 01/07/2020.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Básica. 2017. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: Julho/2022.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. 1940. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm). Acesso em 01/07/2022.

BRASIL. Departamento de Informática do SUS – DATASUS. **Tecnologia da Informação a serviço do SUS**. [s.d.] Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinasc/cnv/nvuf.def>. Acesso em 15/06/2022.

BRASIL. Manual de gestão de alto risco [recurso eletrônico]. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Ministério da Saúde**. Brasília, 2022.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais (3º e 4º ciclos): introdução aos parâmetros curriculares nacionais. **Ministério da Educação e do Desporto**. Brasília, 1998.

BRASIL. Plano Nacional de Prevenção Primária do Risco Sexual Precoce e Gravidez na adolescência. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**. Brasília, 2022.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica. **Ministério da Saúde**. Brasília, 2017.

CABRAL, C.S.; BRANDÃO, E.R. Gravidez na Adolescência, iniciação sexual e gênero: perspectivas em disputa. **Cad. Saúde Pública**, 2020.

CASTRO, J. A.; Aquino, L. M. C.; Andrade, C. C. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. 303 p.

CECAD. Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php#>. 2020.

CHAMPAGNE, P. **Iniciação à Prática Sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1996.

COELHO, I. P. M.; JUNIOR, J. R. M.; TOMAZ, E. S. M. O Papel das Escolas na Educação sexual e métodos de combater a gravidez na adolescência e a evasão escolar: estudo de caso nos municípios de Pinheiral (Rj) e Volta Redonda (RJ). **RE-CIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar** - ISSN 2675-6218, v. 4, n. 8, p. e483832-e483832, 2023.

CORTEZ, E. A.; SILVA, L. M. da. Pesquisa-ação: promovendo educação em saúde com adolescentes sobre infecção sexualmente transmissível. **Rev. Enferm. UFPE online**, Recife, v. 11(Supl. 9), p. 3642-9, 2017.

COSTA, V. V. Educação e Saúde. **Unisa digital**. 1 Ed., p. 7-9, 2012.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DIAS, P. da S.; GOI, M. E. J. Revisão de literatura: Intervenções sobre saúde e educação no contexto escolar. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 9, 2021.

DOMINGOS, L.F; SANTANA, C.M; ZANATTA, C. Adolescência e sexualidade. **Revista Científica Multidisciplinar**. V. 02, n. 7, 2021.

DOURADO, F. F.; ANDRADE, M. M. N.; CARNEIRO, C.C. Geração de mapas de riscos naturais em Santarém – Pa: Abordagem baseada Na Lógica *Fuzzy*., UNESP **Geociências**, v. 36, n. 3, p. 579 – 587. São Paulo, 2017.

FARIAS, R.; MORÉ, C. O. O. Repercussões da gravidez em adolescentes de 10 a 14 anos em contexto de vulnerabilidade social. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 25, p. 596-604, 2012.

FERREIRA, S. **Intervenção com adolescentes sobre educação sexual na escola**. Dissertação (Mestrado). UNICESUMAR. Maringá, 2019.

FREITAS, M.V.P.; SANTOS, F.R. Gravidez na adolescência: um problema de saúde pública no Brasil. **Rev. Da Jornada de pós-graduação e pesquisa**. ISSN: 2526-4397. CONGREGRA URCAMP, v16, nº 16, 2020.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A POPULAÇÃO - UNFPA. Relatório sobre a Situação da População Mundial 2021. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/relatorio-situacao-da-populacao-mundial-2021>. Acesso em: 05/07/2022.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7 Ed. São Paulo. Atlas, 2022.

GOMES, A. M. O impacto da gravidez na escolaridade das adolescentes. InterMeio: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação-UFMS**. v. 4, n. 7, 1998.

GONDIN, K. D. C.; GONDIN, G. D.; CHAVES, A. B. P. Gravidez na adolescência e evasão escolar na Amazônia Marajoara: a realidade da comunidade Turé. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 8, p. 60883-60903, 2020.

GURGEL, M.G.I.; ALVES, M.D.S.; VIEIRA, N. F. C.; PINHEIRO, P N. C.; BARROSO, G.T. Gravidez Na Adolescência: Tendência na produção científica de Enfermagem. Esc. Anna Nery, **Rev. Enfermagem**, v.12, n.4, p. 799-05, 2008.

HEILBORN, M. L. et al. (Orgs.). **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Garamond; Fiocruz, 2006.

HEILBORN, M. L. Experiência da sexualidade, reprodução e trajetórias biográficas juvenis. In: HEILBORN, M. L. et al. (Orgs.). **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Garamond; Fiocruz, 2006. p. 29-59.

HOGA, L. A.K.; BORGES, A.L.V. **Pesquisa empírica em Saúde: Guia Prático para iniciantes**. 1ª ed. São Paulo. EEUSP, 2016.

HUGO, T. D. D. O.; MAIER, V. T.; JANSEN, K.; RODRIGUES, C. E. G.; CRUZEIRO, A. L. S.; ORES, L. D. C.; SOUZA, L. D. D. M. Fatores associados à idade da primeira

relação sexual em jovens: estudo de base populacional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, p. 2207-2214, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama do Censo Demográfico 2022**. IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/santarem/panorama>. Acesso em: 10 de janeiro de 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional de saúde do escolar: 2019** / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

IBGE. **Pesquisa nacional de saúde do escolar - PENSE 2015** / Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2016. 132 p.

LACERDA, G. D. **Metodologias ativas para educação em saúde na escola**. E-book: 1 MB; EPUB. 116 p. Editora Dialética. São Paulo. 2021.

LIMA, S. R. R.; GONÇALVES, J. P. Relações de gênero e gravidez na adolescência: vozes de mães e pais adolescentes de escolas públicas. **Dialogia**, n. 45, p. e23488-e23488, 2023.

LIMA, T. N. F. D. A.; COVIELLO, D. M.; LIMA, M. N. F. D. A.; ALVES, E. S. R. C.; DAVIM, R. M. B.; BOUSQUAT, A. E. M. Redes de apoio social às mães adolescentes. **Revista de enfermagem UFPE online**, p. 4741-4750, 2016.

MANZINI, E.J. **Análise da entrevista**. ABPEE. 284p. Marília, 2020.

MARANHÃO, T. A.; GOMES, K. R. O.; OLIVEIRA, D. C. D.; MOITA, J. M. Repercussão da iniciação sexual na vida sexual e reprodutiva de jovens de capital do Nordeste brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 4083-4094, 2017.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.V. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 ed. – 5. Reimp. São Paulo, Atlas, 2007.

MARTINS, A. P. A.; MACHADO, K. L. S.; RIBEIRO, M. D. L.; NUNES, M. D. D. S. Reflexões e desafios da assistência pré-natal à gravidez na adolescência frente à pandemia de Covid-19. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 5, p. e13012541530-e13012541530, 2023.

MASCARENHAS, L. B. O.; IRIART, M. F. S. Trajetória escolar, processos de significação e desenvolvimento humano: uma imbrincada relação no cenário da juventude brasileira. **Revista Cocar**. v 13, n. 26, p.159-181. Mai./Ago./ 2019.

MELVIN, L.; WOLKMAR, F.R. **Aspectos clínicos do desenvolvimento na infância e adolescência**. 3ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas.1993.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 6ª ed. São Paulo: Hucitec; 2007.

MIRANDA, F.R.D. **Panorama atual da gravidez na adolescência no Brasil**. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências Médicas. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.

MORAES, S. P. DE; VITALLE, M. S. DE S. **Educação em saúde e direitos sexuais e reprodutivos na adolescência**. Maringá (PR): Uniedusul. 2021. Disponível em [https://www.researchgate.net/profile/Silvia-Moraes/publication/351245226\\_EDUCACAO\\_EM\\_SAUDE\\_E\\_DIREITOS\\_SEXUAIS\\_E\\_REPRODUTIVOS\\_NA\\_ADOLESCENCIA/links/608c9c4a458515d315e96cc1/EDUCACAO-EM-SAUDE-E-DIREITOS-SEXUAIS-E-REPRODUTIVOS-NA-ADOLESCENCIA.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Silvia-Moraes/publication/351245226_EDUCACAO_EM_SAUDE_E_DIREITOS_SEXUAIS_E_REPRODUTIVOS_NA_ADOLESCENCIA/links/608c9c4a458515d315e96cc1/EDUCACAO-EM-SAUDE-E-DIREITOS-SEXUAIS-E-REPRODUTIVOS-NA-ADOLESCENCIA.pdf). Acesso em 01/07/2022.

MORAES,C.L.; CABRAL, C.S.; HEILBORN,M.L. Magnitude e caracterização de situação de coerção sexual vivenciada por adolescentes e jovens de três grandes capitais brasileiras: Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, n. 7, p. 1492-1504, 2006.

OLIVEIRA, E.F.; GAMA, S.G.; SILVA, C.M. Gravidez na adolescência e outros fatores de risco para mortalidade fetal e infantil no município do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**. v. 26, n. 3, p. 567-78. 2010.

OLIVEIRA, N. P.; BÉRIA, J. U.; SCHERMANN, L. B. Sexualidade na adolescência: um estudo com escolares da cidade de Manaus/AM. **Aletheia**, v. 43, p. 129-146, 2014.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/atencao-primaria-saude>. Acesso em: 17/06/2023.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Child and adolescent health and development. Genebra. 2009. **OMS**. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/44314>

PAIVA, A. M.; MEDEIROS, A. L. C.; NETTO, A. J. M.; ROLO, B.; DA COSTA ARAÚJO, C.; FELISBERTO, D. V. D.; FERNANDES, T. C. Fatores que propiciam a gravidez na adolescência em uma unidade de referência especializada materno infantil na região Norte do Brasil: um estudo piloto. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 49, p. e3342-e3342, 2020.

PANTOJA, A. L. N. " Ser alguém na vida": uma análise sócio-antropológica da gravidez/maternidade na adolescência, em Belém do Pará, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n. suppl 2, p. S335-S343, 2003.

PENSO, M. A.; BRASIL, K. C. T. R.; ARRAIS, A. D. R.; LORDELLO, S. R. A relação entre saúde e escola: percepções dos profissionais que trabalham com adolescentes na atenção primária à saúde no Distrito Federal. **Saúde e Sociedade**, 22(2), 542-553, 2013.

POLIDO, L. R.; MARIANO, S. O retrato de mães jovens: maternidade na adolescência e sua relação com a trajetória escolar. **Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, v. 6, p. 1050-1070, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM. Plano Municipal Para Infância E A Adolescência (PMIA) Do Município De Santarém /Pará (2020 – 2029). Santarém / Pará. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM. Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo (2021-2030). Santarém / Pará. 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Plano municipal de Saúde – PMS (2022-2025). Santarém / Pará. 2022.

RATUSNIAK, C. **Processos por abandono intelectual e os efeitos da judicialização da evasão escolar: gênero, raça, classe social e as biopolíticas que produzem o fracasso escolar e as expulsões compulsórias**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

RATUSNIAK, C.; CÉSAR, M. R. A.; SILVA, C. C. É possível ser mãe-aluna? Notas sobre a moralização da gravidez/maternidade e as práticas de cuidado que favorecem a permanência nas instituições de ensino. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 14, n. 43, p. 169-188, 2021.

ROCHA, C. A. **Gravidez na adolescência e evasão escolar**. TCC (Graduação) – Univ. Estadual Paulista, Inst. Biociências de Rio Claro. RC, 2009.

ROHR, D. R.; SCHWENGBER, M. S. V. A escola não é “lugar de barriga”. **Educação**. v. 40, n. 3, p. 683-696, 2015.

SÁ, D. R.; SOUZA, J. M. A.; SALES, M. R.; MARRONI, S. N. Incidência de gravidez na adolescência no período pandêmico nas Unidades Básicas de Saúde em um município da região sul do Estado do Tocantins. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15, n. 2, p. e9351-e9351, 2022.

SANTOS, B. R. D.; MAGALHÃES, D. R.; MORA, G. G.; CUNHA, A. Gravidez na adolescência no Brasil – vozes de meninas e de especialistas. **Instituto dos Direitos da Criança. Brasília: INDICA**, 2017.

SANTOS, E.S. O Desenvolvimento Psicológico Saudável na Adolescência e a Prevenção da Gravidez Precoce. In: Plano Nacional de Prevenção à Gravidez na Adolescência, 2022, Brasília. Tudo tem seu tempo: adolescência primeiro, gravidez depois. **Coletânea de artigos científicos**. 2022.

SANTOS, F. M.; PAZELLO, E.T. O impacto da gravidez precoce sobre os resultados econômicos e sociais das adolescentes brasileiras. **Encontro Nacional De Economia**, v. 40, 2012.

SANTOS, L. S.; MORAIS, A. C.; AMORIM, R. D. C.; SOUZA, S. D. L.; MARTINS, L. A.; MORAIS, A. C. Repercussões da gravidez entre adolescentes quilombolas. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 30, 2022.

SANTOS, N. L. B.; GUIMARÃES, D. A.; GAMA, C. A. P. A percepção de mães adolescentes sobre seu processo de gravidez. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 8, n. 2, p. 83-96, 2016.

SANTOS, R. D. C. A. N.; SILVA, R. M. D.; QUEIROZ, M. V. O.; JORGE, H. M. F.; BRILHANTE, A. V. M. Realidades e perspectivas de mães adolescentes acerca da primeira gravidez. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, p. 65-72, 2018.

SECRETARIAS NACIONAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE RENDA DA CIDADANIA, DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO et al. Informativo Gravidez na Adolescência: impacto na vida das famílias e das adolescentes e jovens mulheres. 2019. Disponível em: [https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/gravidez\\_adolescencia/informativo\\_gravidez\\_adolescencia\\_mds\\_2019.pdf](https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/gravidez_adolescencia/informativo_gravidez_adolescencia_mds_2019.pdf). Acesso em 23/09/2022.

SILVA, M. J. F. **Gravidez na Adolescência e Evasão Escolar**. TCC (Graduação). Universidade Federal de Campina Grande, Sumé-PB. 2016.

SILVA, P.M. **GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: perfil das adolescentes do Ensino Técnico Integrado ao Médio da Escola Técnica Sylvio de Mattos Carvalho – Matão- SP**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Sexual) — UNESP. Araraquara, 2020.

SOUSA, C.R.M. **Apoio Social e evasão escolar em gestantes adolescentes na Estratégia de Saúde da Família no município de Sobral – Ceará**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Ceará, Curso de Medicina Campus de Sobral. Sobral, 2013.

SOUSA, C.R.O.; GOMES, K.R.O.; SILVA, K.C.O.; MASCARENHAS, M.D.M.; RODRIGUES, M.T.P.; ANDRADE, J.X.A.; LEAL, M.A.B.F. Fatores preditores da evasão escolar entre adolescentes com experiência de gravidez. **Cadernos Saúde Coletiva**. v.26, n.2, p. 160-69, 2018. Rio de Janeiro.

SOUZA, A. P.B.; SOUZA, A.H.; NUNES, O.F.; AMIL, R. C.; MANHAES, F.C. Gênero, Saúde e Educação: mães adolescentes e a inclusão escolar. ISSN: 2359-2915. **Anais IV CINTEDI**. 2021.

SOUZA, C. M. P.; PEREIRA, J. M.; RANKE, M. C. J. Reflexos da pandemia na evasão/abandono escolar: a democratização do acesso e permanência. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 5, p. e10844-e10844, 2020.

SOUZA, I. N.; SIMÃO, M. O. A. R.; SOUZA, J. C. S. Da sala de aula a conexão: desafios para o retorno ao ambiente escolar após a “primeira onda” da pandemia de Covid-19 em Manaus, AM. **DELOS: DESARROLLO LOCAL SOSTENIBLE**, v. 16, n. 46, p. 2416-2436, 2023.

SPINOLA, M. C. R. Fatores associados à iniciação sexual precoce de adolescentes em Santarém, Pará. **SANARE -Revista de Políticas Públicas**, v. 19, n. 1, 2020.

TABORDA, J. A.; SILVA, F. C. D.; ULBRICHT, L.; NEVES, E. B. Consequências da gravidez na adolescência para as meninas considerando-se as diferenças socioeconômicas entre elas. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 22, p. 16-24, 2014.

UNESCO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade**: uma abordagem baseada em evidências. 2ª ed. 2019. 148 p.

UNESCO. Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020: América Latina e Caribe - Inclusão e educação para todos. Paris, **UNESCO**, 2020.

## APÊNDICE A – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Data da entrevista: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Horário inicial: \_\_\_:\_\_\_ Horário término: \_\_\_:\_\_\_

### **IDENTIFICAÇÃO**

Iniciais da Participante: \_\_\_\_\_

### **QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS**

- 1) Qual a sua idade atual?
- 2) Em que cidade e estado você nasceu?
- 3) Qual a sua religião?
- 4) Atualmente, com quem você mora?
- 5) Sua moradia é casa própria ou alugada?
- 6) Quantas pessoas moram na casa?
- 7) Como é sua relação com as pessoas que você mora? Caso se sinta à vontade, fale um pouco.
- 8) Você possui alguma renda?
  - 8.1) Em caso de resposta positiva, qual seria a fonte dessa renda?
  - 8.2) Em caso de resposta negativa, como você consegue se manter?

### **TRAJETÓRIA DE ESTUDO E GRAVIDEZ**

- 1) Você está estudando?
  - 1.1) Em caso de resposta positiva, qual série você está cursando?
  - 1.2) Em caso de resposta negativa, em que série você interrompeu seu estudo?
- 2) A sua gestação foi planejada? Caso se sinta à vontade, fale um pouco sobre como se sentiu quando descobriu que estava grávida.

**3) Durante a gestação, você continuou estudando?**

3.1) Em caso de resposta positiva, você conseguiria explicar suas motivações para continuar na escola?

3.2) Em caso de resposta negativa, você conseguiria explicar suas motivações para sair da escola?

**4) Após o nascimento do bebê, você continuou estudando?**

4.1) Em caso de resposta positiva, você conseguiria explicar suas motivações para continuar na escola?

4.2) Em caso de resposta negativa, você conseguiria explicar suas motivações para sair da escola?

**5) Você acredita que durante a gestação e após o nascimento do bebê, a escola ofereceu o apoio necessário para que você pudesse continuar seus estudos? Em caso de resposta positiva, como foi que a escola ajudou você?**

**6) Você tem vontade de retornar aos estudos?**

6.1) Em caso de resposta positiva, como planeja este retorno?

6.2) Em caso de resposta negativa, conseguiria explicar o porquê?

**7) Na escola em que você estuda/estudava eram trabalhados temas relacionados à educação em saúde para sexualidade? Em caso de resposta positiva, você recorda como era abordado?**

**APÊNDICE B – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido - TALE**  
(Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/2012)

Você está sendo convidado a participar como voluntária do projeto de pesquisa GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR: um estudo com adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade no ano de 2020 e 2021 no município de Santarém-PA, sob a responsabilidade da pesquisadora Cláudia Érika Siqueira do Nascimento Lima, sob orientação do Prof. Dr. Raul Aragão Martins. Neste estudo busca-se investigar a relação entre gravidez na adolescência e evasão escolar em adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade no ano de 2020 e 2021 no município de Santarém-PA, assim como identificar quais são os fatores que influenciam no processo de evasão escolar das adolescentes mães desde o período gestacional; traçar o perfil socioeconômico das mães adolescentes e verificar se a escola oferece algum apoio para que mães adolescentes não abandonem seus estudos durante a gravidez ou após o nascimento do bebê.

Para fazer parte deste estudo você autorizará o acesso a seu prontuário no Centro de Referência em Saúde da Mulher e participará de uma entrevista semiestruturada que será realizada pela pesquisadora. Este instrumento de coleta de dados é o mais adequado para este tipo de pesquisa e as evidências científicas indicam risco mínimo para este tipo de procedimento. Afirmamos que, seus dados serão preservados em anonimato. Caso tenha dúvidas ou questionamentos, você poderá consultar o pesquisador responsável a qualquer momento, pessoalmente ou pelo telefone da instituição.

Os seus pais (ou responsáveis) autorizaram você a participar desta pesquisa, caso você deseje. Você não precisa se identificar e está livre para participar ou não. Caso inicialmente você deseje participar, posteriormente você também está livre para, a qualquer momento, deixar de participar da pesquisa. O responsável por você também poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. Você não terá nenhum custo e poderá consultar o (a) pesquisador (a) responsável em qualquer época, pessoalmente ou pelo telefone da instituição, para esclarecimento de qualquer dúvida.

Todas as informações por você fornecidas e os resultados obtidos serão mantidos em sigilo, e estes só serão utilizados para divulgação em reuniões e revistas científicas. Você será informado de todos os resultados obtidos, independentemente do fato de estes poderem mudar seu consentimento em participar da pesquisa. Você não terá quaisquer benefícios ou direitos financeiros sobre os eventuais resultados decorrentes da pesquisa. Este estudo é importante porque seus resultados fornecerão informações para investigarmos a relação entre gravidez na adolescência e evasão escolar em adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade no ano de 2020 e 2021 no município de Santarém-PA. Diante das explicações, se você concorda em participar deste projeto, forneça os dados solicitados e coloque sua assinatura a seguir:

Nome: \_\_\_\_\_ R.G. \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Fone: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023

\_\_\_\_\_  
Participante

\_\_\_\_\_  
Pesquisador(a) responsável

Nome Pesquisador: Claudia Erika S. do Nascimento Lima	Cargo/Função: Pesquisador Responsável
Instituição: Universidade Estadual Paulista – Campus Marília	
Endereço: Av. Hygino Muzzi Filho, Nº 737 – Mirante – Marília/SP.	
Projeto submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa	

**OBS.: Termo apresenta duas vias, uma destinada ao participante e a outra ao pesquisador.**

**APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE  
(A SER APLICADO PARA ADULTOS RESPONSÁVEIS POR MENOR DE IDADE)  
(Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/2012)**

Convidamos a adolescente menor sob sua responsabilidade para participar da pesquisa intitulada “GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR: um estudo com adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade em Santarém-PA” desenvolvida pela pesquisadora responsável Cláudia Érika Siqueira do Nascimento Lima, sob orientação do Prof. Dr. Raul Aragão Martins. O objetivo desta pesquisa é investigar a relação entre gravidez na adolescência e evasão escolar em adolescentes mães de 10 a 14 anos no ano de 2020 e 2021 no município de Santarém-PA, assim como identificar quais são os fatores que influenciam no processo de evasão escolar das adolescentes mães desde o período gestacional; traçar o perfil socioeconômico das mães adolescentes e verificar se a escola oferece algum apoio para que mães adolescentes não abandonem seus estudos durante a gravidez ou após o nascimento do bebê.

Para que este estudo ocorra a pesquisadora terá acesso ao prontuário da adolescente mãe no Centro de Referência em Saúde da Mulher e realizará uma entrevista semiestruturada junto a adolescente. Afirmamos que os dados da participante serão preservados em anonimato. Em caso de dúvidas ou questionamentos, o pesquisador responsável poderá ser consultado a qualquer momento, pessoalmente ou pelo telefone da instituição.

Espera-se que os resultados obtidos levem a uma compreensão da relação entre gravidez na adolescência e evasão escolar em adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade, bem como contribuir positivamente para atuação de profissionais de saúde e da educação que lidam diretamente com as adolescentes que vivem ou vivenciaram a gravidez na adolescência em contexto de vulnerabilidade.

Os dados coletados serão utilizados somente para a presente pesquisa e serão analisadas em conjunto com as das outras participantes, não sendo divulgada qualquer informação que possa identificar quem participou da pesquisa. Os instrumentos utilizados serão arquivados e deixarão de existir após cinco anos de utilizados pela pesquisadora.

É garantido a participante total sigilo e privacidade de seus dados e identidade, assim como há liberdade de deixar de participar do estudo a qualquer momento. A participante também tem direito a se manter informada (caso tenha interesse) a respeito dos resultados parciais (ao longo da pesquisa) e finais (com o encerramento). Para isto, terá a qualquer momento do estudo, acesso a pesquisadora responsável para qualquer tipo de esclarecimento. Este estudo será realizado com recurso da pesquisadora, não tendo financiamento ou coparticipação de nenhuma instituição de pesquisa. Não há despesas pessoais para a participante ou responsável em qualquer fase do estudo, e também não haverá nenhum pagamento as participantes.

**SOBRE OS PESQUISADORES:** A principal pesquisadora é Cláudia Érika Siqueira do Nascimento Lima, enfermeira, residente na Av. Guanabara, nº 22 B – Bairro: Santo

André, contato: (93) 99136-9710, discente do curso de Mestrado em Educação pela UNESP/ IFPA TUCURUÍ-PA, a pesquisadora é orientada pelo Prof. Dr. Raul Aragão Martins, Professor Associado – UNESP Campus de São José do Rio Preto.

### **DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA PARTICIPANTE**

Declaro que compreendi as informações do que li e que me foram explicadas sobre o trabalho em questão, ficando claros para mim, quais são os propósitos da pesquisa, os procedimentos a serem realizados e as garantias de que a identidade da adolescente menor sob minha responsabilidade será preservada.

Ficou claro também que a participação da adolescente menor sob minha responsabilidade não será paga, não teremos despesas e será garantido o acesso a pesquisadora quando e se necessário, inclusive se optar por desistir de participar da pesquisa. Desta forma, concordo que a adolescente menor sob minha responsabilidade participe desse estudo podendo retirar meu consentimento a qualquer momento, sem necessidade de justificar o motivo da desistência, antes ou durante o mesmo, sem penalidades, prejuízo ou perda de qualquer benefício que possa ter adquirido durante a pesquisa.

---

RESPONSÁVEL PELA PARTICIPANTE

RG: \_\_\_\_\_

### **DECLARAÇÃO DO PESQUISADOR**

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deste responsável pela participante neste estudo e forneci uma cópia ao participante deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

---

Cláudia Érika S. do Nascimento Lima - Pesquisadora Responsável

RG: 6285022 PC/PA

MARÍLIA-SP, \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2023.

## ANEXO I – CARTA DE ACEITE DO LOCAL DA PESQUISA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM  
SECRETARIA MUNICIPAL  
DE SAÚDE


AV. MENDONÇA FURTADO, 2440 - CEP 68040-050 – BAIRRO: ALDEIA Santarém/PA. FONE: 2101-0100

## CARTA DE ACEITE

Em nome da Secretaria Municipal de Saúde declaro ter conhecimento do projeto de pesquisa intitulado **"GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR: um estudo com adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade em Santarém-PA"** autoria da Mestranda, **Cláudia Erika Siqueira do Nascimento Lima**, sob a orientação do Docente **Prof. Dr. Raul Aragão Martins**, dando-lhe consentimento para realizar o trabalho nesta instituição e coletar dados em nossos serviços: Centro de Referência em Saúde da Mulher, *após a aprovação do projeto em questão pelo Comitê de Ética em Pesquisa*, o qual é pré-requisito para o início da pesquisa.

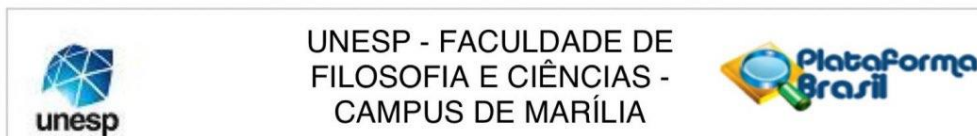
Necessário, porém, se faz que antes da publicação dos resultados o trabalho seja apresentado a esta Secretaria Municipal de Saúde com o escopo de analisar e discutir os resultados obtidos, sendo obrigatório citar na publicação o nome da Universidade Estadual Paulista - UNESP e da Secretaria Municipal de Saúde, como locais de realização da pesquisa.

Santarém, 03 de Janeiro de 2023.



Maria do Destino Liberal Rego  
Chefe do Núcleo de Referência Técnica em Saúde  
Decreto 164/2022 – GAP/PMS

## ANEXO II – PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR: um estudo com adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade em Santarém-PA.

**Pesquisador:** claudia erika siqueira do nascimento lima

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 66713622.2.0000.5406

**Instituição Proponente:** Faculdade de Filosofia e Ciências/ UNESP - Campus de Marília

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.924.653

#### Apresentação do Projeto:

O projeto intitulado "GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR: um estudo com adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade em Santarém-PA" foi submetido para análise ética deste CEP em 19/01/2023 sob CAEE:66713622.2.0000.5406.

O projeto apresenta todos os elementos textuais para análise ética, com boa contextualização do tema e embasado cientificamente com bibliografia atualizada, deixa claro hipótese e justificativa do estudo. Também apresenta os procedimentos metodológicos, os quais estão bem descritos, delineados e de acordo com os objetivos que pretende alcançar.

Trata-se de estudo do tipo descritivo, com abordagem qualitativa que parte-se da hipótese da existência de relação entre a ocorrência da gravidez na adolescência em adolescentes de 10 a 14 anos de idade com as taxas de evasão escolar, já que parte dessas adolescentes mães acabam por abandonar seus estudos a partir da sua experiência com a maternidade. Os dados serão coletados em duas etapas: a primeira corresponde a análise dos prontuários das adolescentes mães de 10 a 14 anos que pariram no ano de 2020 e 2021, atendidas durante o pré-natal pelo Centro de Referência em Saúde da Mulher de Santarém-PA e, a segunda etapa, refere-se a realização de uma entrevista semiestruturada com essas adolescentes mães.

**Endereço:** Avenida Hygino Muzzi Filho, 737, Prédio da Administração, Sala nº 20

**Bairro:** Campus Universitário

**CEP:** 17.525-900

**UF:** SP

**Município:** MARILIA

**Telefone:** (14)3402-1346

**E-mail:** cep.marilia@unesp.br



UNESP - FACULDADE DE  
FILOSOFIA E CIÊNCIAS -  
CAMPUS DE MARÍLIA



Continuação do Parecer: 5.924.653

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

Investigar a relação entre gravidez na adolescência e evasão escolar em adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade no ano de 2020 e 2021 no município de Santarém-PA.

Objetivo Secundário:

- Identificar os fatores que influenciam no processo de evasão escolar das adolescentes mães desde o período gestacional;- Traçar o perfil socioeconômico das mães adolescentes do estudo;- Verificar se a escola oferece algum apoio para que mães adolescentes não abandonem seus estudos durante a gravidez ou após o nascimento do bebê

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

A pesquisadora refere que os riscos para as participantes da presente pesquisa dizem respeito ao desconforto ou resistência durante a realização da entrevista semiestruturada, contudo para amenizar tal problemática a abordagem será de forma ética, respeitosa e afável. O instrumento de coleta será aplicado somente pela pesquisadora responsável do estudo, e em hipótese alguma, as participantes serão induzidas a respostas que não sejam do seu consentimento. Haverá sigilo total quanto aos dados pessoais e de identificação das adolescentes participantes da pesquisa.

Como principal benefício esperado através deste estudo é contribuir tanto para atuação dos profissionais de saúde quanto da educação, que lidam diretamente com as adolescentes que vivem ou vivenciaram a gravidez na adolescência, de modo que possam incentivar a manutenção dos estudos ou o retorno desta jovem ao ambiente escolar.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Pesquisa que versa sobre uma temática extremamente relevante e busca identificar fatores que influenciam no processo de evasão escolar das adolescentes mães desde o período gestacional.

**Endereço:** Avenida Hygino Muzzi Filho, 737, Prédio da Administração, Sala nº 20

**Bairro:** Campus Universitário

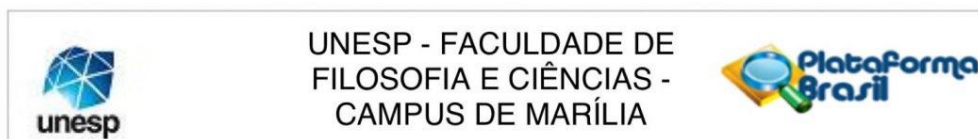
**CEP:** 17.525-900

**UF:** SP

**Município:** MARILIA

**Telefone:** (14)3402-1346

**E-mail:** cep.marilia@unesp.br

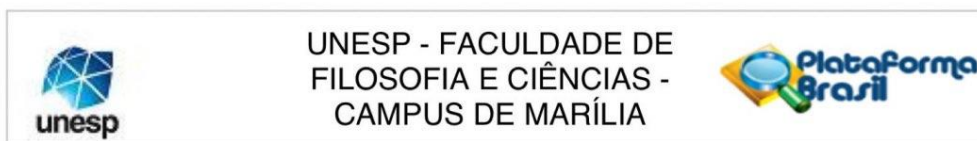


Continuação do Parecer: 5.924.653

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

- 1) O Projeto de pesquisa "Projeto.pdf" submetido em 19/01/2023 está bem delineado e contém todos os elementos textuais necessários para análise ética deste CEP.
- 2) O documento da Folha de rosto "FOLHA\_DE\_ROSTO\_ASSINADA\_CLAUDIA.pdf" submetida em 19/12/2022 está preenchida com todas as informações necessárias e assinada pelo pesquisador e pelo responsável da instituição proponente.
- 3) O documento de autorização da Secretaria Municipal de Saúde de Santarém- PA onde será realizada a pesquisa "Carta\_Sec\_Saude.pdf" foi submetido em " 19/01/2023, contém o nome da pesquisa e o nome do pesquisador e, em seu conteúdo a responsável autoriza a pesquisa, dando fé com sua assinatura e carimbo institucional.
- 4) O documento do TCLE "TCLE.pdf" está redigido adequadamente devendo e em consonância com a resolução CNS 466/2012.
- 5) O documento do Termo de Assentimento "TALE.pdf" submetido em 19/12/2022 está em consonância com a CNS 466/2012 e CNS 510/2016.
- 6) O documento "ISENCAO\_TCLE.pdf" submetido em 19/12/2022 solicita dispensa do TCLE sob alegação de que "as participantes do estudo já serem mães e, em função desta situação, a maior parte delas não residirem mais com seus pais ou responsáveis, tendo uma vida própria, em que elas são responsáveis por suas decisões". Destaca-se que ainda que já são mães, essas participantes ainda são adolescentes e estão sob responsabilidades de seus pais e/ou responsáveis em, para tanto estes deverão autorizar a participação da mesma. Acrescenta-se ainda que talvez nem todas as adolescentes não residem e nem dependem de seus pais, podendo estas e seus respectivos filhos estarem sob responsabilidades dos responsáveis.
- 7) O cronograma contido no projeto e folha de informações básicas do projeto descrevem está adequado e é exequível.

**Endereço:** Avenida Hygino Muzzi Filho, 737, Prédio da Administração, Sala nº 20  
**Bairro:** Campus Universitário **CEP:** 17.525-900  
**UF:** SP **Município:** MARILIA  
**Telefone:** (14)3402-1346 **E-mail:** cep.marilia@unesp.br



Continuação do Parecer: 5.924.653

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Aprovado

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O CEP da FFC da UNESP de MARÍLIA, após acatar o parecer do membro relator previamente aprovado para o presente estudo e atendendo a todos os dispositivos das resoluções 466/2012, 510/2016 e complementares, bem como ter aprovado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido como também todos os anexos incluídos na pesquisa, resolve APROVAR ad referendum a pesquisa "GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR: um estudo com adolescentes mães de 10 a 14 anos de idade em Santarém-PA".

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2065819.pdf	24/02/2023 11:31:24		Aceito
Outros	Ofício_resposta_parecer.pdf	24/02/2023 11:26:14	Raul Aragão Martins	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_para_responsavel.pdf	24/02/2023 11:25:08	Raul Aragão Martins	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_Sec_Saude.pdf	19/01/2023 14:36:54	Raul Aragão Martins	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	19/01/2023 14:36:38	Raul Aragão Martins	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.pdf	19/12/2022 15:31:02	claudia erika siqueira do nascimento lima	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_ASSINADA_CLAUDIA.pdf	19/12/2022 15:25:05	claudia erika siqueira do nascimento lima	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Endereço:** Avenida Hygino Muzzi Filho, 737, Prédio da Administração, Sala nº 20  
**Bairro:** Campus Universitário **CEP:** 17.525-900  
**UF:** SP **Município:** MARILIA  
**Telefone:** (14)3402-1346 **E-mail:** cep.marilia@unesp.br



UNESP - FACULDADE DE  
FILOSOFIA E CIÊNCIAS -  
CAMPUS DE MARÍLIA



Continuação do Parecer: 5.924.653

MARILIA, 03 de Março de 2023

---

**Assinado por:**  
**Rachel Cristina Vesu Alves**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Avenida Hygino Muzzi Filho, 737, Prédio da Administração, Sala nº 20  
**Bairro:** Campus Universitário **CEP:** 17.525-900  
**UF:** SP **Município:** MARILIA  
**Telefone:** (14)3402-1346 **E-mail:** cep.marilia@unesp.br